Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): DAD/SFA-MT	
Responsável pela Demanda: José de Assis Guaresqui	**Matrícula/SIAPE:** 2251382
E-mail: jose.guaresqui@agricultura.gov.br	**Telefone:** (65) 3688-6701

1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

Necessidade de manter o elevador do prédio da SFA-MT em perfeito estado de conservação e funcionamento visando garantir o uso, conforto e segurança dos servidores, terceirizados, fornecedores e público em geral. A presente contratação visa dar continuidade aos serviços prestados através do contrato nº 09/2013, cuja vigência se extinguirá no dia 10/12/2018, dessa forma, faz necessário a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes, do elevador da marca BASS, Modelo BHD/ESPECIAL, instalado na sede da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso - SFA-MT.

2. Quantidade de serviço a ser contratada

Por demanda.

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços

11/12/2018

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

Nome: Maria Dulce de Moraes Chaves **Siape:** 2181221	**Nome:** Geyslla Queiroz de Souza **Siape:** 1799254
Nome: Kamyla Portugal Figueiredo **Siape:** 1780037	**Nome:** Antônio Augusto **Siape:** 7453

Cuiabá, 23 de abril de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **MICHEL VINICIUS MORAES PEREIRA**, **Chefe de Divisão**, em 23/04/2018, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 24/04/2018, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4500872** e o código CRC **D640A348**.

Referência: Processo nº 21024.003402/2018-03	SEI: nº 4500872

Estudos preliminares

A SFA-MT possui um contrato de serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevador que se finda em **10/12/2018**, não podendo ter o prazo prorrogado, pois encontra-se no 4° e último Termo Aditivo previsto em lei. Desta forma, afim de não descontinuar o serviço, inicia-se o planejamento da contratação deste serviço de vigilância que visa garantir a continuidade da prestação de serviços de manutenção corretiva/preventiva para o equipamento de transporte de passageiros (elevador) instalado na sede da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso, objetivando manter o equipamento em perfeitas condições de funcionamento e conservação, bem como facilitar a locomoção ao pavimento superior, com intuito de zelar pelo bem público, evitando-se ônus desnecessários em manutenção corretiva, além dos transtornos administrativos em caso de pane.

A SFA-MT busca com a contratação deste serviço se enquadrar na previsão do art. 1º do decreto nº 2.271/97 que diz:

> **“** Art . 1º. No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.
>
> § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

O objeto desta licitação é classificado de acordo com o art. 1°, da Lei 10.520, de 2002 como serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos no edital e anexos, sendo a forma de seleção do fornecedor por meio de processo licitatório, modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, na forma prevista no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.666/93, classificando-se como serviço continuado sem dedicação de mão de obra exclusiva, com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, sendo que sua interrupção pode comprometer o funcionamento das atividades da SFA-MT ou o cumprimento da missão institucional conforme art. 15, IN 05 SEGES, MPDG e encontra amparo legal na Lei nº 10.520, de 07 de julho de 2002; no Decreto nº 5.450 de 31 de Maio de 2005; no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, IN 05 SEGES-MPDG e nas demais legislações correlatas,

aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, assim como, no que couber, Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

A contratação de uma empresa especializada, consoante ao decreto acima descrito, para atividades acessórias, instrumentais e complementares, constitui-se em uma alternativa indispensável para a melhoria da gestão administrativa, como meio de atendimento às necessidades finalísticas desta Superintendência.

Esse entendimento é corroborado pelo TCU, que considera que o "processo de terceirização, devidamente manejado, pode ser eficiente meio de modernização da estrutura estatal, juntamente com a privatização, a parceria público-privada, a flexibilização, a desregulamentação, a permissão, e a concessão. Medidas essas que visam um modelo de Estado menos executor e mais fiscalizador. Assim, cada caso deve ser examinado particularmente, evitando-se a presunção equivocada de qualquer atividade que destoe daquelas consagradamente aceitas como passíveis de terceirização (segurança, limpeza, copeirarem, etc.), esteja impossibilitada de ser executada de forma indireta. " (Acórdão n° 256/2005 TCU - Plenário).

A intenção deste certame é a contratação de 6 unidades do serviço de manutenção preventiva e 10 unidades da manutenção corretiva para um elevador DE PASSAGEIROS; PANORAMICO BHD CARGA 210 KG (750 IB), CAPACIDADE 03 PESSOAS OU 01 NA CADEIRA DE RODAS, COR BRANCO E BEGE, ACABAMENTO EM CHAPA MDF REVESTIDO EM CAMADA DE MELAMILICO; MARCA: BASS. A média de preços para contratação após pesquisa de mercado com 3 fornecedores é de R$ R$ 18.700,00 anual. A pesquisa de mercado no portal do painel de preços do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão -MPDG não trouxe resultados para os cargos pretendidos.

O Quantitativo proposto foi atribuído conforme contratação atual e que atende satisfatoriamente a demanda da SFA-MT. Assim, esta contratação se faz necessária para que não haja descontinuidade na prestação dos serviços, visando assim suprir as necessidades desta superintendência.

Afim de atender os critérios e práticas de sustentabilidade na contratação do objeto deste certame, a empresa a ser contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados, desta forma, a empresa vencedora deverá reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e/ou portadores de deficiência, sendo proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de empregados no quadro da empresa.

A contratada também deverá comprovar a formação técnica específica dos seus empregados, assegurando-lhes a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

E em relação às situações emergenciais de acidentes, estas devem ser sanadas pela contratada com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

A contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, orientando sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança. Além de eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade, sendo de sua responsabilidade a destinação de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

Os valores para custear as despesas desta contratação estão previstas no Planejamento Orçamentário Anual – POA de 2018, PI OPERASFAS e outros.

Com base no exposto acima, a equipe de planejamento declara esta contratação viável e necessária para que a Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Mato Grosso continue a prestar seus serviços de forma satisfatória.

Várzea Grande, 07 de agosto de 2018

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável:

Geyslla Queiroz de Souza

Maria Dulce de Moraes Chaves

AVENIDA GENERAL RAMIRO DE NORONHA MONTEIRO, Nº 294, BAIRRO JARDIM CUIABÁ, CUIABÁ-MT CEP 78043-180 TELEFONE: 65 3319 5200 E-MAIL: CJU.MT@AGU.GOV.BR

PARECER n. 00401/2018/CJU-MT/CGU/AGU

NUP: 21024.003402/2018-03
INTERESSADOS: UNIÃO - SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO - SFA/MT
ASSUNTOS: Pregão eletrônico para Registro de Preços. Contratação dos serviços de manutenção de elevador

I. Pregão Eletrônico para registro de preços. Contratação dos serviços de manutenção de elevador com fornecimento de peças (com o custo destas a cargo da Administração). Leis nº 8.666/93, n° 10.520/2002. Decretos n° 5.450/2005, nº 7.892/2013. Necessidade de observância dos procedimentos inserto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017**.** Recomendação de complementação da instrução processual.

II. Necessidade de verificação pelo órgão consulente do enquadramento do objeto da licitação como sendo, ou não, serviços de engenharia, a atrair a incidência do regramento contido no decreto nº 7.983/2013. Nesta hipótese, deverão ser realizadas as alterações técnicas pertinentes (observando-se a determinações insertas no respectivo decreto), recomendando-se novo encaminhamento à Consultoria Jurídica, caso haja alteração do regramento jurídico contido nas minutas.

III. Será necessário também o retorno do processo, se da realização da estimativa de valores do fornecimento de peças, o valor estimado (global) da contratação ultrapassar o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), situação em que o certame deverá ser destinado à ampla participação, com utilização das minutas adequadas para tanto.

IV. Minuta aprovadas, em atenção ao princípio da eficiência, com ressalvas, recomendações e, sobretudo, desde que superadas as condicionantes elencadas.

Sr. Consultor,

DO RELATÓRIO

1. Submete-se a exame desta CJU/MT, consoante o estabelecido no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei de n° 8.666/93, o ato licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço (lote único), para registro de preços, com previsão de exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte (e equiparadas), para contratação dos serviços de manutenção de elevador com fornecimentos de peças (com o custo destas a cargo da Administração), consoante especificado no Termo de Referência.

2 . O processo eletrônico encaminhado à CJU/MT encontra-se presente no sistema Sapiens da AGU. De qual forma, importa mencionar a presença, em especial, dos seguintes documentos: solicitação de contratação; Documento de Formalização de Demanda, firmado pela autoridade; Estudos Preliminares; pesquisa de preços e planilha de preço médio; Termo de Referência, devidamente aprovado; Planejamento da Contratação e gerenciamento de riscos; minuta do edital e anexos (**ausente, porém, a minuta da ARP**); extrato da IRP; designação do pregoeiro e equipe; declaração de existência de recursos orçamentários.

3. O valor global (1 lote, composto de 2 itens) estimado da contratação é de R$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais).

FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

4. Importante ressaltar que as Consultorias Jurídicas da União, dentro do âmbito da Advocacia-Geral da União, são órgãos consultivos, quem têm por objetivo, orientar os dirigentes do Poder Executivo Federal, quanto à constitucionalidade e legalidade de seus atos, não sendo, por conseguinte, da competência desta CJU questionar sobre a oportunidade e conveniência da pretensão administrativa, visto tratar-se de ato discricionário do administrador público, cuja análise de mérito é reservada à Administração.

5 . De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão

dentro do seu espectro de competências.

6. Portanto, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assessorar o Gestor no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos e apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico, bem como recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco.

7. Saliente-se que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

8. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9. Finalmente, é nosso dever informar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

DA FUNDAMENTAÇÃO E DAS RECOMENDAÇÕES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

10. Preambularmente, é conveniente registrar que os processos de licitação vêm a esta CJU/MT para análise de duas ordens distintas e complementares, a saber: análise e aprovação das minutas de edital e seus anexos inclusive contrato (art. 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93) e para análise e assessoramento da autoridade no controle da legalidade dos atos administrativos (art. 131, Constituição Federal, art. 11 da Lei Complementar n.º 73/93, art. 8-F da Lei n.º 8.028/95 e Ato Regimental AGU n.º 03/02 e 05/07).

11. No campo do assessoramento jurídico, aí se inclui a análise de toda a instrução processual, a natureza do trabalho da assessoria jurídica é opinativa, nem por isso menos importante, devendo ser levantados todos os aspectos e implicações jurídicas relevantes com vistas ao controle de legalidade da atuação administrativa.

12. Sob o comando emergente do parágrafo único do art. 38, da Lei n.º 8.666/93, a análise feita é conclusiva e decisória pela aprovação ou não das minutas pela assessoria jurídica.

13. No dizer do mestre Marçal Justen Filho, a licitação é um instrumento jurídico para a satisfação de valores fundamentais, buscando realizar dois fins relevantes, o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: 2005. P. 43). A vantajosidade determinada no artigo 3º da Lei nº 8666/93 espelha basicamente a busca por contratação que seja tanto economicamente mais vantajosa — menor gasto de dinheiro público — quanto que assim o seja qualitativamente - melhor gasto, privilegiando-se, como regra, o menor preço.

REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

14. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

15. Com efeito, no que tange especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, conforme art. 38 da Lei n. 8.666, de 1993, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são aplicáveis, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, compreendendo, na medida do possível, o máximo, 200 folhas:

> ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 2, DE 1º DE ABRIL DE 2009
> “Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento. ”

16. Aplicáveis ainda, a Portaria Interministerial nº 1.677, de 2015 (no caso de órgãos integrantes do SISG) e Portaria Normativa MD nº 1.243, de 2006 (para os órgãos militares), que também dispõem sobre procedimentos gerais referentes à gestão de processos, sendo recomendável também que o consulente verifique se há disciplina própria reguladora no âmbito de seu órgão.

17. É certo que tais normas devem ser adaptadas e aplicadas, naquilo que couber, ao processo eletrônico.

18. O presente processo, pelo que se verifica, está regularmente formalizado.

LIMITES DE CONTRATAÇÃO PREVISTOS NO DECRETO Nº 7.689, de 2012

19. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 7.689/2012 estabeleceu *limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços* e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, donde se destaca a previsão contida em seu artigo 2º.

20. A Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012, estabeleceu normas complementares para o cumprimento do mencionado Decreto, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

> *I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;*
>
> *II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentose instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;*
>
> *III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;*
>
> *IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e*
>
> *V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.*
>
> *Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.*

21. A autoridade assistida deve **certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio -, adotando as providências necessárias,** se for o caso.

22. Por outro lado, **recomendamos à área técnica do órgão verificar a eventual existência de Decretos ou outros normativos relativos a "limites", "contingenciamento orçamentário" ou a "restrição ao empenho de verbas"**. Lembramos, ainda, que a Portaria nº 17, de 2018, do MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, também determinou a suspensão de contratações, para o ano de 2018, nos seguintes termos:

> *Art. 1º Fica suspensa, a partir da publicação desta Portaria, a realização de novas contratações relacionadas a:*
>
> *I - aquisição de imóveis;*
>
> *II - locação de imóveis;*
>
> *III - aquisição de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns, conforme disposto nos arts. 3º, 5º e 6º do Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008;*
>
> *IV - locação de veículos; e*
>
> *V - locação de máquinas e equipamentos.*
>
> *§ 1º A suspensão prevista no caput não se aplica quando se tratar de:I - imóveis destinados à reforma agrária e aqueles administrados pelo Ministério da Defesa ou pelos Comandos da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica;*
>
> *II - aquisição de veículos de representação para uso exclusivo do Presidente e do Vice-Presidente da República;*
>
> *III - prorrogação contratual e/ou substituição contratual, em relação aos incisos II, IV e V do caput; e IV - despesas relacionadas aos censos demográfico e agropecuário e a ações de defesa civil.*
>
> *§ 2º Considerando os aspectos de relevância e urgência, excepcionalidades pontuais quanto à suspensão prevista nos incisos IV e V do caput poderão ser autorizadas por ato fundamentado da autoridade máxima do órgão, permitida a subdelegação.*
>
> *Art. 2º Os pleitos referentes à autorização para aquisição e locação de imóveis e aquisição de veículos deverão ser encaminhados pela Secretaria-Executiva do respectivo Ministério à Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,*

acompanhados de justificativas fundamentadas quanto à projeção de gasto até o término do exercício e dos aspectos de economicidade, relevância e urgência, até o dia 30 de novembro de cada ano.

§ 1º Com vistas a subsidiar a análise dos pleitos, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão poderá solicitar informações complementares aos órgãos requerentes.

§ 2º Os pleitos que envolverem dúvidas de natureza jurídica deverão ser acompanhados de manifestação da unidade de assessoramento jurídico do órgão ou entidade solicitante.

§ 3º Após análise e manifestação, caberá, se for o caso, à:I - Secretaria do Patrimônio da União - SPU autorizar, mediante Portaria, a locação e/ou a aquisição de imóveis, de que tratam os incisos I e II do art. 1º; eII - Secretaria de Gestão - SEGES autorizar, mediante Portaria, a aquisição de veículos, de que trata o inciso III do art. 1º.

Art. 3º Fica vedada a realização de despesa para contratação, prorrogação contratual e/ou substituição contratual relativas a sistemas informatizados de controle e movimentação de processos administrativos eletrônicos diferente daquele disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE LEGAL

23. Nos termos do que dispõe o artigo 36, da IN 05, de 25 de maio de 2017 – MPDG, antes do envio do processo para análise jurídica, deve ser realizada uma avaliação de conformidade legal do procedimento de contratação, preferencialmente com base nas disposições previstas no Anexo I, da ON SEGES nº 02, de 2016, a qual prevê em seu artigo 1º que "Os pregoeiros e as equipes de apoio deverão adotar nos processos de aquisição de materiais e serviços as listas de verificação constantes dos Anexos I e II, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos realizados nos pregões eletrônicos".

24. A Advocacia-Geral da União também dispõe de *Check-Lists* previamente elaborados para os diversos tipos de contratações, encontrando-se dispostas no site http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244390, servindo de excelente instrumento de apoio para que seja aferida a correção da instrução.

25. **No feito em exame não consta a lista de checagem em comento – o que deve ser corrigido.**

DA DESCRIÇÃO ADEQUADA DO OBJETO LICITADO

26. A adequada especificação do objeto licitado é medida *essencial* para o sucesso da contratação, por assegurar que o bem ou serviço adquirido atenderá efetivamente às necessidades administrativas.

27. Nos termos da **Súmula TCU n° 177**, *"a definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão."*.

28. Conforme o **art. 15, § 7º, I, da Lei nº 8.666/93**, a licitação deverá trazer a especificação completa do bem a ser adquirido, sem indicação de marca. Para os serviços e obras, **o Projeto Básico** (ou Termo de Referência, no caso de pregão) deve trazer o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizá-los, e são elementos que o integram: a identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução; e o orçamento detalhado do custo global, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados (**art. 6º, inciso IX, "c" e "f", da Lei nº 8.666/93**). E completa o **§ 4º do art. 7°, da Lei nº 8.666/93:** *"é vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo"*.

29. Já a diretriz do **art. 47 da Lei nº 8.666/93** corrobora: *"nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação"*.

30. Todavia, ao empreender tal detalhamento da especificação do objeto, cabe ao órgão também tomar cuidado com o efeito contrário: não pode resultar na previsão de características excessivas, que restrinjam injustificadamente a ampla competitividade e o tratamento isonômico dos

participantes, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas, notadamente aqueles inscritos no **art. 3°,** *caput***, e § 1°, I, da Lei n° 8.666/93.**

31. Afinal, *"licitar implica, necessariamente, fazer restrições, pois no momento em que se definem as características do produto/serviço que se deseja, afasta-se a possibilidade das empresas que não detêm produtos ou serviços com aquelas características de fornecerem para a administração. O que não se admite, e assim prevê o art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93, é o estabelecimento de condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato. Há que se avaliar, portanto, em cada caso concreto, se as exigências e condições estabelecidas estão em consonância com as normas vigentes e se elas são pertinentes em relação ao objeto do contrato, inclusive no intuito de garantir que o produto/serviço a ser contratado tenha a qualidade desejada"* **(Acórdão nº 1.225/2014 – Plenário do TCU**).

32. A mesma preocupação fundamental vem traduzida no **art. 3°, II, da Lei n° 10.520/2002**: *"a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição".*

33. Por consequência, como se pode inferir dos próprios dispositivos legais citados, a exceção reside nas hipóteses em que a exigência, embora restritiva, seja pertinente ou relevante para o objeto da contratação. Nesta situação, caberá à Administração *justificá-la*, com supedâneo em critérios *técnicos*, de acordo com o *objeto* da licitação e, também, com a *necessidade* a ser atendida.

3 4 . **Recomenda-se, assim, que o órgão assegure-se que o nível de detalhamento e as exigências das especificações adotadas sejam adequados e suficientes para a descrição dos bens ou serviços pretendidos e para o conhecimento das obrigações contratuais a serem executadas, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, inclusive para fins de elaboração de proposta de preços fidedigna por parte dos licitantes, porém, sem imposição de requisitos desnecessários, impertinentes ou irrelevantes**.

DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO – FORNECIMENTO DE PEÇAS

35. Conforme se constata, o objeto da contratação, além da prestação de serviços, engloba o fornecimento de peças com o seu custo (das peças) a cargo da Administração (subitem "5.1.2.3"). O "procedimento" para o fornecimento de peças segue uma sistemática usual, qual seja, a apresentação de orçamentos (3) para aprovação do órgão – lembramos, porém, que a efetiva vantajosidade do procedimento é responsabilidade deste (órgão consulente), que deve apresentar a justificativa técnica alusiva, conforme veremos em tópico próprio (referente ao agrupamento de itens).

36. Pois bem, inobstante a impossibilidade de imiscuir e dispor conclusivamente sobre os assuntos relacionados ao projeto técnico, cabe à Consultoria Jurídica efetuar os alertas concernentes às disposições legais e recomendações jurisprudenciais (especialmente do TCU) atinentes à matéria. Sendo assim, é conveniente traçar algumas linhas a respeito de eventual existência (no projeto técnico/termo de referência) de exigência de peças genuínas e/ou originais.

37. Os artigos 77, §5º e 15, §7º da Lei nº 8.666/93 dispõem acerca da impossibilidade de exigência de marcas sem justificativa técnica. De outra parte, o art. 15, inciso I, especifica que as compras, sempre que possível, devem atender ao princípio da padronização. Em determinados casos, é possível se indicar marca para fins de padronização, mas desde que acompanhada por razões técnicas. Veja-se o que o renomado autor Marçal Justen Filho explicita sobre a matéria:

> A padronização pode .resultar na seleção de um produto identificável por meio de uma marca. Logo, o resultado será a escolha pela Administração de uma "marca" determinada, a qual será utilizada posteriormente para identificar os objetos que serão contratados. Isso não se traduz em qualquer tipo de atuação reprovável [...] O que se veda é a preferência subjetiva e arbitrária de um produto, fundada exclusivamente na marca. Não há infringência quando se elege um produto (serviço etc.) em virtude de qualidades específicas, utilizando-se sua marca apenas como instrumento de identificação. No caso, não há preferência pela marca, mas pelo objeto. [...] Lembre-se que, por meio da Decisão nº 1.196/2002 – Plenário, o TCU encampou a concepção de que a indicação da marca é admissível para fins de padronização, se acompanhada por razões de ordem técnica. (op. cit. p. 142)

38. Ademais, o procedimento de padronização é complexo, exige ato administrativo da autoridade competente em autos específicos. Marçal Justen Filho explicita que será adequado constituir uma comissão especial para avaliar o cabimento da padronização, formular previsão acerca do montante econômico dos contratos futuros, realizar testes, dentre outros procedimentos. Veja-se o que explicita referido autor:

> Em princípio, é competente para decretar a padronização a autoridade de mais elevada

> hierarquia. Mas a padronização será a última etapa de um procedimento relativamente complexo. O procedimento iniciar-se-á através da constatação da utilidade e cabimento da padronização. Para tanto, deverá haver ato de instalação de um procedimento administrativo destinado a esse fim específico. Será adequado constituir uma comissão especial para avaliar o cabimento da padronização e encaminhar as providências necessárias a apurar as necessidades administrativas, formular previsão acerca do montante econômico dos contratos futuros e examinar as alternativas disponíveis para a padronização. Se for o caso, deverão ser ouvidas autoridades acerca do assunto [...] Poderão ser realizados testes das mais diversas naturezas. Será aconselhável ouvir órgãos de classe, sindicatos e representantes de usuários. Enfim todos os dados possíveis e imagináveis deverão ser considerados. (op. cit. p. 141)

39. Jessé Torres Pereira destaca em sua obra a importância da padronização, desde que observados os princípios da competitividade e igualdade:

"A padronização de materiais deve ser alvo permanente da Administração. Desde que não signifique direcionamento que contorne os princípios da igualdade e da competitividade, a padronização:

a. favorece rigor na caracterização do objeto por adquirir;
b. atende superiormente aos interesses do serviço porque enseja maior antecipação na compra, maior eficiência da manutenção e pertinência no controle de estoque e de qualidade;
c. assegura aquisição de acordo, o mais possível, com as condições do mercado".

(Comentários à Lei de Licitações da Administração Pública, RJ: Renovar, 1994, p.92)

40. Hely Lopes Meirelles, ao discorrer sobre a escolha de marcas, também ressaltava a importância de se demonstrar efetivamente a vantagem de sua escolha, *in verbis:*

> "Ao cuidar da exclusividade do produtor ou vendedor, o estatuto veda, agora, a preferência de marca. Todavia, o que a Lei nega à Administração é a escolha arbitrária de marca, sem prévia comprovação, em processo regular de padronização ou uniformização das vantagens econômicas, técnicas ou administrativas do produto selecionado.
>
> Continuamos entendendo, portanto, que a aquisição de produto de marca determinada, com exclusão de similares é possível em três hipóteses: para continuidade de utilização da marca já existente no serviço público; para adoção de novas marcas mais convenientes que as existentes; para padronização de marca ou tipo no serviço público. O essencial é que a Administração demonstre a efetiva vantagem de determinada marca ou tipo, para continuidade, adoção ou padronização em seus órgãos e serviços, com exclusividade".

41. Todas as citações acima foram feitas a fim de demonstrar que a escolha imotivada de marca viola o direito de todos que se encontram em iguais condições de atender a uma necessidade da Administração. Assim, é necessário que a justificativa demonstre que **tecnicamente** só determinada marca atende às necessidades especificas da Administração. Sobre esse ponto, o jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes explicita o seguinte:

> a justificativa para a indicação de marca deverá [...] amparar-se em motivos de ordem técnica, como tal entendido o alinhamento de fatores impessoais e que tenham um fundamento científico. [...] a especialização do conhecimento humano e o fato de que várias áreas da ciência constituem, na atualidade, profissões regulamentadas por diplomas legais, são fatores que indicam que a justificativa técnica deverá preencher os rigores da lei, devendo ser documentada, quando se tratar de área de ciência autônoma, mediante laudo pericial circunstanciado. Em se tratando de equipamento eletrônico, por um engenheiro da especialidade que não apenas descreva a característica pretendida e considerada essencial para Administração, quanto demonstre que as outras marcas não a ostentam, acrescentando inclusive porque essa peculiaridade é essencial. [...] se o parecer técnico indicar ser necessário adotar determinada marca deverá a Administração indicá-la ou apresentar as respectivas características exclusivas daquela determinada marca? [...] em principio, parece mais razoável que sejam indicadas as características que levaram a designação da marca, fazendo alusão a mesma, seja entre parênteses, seja anunciando a marca seguida da expressão ´ou similar´. Tal recomendação tem por fundamento o fato de que não raros os meios técnicos são surpreendidos por um produto novo que apresenta características similares e às vezes melhores do que o já conhecido".

(Contratação direta sem licitação, Brasília: Ed. Brasília Jurídica. 1995. p. 293/294).

42. No mesmo sentido, o E. TCU entendeu recentemente que a escolha de

marca só é possível quando haja apresentação aos órgãos de controle de justificativa técnica. É o que extrai de julgado divulgado no Informativo 68:

> **Licitação do tipo menor preço global: 1 - A restrição quanto a participação de determinadas marcas em licitação deve ser formal e tecnicamente justificada no processo de contratação**
>
> Por conta de representação, o Tribunal apurou possíveis irregularidades na Concorrência nº 6.986/2011, tipo menor preço global, promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional/SP – (Senac/SP), cujo objeto consistiu na contratação de empresa especializada para fornecimento de todo equipamento, material, mão-de-obra, maquinaria, ferramentas e instrumentos necessários para instalação de sistema de ar condicionado em unidades do Senac/SP, situadas em diversos municípios do Estado. Dentre tais irregularidades, constou a necessidade de que o fornecimento de equipamentos fosse restrito às marcas Toshiba, LG e Daikin, não sendo aceitas as marcas Hitachi, Mitsubishi e equivalentes. Para a unidade técnica, a previsão de marcas específicas deve contar com as devidas justificativas técnicas, pois, caso contrário, levaria à exclusão de potenciais fornecedores que teriam condições de participar do certame licitatório. Nesse quadro, ressaltou o relator que no caso de opções gerenciais que restrinjam o universo de possíveis interessados na licitação, "*é dever da Administração Licitante formalizar, no processo licitatório, os elementos que serviram de embasamento ao processo decisório, exibindo-os aos órgãos de controle*", o que, na espécie, não ocorreu. Por conseguinte, por essa e por outras irregularidades, votou por que o Tribunal determinasse, cautelarmente, a suspensão da licitação, até que se decida sobre o mérito da questão suscitada, de modo a evitar que o prosseguimento irregular do certame acarretasse situações de fato ensejadoras de direitos subjetivos e tumulto na execução do objeto. Nos termos do voto do relator, o Plenário manifestou sua anuência. (Acórdão nº 1695/2011-Plenário, TC-015.264/2011-4, rel. Min-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 22.06.2011)

43. Diverso é o caso, porém, previsto no art. 24, XVII, da Lei nº 8.666/93, o qual prevê ser dispensável a licitação "*para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia".*

44. Ressalte-se que tal entendimento também se extrai de alguns acórdãos do E. Tribunal de Contas da União, ao explicitar que para manter a qualidade do fornecimento de peças de equipamentos ou veículos e a vantagem econômica dos contratos não é necessário exigir no edital que estas sejam genuínas, mas sim que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, veja-se:

> '2.12 As principais justificações do Sr. [...] foram as seguintes (da fl. 44 à fl. 74 - vol. 4):
>
> Sobre a contratação da Otis por inexigibilidade a) a contratação da Elevadores Otis por inexigibilidade de licitação deveu-se a apresentação de "atestado fornecido pelo Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro - SIMME, no qual se declarou que a Otis é detentora do uso exclusivo da marca "Otis", para elevadores e escadas rolantes da mesma marca e única e EXCLUSIVA fabricante e instaladora de elevadores e escadas rolantes da marca Otis e produtora das respectivas peças originais de reposição, prestando, inclusive, todos os serviços de assistência técnica, sem representantes, em todo o território nacional, registrados no Inpi sob n.º 002.704595. b) o serviço exigia a reposição de peças, cujo fornecimento é exclusivo da Otis; c) a contratação de outra empresa para manter os elevadores implicaria no fornecimento de peças não originais, que "colocariam em risco a vida dos que se utilizassem dos elevadores, pelo que a CBTU optou por garantir a segurança das pessoas". [...]
>
> 2.13 **A manutenção de elevadores, inclusive com reposição de peças, não pode ser considerado serviço excepcional, sem concorrência, vez que as partes mecânicas, elétricas e digitais podem ser fabricadas por qualquer empresa. É o que ocorre similarmente com veículos: a concessionária da Ford somente vende peças genuínas**. **Destarte, existem outras lojas que vendem peças de outras marcas que podem ser utilizadas em um veículo Ford sem prejudicar sua operação. Assim, o atestado apresentado pela Otis mostra simplesmente que a empresa é detentora exclusiva da marca Otis, não que ela seja a única a produzir componentes para elevadores.**
>
> 2.14 Comprovam a informação acima análises anteriores realizadas pelo TCU. Por exemplo, o Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, ao relatar o TC 001.215/93-0 que tratava de representação apresentada pela 6ª IGCE contra inexigibilidade assinada entre o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura e a Indústria Villares S.A, colocou: 5. Todavia, a instrução ressalta que "...não obstante a firma Indústrias Villares S/A detenha a exclusividade na fabricação dos elevadores "ATLAS", existem diversas empresas no mercado habilitadas a prestar os mencionados serviços de manutenção e conservação, a exemplo da ELEVADORES UNIVERSAL, que foi uma das empresas inicialmente convidadas pelo IBAC, conforme recibo de fls. 23."
>
> 2.15 No processo acima citado, a Decisão 393, Ata 44/93-2 determinou: A Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. determinar ao Instituto Brasileiro de

Arte e Cultura, com fundamento no inciso IX, do art. 71, da Constituição Federal, que tome providências para, no prazo de 15 (quinze) dias, promover a anulação dos procedimentos de inexigibilidade de licitação e dos atos deles decorrentes, relativamente à contratação das Indústrias Villares S.A., cujo Despacho foi publicado no DOU de 05.01.93, ante a existência de diversas outras firmas habilitadas a prestar os serviços de manutenção, conservação e assistência técnica de elevadores, nos termos da legislação em vigor (Lei n.º 8.666/93), comunicando-se ao Tribunal acerca das medidas adotadas;

2.16 A mesma posição acima já foi tomada pelo TCU em outras decisões, por exemplo:

a) Decisão 325, Ata 31/93 do Plenário;

b) Decisão 323, Ata 44/94 da 2ª Câmara;

c) Decisão 195, Ata 24/95 da 1ª Câmara;

d) Decisão 259, Ata 41/96 da 1ª Câmara;

e) Decisão 117, Ata 11/97 do Plenário;

f) Decisão 176, Ata 15/99 do Plenário;

g) Decisão 215, Ata 26/99 da 2ª Câmara;

h) Decisão 242, Ata 29/99 da 2ª Câmara;

i) Decisão 255, Ata 19/99 do Plenário;

2.17 Assim, não podem ser aceitos os argumentos do Sr. [...] para justificar a inexigibilidade na contratação da empresa Elevadores Otis para manter os elevadores da CBTU. [...]

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em: 9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" da Lei nº 8.443, de 16 de julho e 1992, c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210, § 2º e 214, inciso III do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. [...] (Acórdão 336/2008 – Plenário. Ata 06/2008. Aprovação 06/03/2008. DOU 07/03/2008)

_____

98.4.19. abstenha-se de exigir peças genuínas/originais destinadas à manutenção de veículos, em atendimento ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da CF/88, sendo admitida a exigência de que as peças a serem fornecidas atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais; [...]

Voto do Ministro Relator [...]

29. Quanto à exigência de aquisição de peças originais para manutenção de veículos automotores, alega que o contrato fala em peças originais ou genuínas e que as peças adquiridas contêm as mesmas características de construção e aplicabilidade.

30. Contudo, conforme demonstrado pela Unidade Técnica (fls. 657 - Volume 3), equivoca-se o responsável quanto aos conceitos de peças originais/genuínas. Segundo a norma ABNT NBR 15296, que define a nomenclatura para autopeças, peças de reposição original ou genuína são a mesma coisa (Revista CESVI - Centro de Experimentação e Segurança Viária, Edição nº 45, jan/2006) ...".

31. Logo, como bem destacou a Unidadeça Técnica, para que se possa garantir a qualidade da peça a ser fornecida e obter a contratação mais econômica, os editais deveriam exigir pe de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original" (ABNT NBR 15296).

(Acórdão 2219/2010 – Plenário. Sessão 01/09/2010. Aprovação 05/09/2010. DOU 06/09/2010)

45. **Assim, ordinariamente, a recomendação da Consultoria Jurídica é no sentido de incluir/alterar o projeto técnico (Termo de Referência e, consequentemente, as minutas do edital) para admitir o fornecimento de peças de mesma qualidade da oferecida pelo fornecedor original, e, também, para que sejam exigidas marcas apenas de peças cujos veículos/equipamentos se encontrem no período de garantia técnica, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia, ou nos casos em que haja padronização, estipulada mediante procedimento específico, nos moldes acima especificado, e desde que seja razoável e justificada tecnicamente ou, ainda, nos casos em que haja laudo técnico atestando a exclusividade de adequação de referida marca ou a inadequação de determinada marca a ser utilizada no equipamento em questão**. Lembrando, uma vez mais, que a responsabilidade da formatação técnica é unicamente do órgão interessado.

46. Alfim, ainda **quanto ao fornecimento de peças, deve-se fazer constar do processo a devida estimativa de quantitativos e de gastos (com peças) – inobstante tal item não seja levado diretamente à disputa no certame licitatório.**

DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO – EVENTUAL ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇOS DE ENGENHARIA

47. **Afigura-se recomendável ao órgão consulente a verificação do enquadramento do objeto da licitação como sendo serviços de engenharia, a atrair a incidência do regramento contido no decreto nº 7.983/2013**. Nesta hipótese (caso considerado

serviços de engenharia), deverão ser realizadas as alterações pertinentes no projeto técnico (observando-se a determinações insertas no respectivo decreto que sejam aplicáveis ao caso), recomendando-se, caso haja também alteração do **regramento jurídico** contido nas minutas, novo encaminhamento à Consultoria Jurídica,.

48. Evidentemente, **o correto enquadramento do objeto da licitação como serviço de engenharia (ou não) é de responsabilidade do profissional devidamente habilitado**, de acordo com a Lei nº 5.194, de 1966 e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA.

49. Dessarte, em atenção ao princípio da eficiência, estaremos dando prosseguimento ao exame do processo, considerando os elementos até então contidos no processo.

5 0 . Alertamos, contudo, quanto ao condicionamento, descrito no item "35" supra (ou seja, se houver alteração do **regramento jurídico** em razão de possível enquadramento do objeto da licitação como serviços de engenharia, será necessário o retorno do processo à Consultoria Jurídica).

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

51. A IN Nº 05, de 2017, trouxe a necessidade de que o órgão administrativo, na contratação de cada serviço, obedeça a um rol de etapas com a finalidade de melhor definir, justificar e estabelecer as necessidades da Administração.

52. Logo de início, o artigo 1º, estabelece:

> Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:
> I -as fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato;
> II -os critérios e práticas de sustentabilidade; e
> III -o alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão ou entidade, quando houver.

53. Nesse sentido, o artigo 20 da citada IN Nº 05, de 2017, esclarece que o planejamento de cada contratação deve atender às seguintes etapas:

> - Estudos Preliminares;
> - Gerenciamento de Riscos; e
> - Termo de Referência ou Projeto Básico.

54. É importante que o órgão cumpra as referidas etapas, de forma a que o planejamento da contratação seja elaborado nos estritos termos da necessidade da Administração.

55. Lembramos ainda que no caso de serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade, poderão ser elaborados estudos preliminares e gerenciamento de riscos comuns, ou seja, um mesmo estudo e mesmo gerenciamento poderão ser aproveitados para as contratações semelhantes (art. 20, § 5º).

56. Pode também ser adotado pelo órgão o modelo de contratação estabelecido nos cadernos de logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, situação em que poderá ser simplificada, no que couber, a etapa de estudos preliminares (art. 20, § 4º).

57. Os procedimentos iniciais para elaboração do planejamento da contratação encontram-se disciplinados nos artigos 21 a 23 e o Anexo II da IN Nº 05, de 2017, traz o modelo a ser seguido pelo setor requisitante – documento de formalização da demanda.

58. Os estudos preliminares estão estabelecidos no artigo 24 e seus parágrafos e o Anexo III traz as diretrizes para elaboração dos estudos preliminares.

59. Já o gerenciamento de riscos tratado nos artigos 25 a 27, será materializado pelo Mapa de Riscos, cujo modelo se encontra no Anexo IV, da IN Nº 05, de 2017.

60. Essas diretrizes são direcionadas ao órgão assistido e trazem um passo a passo na elaboração dos documentos que assegurem uma contratação perfeita.

61. Verificamos ainda, que nas contratações em que o órgão for gerenciador (SRP), deve ser produzido um estudo preliminar específico para o órgão ou entidade e outro para a formação da Ata (art. 24, § 5º da IN Nº 05, de 2017). Já quando o órgão for participante (SRP) a equipe de planejamento elaborará o estudo preliminar considerando os itens previstos no § 6º, do art. 24, da IN

62. No processo em exame, é constatado que o órgão iniciou este processo licitatório elaborou o planejamento da contratação, anexando os Estudos Preliminares, o Mapa de Riscos e o Termo de Referência/Projeto Básico, nos termos do que dispõe a IN 05, de 2017.

63. Portanto, consoante se dessume – excluída, obviamente, a análise das questões técnicas (não jurídicas) – , foi atendida a norma legal referenciada.

DO PARCELAMENTO DO OBJETO

64. Via de regra, as contratações de compras, serviços e obras da Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, em conformidade com o art. 23, §1º da Lei nº 8.666/93.

65. Portanto, caso haja viabilidade técnica e econômica, qualquer contratação deve ser dividida em contratações menores, de forma a possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração.

66. Nesta mesma linha de raciocínio, o dever de parcelamento também implica que, caso o serviço abranja o fornecimento de materiais e equipamentos que representem percentual expressivo do custo total, sejam realizadas contratações distintas, salvo justificativa técnica ou econômica que afaste esta exigência.

67. Se não for possível o parcelamento, deve ser expressamente consignada a justificativa de ordem técnica e/ou econômica a embasar a contratação conjunta do objeto, em conformidade com a Súmula nº 247, do Tribunal de Contas da União (já descrita).

68. Ademais disso, mesmo quando adotado como critério de julgamento o menor preço global ou por lote, e não por itens, deve-se acostar ao processo as justificativas aptas e tendentes a embasar a referida opção.

69. Oportuno observar, ainda, a expressa previsão inserta no art. 3º da IN SLTI/MPOG nº 02, de 2008, *in verbis:*

> *Art. 3º. Serviços distintos devem ser licitados e contratados separadamente, ainda que o prestador seja vencedor de mais de um item ou certame.*
> *(...)*
> *§ 3º As licitações por empreitada de preço global, em que serviços distintos, ou serviços e materiais independentes, são agrupados em um único lote, devem ser excepcionais, somente admissíveis quando, comprovada e justificadamente, houver necessidade de inter-relação entre os serviços contratados, gerenciamento centralizado ou implicar vantagem para a Administração, observando-se o seguinte: (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009).*

70. O Anexo III da IN SEGES/MP nº 05/2017, disciplina a questão nos seguintes termos:

> *3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:*
> *(...)*
> *3.8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução:*
> *a) O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas;*
> *b) Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:*
> *b.1) ser técnica e economicamente viável;*
> *b.2) que não haverá perda de escala; e*
> *b.3) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;*

71. Dessarte, **havendo agrupamento de itens (conformado pela união de serviços e/ou de serviços com fornecimento de material – que poderiam, em princípio, ser adquiridos/contratados de forma isolada), deve constar dos autos a justificativa técnica pertinente. Tal justificativa, por óbvio, deve ser lastreada em dados/elementos objetivos e/ou estudos técnicos conclusivos, não podendo, portanto, ser baseada/limitada a simples**

argumentações e/ou meras suposições. Assim sendo, devem estar presentes no processo todos os documentos técnicos (justificativas e estudos/laudos técnicos que a embasaram), respeitantes ao assunto (realização de agrupamento de itens).

72. Trata-se (o agrupamento de itens, ou não), portanto, de **uma decisão eminentemente técnica, a demandar circunstanciada motivação pela área técnica do órgão assessorado**, e, por constituir matéria que se encontra além da área de competência desta Consultoria Jurídica., é imperiosa a incidência do Enunciado BPC nº 7, da Consultoria-Geral da União:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA E DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

73. Conforme a Orientação Normativa n. 54, de 2014, do Advogado-Geral da União, *compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.*

74. Na concepção de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

75. No caso em exame, pretende-se a contratação de serviços classificados, pelo órgão interessado, como comuns.

76. Atestada a natureza comum dos serviços pretendidos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2000, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.

77. Ademais, segundo o art. 4º “caput” do Decreto nº 5.450, de 2005, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida através da modalidade Pregão, de preferência, em sua forma eletrônica, de maneira que a escolha do Administrador se encontra em conformidade com o regime jurídico pertinente.

78. No presente caso, a OM elegeu contratar os serviços em questão por meio de registro de preços. Esse registro é um contrato, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratação sucessiva de bens e serviços. Marçal Justen Filho explicita que as vantagens desse sistema, em especial, residem na supressão da multiplicidade de procedimentos de licitação contínuos versando sobre objetos semelhantes, na rapidez da contratação relativamente à gestão dos recursos financeiros e na duração maior do prazo de validade das propostas (op. cit. p. 145/146). A nosso ver, há enquadramento legal da pretensão (utilização do SRP) no inciso II, do art. 3º, do decreto nº 7892/2013 (serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa).

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

79. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é objetivo a ser atingido pela licitação, nos termos do artigo 3º, “caput”, da Lei 8666/93, ao lado da garantia de observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. É de extrema relevância que a autoridade assessorada sempre observe na contratação, as diretrizes de sustentabilidade ambiental.

80. Tendo por fundamento os artigos 3º e 225, da Constituição Federal e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, há um poder-dever do gestor público na realização de licitações sustentáveis, considerando aspectos ambientais, sociais, econômicos, laborais e de acessibilidade.

81. Nesse sentido, a Lei nº 12.187 de 29/11/2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima adotou o uso do poder de compra do Estado como um importante instrumento para implementar a política de mudanças climáticas.

Lei n. 12.187/2009

> Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:
> (...)
> XII – as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;

82. O Decreto 7.746/12 regulamentou o artigo 3º, da Lei 8.666/93 e, na efetivação desse novo objetivo licitatório, o órgão assessorado deve atentar se na contratação incidem diretrizes (artigo 4º), critérios e práticas (artigos 3º e 7º) de sustentabilidade. Nos seguintes termos:

> Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.
>
> Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:
>
> I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
>
> II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
>
> III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
>
> IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
>
> V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
>
> VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
>
> VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.
>
> Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.
>
> Art. 7º O instrumento convocatório poderá prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.

83. Neste tocante, ressalte-se que as diretrizes de sustentabilidade referidas nas normas ora citadas, caso sejam aplicáveis ao caso concreto, devem ser observadas e os critérios e práticas de sustentabilidade devem constar como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada. Em subsídio:

> 1.10. Dar ciência à (...) sobre as seguintes impropriedades:1.10.2. falta de aplicação de critérios e práticas de sustentabilidade, que contribuem para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em suas contratações, o que afronta o art. 3º da Lei 8666/1993.ACÓRDÃO Nº 32/2015 - TCU - 2ª Câmara . Processo TC-034.526/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010) relator Raimundo Carreiro
>
> "(...) as chamadas licitações sustentáveis constituem importante instrumento a ser adotado pelas entidades públicas para, utilizando seu significativo poder de compra, induzir o setor produtivo a adotar processos de produção ambientalmente mais sustentáveis."
> (Acórdão 0691-04/13-2 - 2ª. Câmara)

84. Uma licitação é sustentável nas diversas fases da contratação:

a) previamente no planejamento do que (especificação do objeto) e como contratar (obrigação da contratada),

b) na observância da legislação de sustentabilidade incidente,

c) na execução contratual e

d) no gerenciamento ambiental adequado das embalagens e resíduos decorrentes da contratação**.**

85. Lembrando que a lei nº 12.305/10 estabelece que as aquisições governamentais priorizem a aquisição de: a) produtos reciclados e recicláveis e b) bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI). Referida previsão legal não depende de regulamentação e é de aplicabilidade imediata. Neste sentido, no tocante à especificação técnica de bens, registre-se a existência de um sistema oficial do Governo Federal, Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério do Planejamento (CATMAT Sustentável).

86. No mesmo sentido, os termos do art. 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010:

> “as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas”.

87. Ressalto a importância de aplicar as recomendações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, acessível no seguinte endereço eletrônico: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/138067.

88. Enfim, **cabe ao órgão, quanto ao tema em debate (sustentabilidade), a opção pelas especificações do objeto que melhor atendam às exigências ambientais. Tal decisão deve ser motivada com base em critérios técnicos**.

ANÁLISE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

89. A seguir, passa-se à verificação do atendimento dos demais requisitos previstos no Decreto nº 5.450, de 2005, conjugados com as regras da Lei nº 10.520, de 2002, e Lei nº 8.666, de 1993, necessários à instrução da fase preparatória do pregão, sendo certo que cabe ao Administrador observar as demais exigências concernentes à fase externa do procedimento em momento oportuno, posterior a presente manifestação jurídica.

Justificativa da contratação

90. Quanto à justificativa da contratação, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais.

91. Muito embora no sistema de registro de preço não exista obrigação de contratação da quantidade total de cada item, o art. 9º, inciso III e §1º do Decreto nº 5.450/2005 explicita que deverá haver, na fase preparatória do pregão, justificativa da necessidade da contratação, devendo a autoridade competente apresentar elementos técnicos fundamentais para comprovar tal necessidade. O art. 3º, III, da Lei nº 10.520/2002, por sua vez, explicita que “*dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como os orçamentos, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados”* (grifamos).

92. Com efeito, conforme previsto no Manual de Procedimentos para a Contração de Bens e Serviços pela Administração Pública Federal, é preciso que "a Administração demonstre no procedimento as razões pelas quais precisa do objeto e o porquê das especificações técnicas apresentadas e da quantidade solicitada" (grifo nosso).

93. A justificativa da necessidade de contratação é decorrência necessária do regime republicano de Estado. O administrador, na condição de órgão ao qual se imputa a vontade estatal, nada mais é do que depositário dos bens e interesses postos pela coletividade a sua administração, razão pela qual todo e qualquer ato administrativo por ele praticado há que ser suficientemente fundamentado, de forma a possibilitar o controle de sua atuação. Não por outra razão, o caput do art. 2º da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito federal, determina a observância do princípio da motivação, e o inciso II, do parágrafo Único, do mesmo dispositivo, fixa a necessidade de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão da autoridade administrativa.

94. No que tange ao tema em discussão (justificativa da contratação), no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, a ausência de fundamentação adequada tem sido constantemente reprimida. Nesse sentido, os Acórdãos nº 2.331/05 – 2ª Câmara, nº 1.934/06 – 1ª Câmara e nº 2.222/06 – 1ª Câmara, e a Decisão nº 4.551/03.

95. Assim, o papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados, contemplando os requisitos mínimos estabelecidos na Instrução Normativa 5, de 2017, especialmente em seu art. 24, o qual arrola os principais elementos que deverão ser previstos na elaboração dos Estudos Preliminares a serem realizados pelo órgão como etapa indispensável do Planejamento da Contratação de Serviços.

96. Na descrição do serviço, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais, sem as quais, não poderão ser atendidas as necessidades da Administração evitando, por outro lado, detalhes considerados irrelevantes ou impertinentes, que possam limitar a competição indevidamente (art. 3º, inc. II da Lei nº 10.520, de 2002).

97. Importante ressaltar, ademais, que **o art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, veda a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades**. Em atenção ao preceito legal retro mencionado, impõe-se que sejam apresentados os quantitativos estimados para a licitação, de forma justificada, mesmo que sucintamente, considerando-se ainda que de tal estimativa dependerá o valor contratual.

98. Insta recordar que o valor contratual é determinante para fins de aplicabilidade dos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015 (restrição das licitações à participação exclusiva das ME e EPP, para contratações de até R$80.000,00), daí a sua importância para evitar a limitação ou ampliação indevida da participação no certame.

99. Outrossim, é cediço que muitas vezes, o preço do serviço pode variar em função da quantidade contratada, como ocorre na economia de escala. Desta forma, fica evidenciada a essencialidade de se fixar adequada quantidade para propiciar a apresentação de propostas/lances coerentes, visando ao êxito do certame com resultados verossímeis.

100. Portanto, os processos deste jaez sempre deverão conter a justificativa da necessidade da contratação**,** que deverá (a justificativa) informar, inclusive, os parâmetros utilizados para a fixação dos quantitativos demandados. Assim **deve o órgão interessado verificar se justificativa apresentada, mormente com relação aos quantitavos, encontra-se de acordo com as referidas determinações legais, complementando-a, se necessário**. Tratando-se de documento (a justificativa) com conteúdo eminentemente técnico (não jurídico) e de mérito administrativo, não é dada à Consultoria Jurídica a sua avaliação. No entanto, **insistimos na necessidade de realização da estimativa de gastos com o fornecimento de peças (quantitativos e valores)**.

Autorização para abertura da licitação

101. Com observância ao disposto no art. 21, inc. V, do Decreto nº 3.555, de 2000 e no art. 30, inc. V do Decreto nº 5.450, de 2005 (pregão eletrônico), consta do processo a anuência da autoridade,

Termo de referência com a aprovação da autoridade competente

102. O termo de referência, devidamente aprovado pela autoridade competente, constitui documento inaugural da contratação, na medida em que se presta à orientação do futuro contratado, com relação àquilo que deverá fornecer, assim como da própria Administração, que com ele define exatamente as necessidades a serem atendidas mediante a celebração do ajuste.

103. Em sua elaboração, o órgão deve atentar para os requisitos descritos no art. 9°, incisos I e II, do Decreto n° 5.450, de 2005 (pregão eletrônico), com a observância, ademais, do que dispõem os artigos 28 a 32 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

104. No presente feito, conforme relatamos, conta o Termo de Referência anuído pela autoridade. Sendo que a prestação dos serviços que o órgão considerou necessária, está descrita em tal documento (Termo de Referência), cujo mérito administrativo e formatação técnica da contratação são de competência e responsabilidade do órgão interessado (Enunciado BPC nº 7, da Consultoria-Geral da União). Vale dizer que o documento em pauta (Termo de Referência apresentado), no que tange à sua estrutura jurídica, encontra-se regular.

105. De qualquer forma, é importante deixar claro que a pertinência/regularidade/vantajosidade econômica e técnica da formatação dos serviços, bem como, a legitimidade das exigências (materiais e de pessoal) estabelecidas para a sua prestação (dos serviços), são de responsabilidade do órgão de origem. Desta forma, quanto ao ponto em discussão (formatação dos serviços), **deve a Administração se certificar da inexistência: de exigências técnicas desnecessárias que possam restringir indevidamente a competição; e/ou adoção de critérios técnicos que possam redundar em uma contratação antieconômica.**

Pesquisa de mercado

106. Quanto à pesquisa de preços, requisito exigido pela lei regente, nota-se a realização de levantamento de valores através de cotação em empresas do ramo. No entanto, cumpre-nos alertar que é impositivo que o órgão interessado atente-se para a rigorosa observação das determinações/condições estabelecidas na Instrução Normativa nº 5/2014, da SLTI/MPOG, que ora destacamos**:**

> *Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: . **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
> *I - Painel de Preços disponível no endereço*

> *eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br; **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência. **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *§2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *§3º Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente. **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *§4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados. **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *§5º Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo. **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *§6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores." **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)***
>
> *Art. 3º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação.*
>
> *Parágrafo único. Deverá ser conferido aos fornecedores prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a cinco dias úteis.*
>
> *(grifamos)*

107. Não se pode olvidar que a IN nº 3, de 20/04/2017 – que alterou a citada IN nº 05/2014 – , suprimiu o dispositivo normativo anterior que permitia a pesquisa de um único preço quando originado do Portal de Compras Governamentais. Sendo assim, a pesquisa com menos de 3 (três) preços somente será regular se apresentada a justificativa técnica adequada.

108. Insta destacar que as diligências concernentes à pesquisa de preços não se resumem à simples anexação de orçamentos das empresas nos autos, cabendo ao responsável a análise detida de cada proposta, não apenas sob seu aspecto formal (identificação da empresa, idoneidade, compatibilidade da sua finalidade social com o objeto da licitação, etc.), como do seu teor. É de bom alvitre alertar ao órgão para a importância da congruência entre os preços das propostas, considerando que eventuais valores desarrazoados ou evidentemente inexequíveis podem distorcer os resultados das pesquisas efetuadas, de maneira que cumprirá ao órgão o discernimento sobre os orçamentos efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, podendo até serem excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais.

109. Salientamos que é de inteira responsabilidade da autoridade contratante a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados. Como sempre repetimos, os membros da AGU não detêm competência legal, conhecimento especializado ou mesmo ferramentas para avaliar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica. A responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais atos recai integralmente sobre os agentes do órgão promotor da licitação, conforme bem ressaltado pela doutrina de Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti:

> "A aceitação de proposta com sobrepreço pelo pregoeiro ou comissão de licitação, seguida da homologação do procedimento licitatório pela autoridade competente, sujeita-os a responsabilidade, solidariamente com o agente que realizou a pesquisa de preços. O mesmo pode ocorrer com a autoridade superior competente pela ratificação dos atos do processo da contratação direta e o responsável pela pesquisa de preços.
>
> A aceitação de oferta inexequível, de que resulte a inexecução do objeto em razão da impossibilidade de o contratado cobrir os custos da contratação, também atrai a responsabilidade desses agentes (o que realizou a pesquisa de preços, o pregoeiro, os integrantes da comissão de licitação e a autoridade que homologou o procedimento ou ratificou os atos praticados no processo da contratação direta). Em ambas as hipóteses – inexequibilidade ou sobrepreço –, será necessário aquilatar a conduta de cada um desses

> agentes e as circunstâncias em que atuaram, para o efeito de imputar-lhes responsabilidade." ("Responsabilidade por pesquisa de preços em licitações e contratações diretas", Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Editora Fórum, Belo Horizonte, ano 10, n. 116, ago. 2011).

110. Outrossim, o inciso V, do artigo 10, da Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), estatui:

> "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:
>
> (...)
>
> V – permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação do bem ou serviço por preço superior ao de mercado;"

111. E o Tribunal de Contas da União, de fato, reforça que "é indispensável o juízo crítico acerca da consistência dos valores levantados, buscando-se excluir os inexequíveis e aqueles excessivamente elevados (Acórdão TCU 1.108/2007-TCU-Plenário, Relator Ministro Raimundo Carreiro).

112. Portanto, é de todo **recomendável**, portanto, que se faça constar dos autos: **manifestação da área técnica** demonstrando haver ocorrido análise das propostas quanto sua compatibilidade com as especificações e exigências constantes do Termo de Referência; acompanhada d e **avaliação crítica** dos valores obtidos na pesquisa de preços a fim de que sejam descartados aqueles que apresentem grande variação em relação aos demais e que, por isso, possam comprometer a estimativa do preço de referência. **Diante disso, quiçá nos seja oportuno sugerir maior atenção aos valores respeitantes ao item "2" do grupo (manutenção corretiva), que, visivelmente, apresenta grande diferença (400%) de valores nas cotações – atraindo, efetivamente, a necessidade de realização do tratamento de dados determinado pela norma.**

113. Assim, em conclusão, **recomenda-se o reexame – e readequação, naquilo que for necessário, evidentemente – , da pesquisa de preços, pelo consulente, para certificação de que a mesma (pesquisa de preços) atenda rigorosamente aos preceitos da referida Instrução Normativa, em especial, com relação aos dispositivos supracitados/destacados**.

114. Lembrando, ainda, que **deverá ser realizada a estimativa de gastos/preços do fornecimento de peças – e para tanto, evidentemente, de forma igual, devem ser obedecidos os comandos da Instrução Normativa nº 5/2014, da SLTI/MPOG**.

115. Com relação à pesquisa de preços, é importante lembrar, novamente, que não é de responsabilidade desta Consultoria Jurídica a análise/conferência de pertinência e exata correspondência dos valores e dos respectivos cálculos, nem a verificação da legitimidade da cotação de preços realizada e/ou das justificativas técnicas eventualmente apresentadas. A obrigação/responsabilidade sobre a regularidade dos dados e documentos em referência é exclusiva do órgão de origem, que, portanto, deverá ter especial atenção neste ponto (regularidade do estabelecimento dos valores).

Previsão de recursos orçamentários

116. A declaração de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal, conforme dispõe o artigo 10, IX, Lei 8.429, de 1992, artigos 7, §2º, III, 14, 38 e 55 da Lei nº 8.666, de 1993, e artigo 30, IV, do Decreto n.º 5.450/05.

117. Cabe também alertar para que a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, é requerida pelas normas constantes dos arts. 16 e 17, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

118. Atente-se que compete ao órgão verificar, previamente ao envio dos autos para análise do órgão de assessoramento jurídico, a aplicabilidade da Orientação Normativa n. 52. do Advogado-Geral da União, a fim de dispensar a necessidade da declaração acerca dos arts. 16 e 17 da LC 101, de 2000:

> "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II, do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".

119. Todavia, nas licitações para registro de preço não é necessário indicar a dotação orçamentária, que **somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil**, conforme dispõe o art. 7, §2º, do Dec. n.º 7.892, de 2013. Esse também é o entendimento da AGU, vejamos:

> ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 20 DA AGU: " *NA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA É EXIGÍVEL APENAS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO*."

Designação do pregoeiro e equipe de apoio

120. O art. 21, inciso VI do Decreto nº 3.555, 2000 e art. 30, inciso VI do Decreto nº 5.450, de 2005 (pregão eletrônico) exigem a comprovação da legitimidade do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio.

121. Tal exigência foi cumprida.

Designação dos demais agentes competentes

122. Recomenda-se ao consulente instruir o processo com as publicações dos atos de nomeação/designação, ou a citação destes, no tocante às autoridades e demais agentes administrativos, bem como dos atos normativos que estabelecem as respectivas competências, a fim de que, em caso de futura auditoria, reste comprovado nos autos, desde já, que os atos processuais foram praticados por aqueles que efetivamente detinham as atribuições correspondentes.

Da Justificativa para as Exigências de Qualificação Técnica:

123. Não consta dos autos manifestação formal da área técnica do órgão, a respeito das exigências de qualificação técnica feitas no edital e/ou Termo de Referência, conforme Acórdão n. 1390/2005 - 2ª Câmara do TCU: *"Ao inserir exigências de qualificação técnica, consigne os motivos de tais exigências e atente para que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, de modo a atender o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como o art. 30 da Lei n.º 8.666/1993".* **Recomenda-se seja providenciada referida manifestação a ser elaborada pela área técnica.**

DOS DEMAIS ASPECTOS DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

124. Foi publicada a Intenção de Registro de Preços – IRP

DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME DAS ME, EPP, MEI E COOPERATIVAS EQUIVALENTES

125. A Lei complementar n° 123, de 2006, prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal, a fim de atender ao comando do art. 179 da Constituição Federal de 1988, no sentido de conferir tratamento diferenciado para essas empresas, com base na justiça social e distribuição de renda.

126. Nesse sentido, é necessário analisar se a futura licitação a ser realizada precisará ou não ser exclusiva para as microempresas e empresas de pequeno porte, o que se aplica também às cooperativas com receita bruta equivalente à das empresas de pequeno porte, por força do art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, ou se será, ainda, necessária cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos dos inciso I e II do art. 48 da Lei complementar n° 123, de 2006:

> Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
>
> **I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);**
>
> II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
>
> **III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.**
>
> f, Em sendo o caso de dar tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte, **os critérios para tanto devem estar expressos no edital do certame licitatório, nos termos do art. 11 do Decreto nº 8.538, de 2015**. (grifei).

127. Ressalte-se que o tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte **não** será observado caso haja a ocorrência de algumas das situações do art. 10, do Decreto nº 8.538, de 2015:

> Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:
> I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
> II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
> III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou
> IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.
> Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:
> I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
> II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

128. Observe-se que a análise da estimativa dos gastos da Administração por item também tem reflexos quando da análise do tratamento que deverá ser dado as ME/EPP na licitação.

129. No processo em pauta, o certame foi destinado à participação exclusiva – o que, em princípio, e de acordo com a estimação de valores, está em consonância com a norma de regência. (lembrando que cabe ao órgão interessado a verificação de eventual incidência das hipóteses de exceção indicadas no art. 10, do Decreto nº 8.538, de 2015).

130. Contudo, **se, da realização da estimação dos valores referentes ao fornecimento de peças (item "46" deste parecer), for ultrapassado o valor estabelecido na norma (R$ 80.000,00), o certame deverá ser destinado à ampla participação, e, consequentemente, devem ser utilizadas as minutas adequadas (ampla participação) e o processo, neste caso, deve retornar à CJU/MT para nova análise e aprovação das novas minutas**.

MINUTA DO EDITAL E ANEXOS

131. O art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555, de 2000 e art. 30, incisos VII e VIII, do Decreto nº 5.450, de 2005 (pregão eletrônico), exigem que o processo licitatório seja instruído com as minutas do edital, termo de contrato ou instrumento equivalente, e, se for o caso, minuta da ata de registro de preços.

132. Por sua vez, o parágrafo único, do art. 38, da Lei 8.666/93 submete a determina que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

133. Pelo que se verifica, quanto às minutas do edital e anexos (não sendo juntada a minuta da ARP, conforme discorreremos adiante), foram utilizados os modelos disponibilizados pela AGU, que atendem às determinações da legislação pertinente à matéria (Lei de n° 10.520/2002; Lei de nº 8.666/93; e decreto nº 5450/05 e nº 7.892/2013; e IN SEGES/MPDG nº 5/2017).

134. Observa-se que foi exigida, no edital, a apresentação de comprovação da realização de serviço de execução de serviços nas quantidades descritas. Assim, convém alertar que há julgados recentes do c. TCU somente admitindo a obrigatoriedade de atestado de capacidade técnica quando haja justificativa em razão do objeto licitado, e, mesmo assim, somente em relação à parte relevante da obra, *in verbis*:

> **Licitação na modalidade pregão: 1 – A exigência de atestado de capacidade técnica deve ser justificável em razão do objeto licitado**
> Representação noticiou ao Tribunal possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 4/2011, conduzido pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.- Valec [...]. Dentre tais irregularidades, constou a exigência editalícia de atestado de capacidade técnica relativo a fornecimento anterior de quantidades iguais ou superiores a 110.000 (cento e dez mil toneladas), correspondente a 44,97% do total da aquisição prevista, o que teria restringido a competitividade do certame. Ouvidos em audiência, a Valec e a empresa vencedora do certame alegaram que tal exigência seria admissível, uma vez que se situaria um pouco abaixo dos 50% que vem sendo considerado aceitável pela

jurisprudência do TCU. Porém, para o relator, "*além de tais percentuais não poderem ser comparados de forma isolada, sem a análise de outros fatores, a exigência de atestado de fornecimento da referida quantidade – admitindo-se, inclusive, a soma de atestados – não encontra, a meu ver, qualquer respaldo técnico*". Nesse quadro, citou outras oportunidades em que, em uma, a própria Valec estipulou a simples apresentação de atestado de fornecimento destes bens como requisito de qualificação, sem quantitativo mínimo, e, em outra, fixou a comprovação de execução anterior equivalente a apenas 20% do quantitativo pretendido. Em tais situações, para o relator, grandes somas também foram dispendidas pela contratante, o que tornaria pouco razoável o argumento de que, das outras vezes, os pregões eram de valores menores ou não representativos quando comparados com o pregão em análise. Assim, a exigência de qualificação impugnada seria inadmissível, e poderia, efetivamente, ter contribuído para a restrição indevida da competitividade do certame. Contudo, como, nesta etapa processual, a apreciação por parte do Tribunal ainda não ocorreria de forma conclusiva, votou o relator por que, primeiramente, os responsáveis fossem ouvidos em audiência, para que, ao fim, o Tribunal se pronunciasse quanto ao mérito da representação, o que foi acolhido pelo Plenário. Precedentes citados: Acórdãos nºs 2.088/2004, 784/2006, 2.656/2007, 2.297/2007, 2.215/2008, 2.625/2008, 717/2010 e 1.432/2010, todos do Plenário. **Acórdão nº 933/2011-Plenário, TC-004.513/2011-8, rel. Min-Subst. André Luís Carvalho, 13.04.2011.** (Informativo Tcu nº 58/2011)

Licitação de obra pública: 1 - A exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional deve se limitar estritamente às parcelas do objeto licitado de maior relevância técnica e de valor mais significativo

Em auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional – (Depen), na Caixa Econômica Federal – (CEF) e no Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de verificar a conformidade da aplicação de recursos federais em obras públicas de reforma e ampliação do estabelecimento penal masculino de Corumbá/MS, o Tribunal detectou diversas irregularidades, dentre elas, a necessidade de comprovação, por parte das licitantes, da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de atestados, para item de pouca relevância técnica. Para a unidade técnica responsável pelo feito, "*a exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional deve se limitar estritamente às parcelas do objeto licitado de maior relevância técnica e de valor mais significativo*". [...] Destacou a unidade técnica, ainda, que a discricionariedade dada à Administração para juízo de valor quanto ao que seria relevante, para fins de comprovação de capacidade técnica, não dispensaria razoabilidade na escolha dos itens de referência, pelo que a exigência, na espécie, deveria ser considerada indevida, o que foi acolhido pelo relator, o qual votou por que o Tribunal desse ciência da irregularidade ao Governo do Estado do Mato Grosso do sul, sem prejuízo de que fosse promovida a audiência do servidor responsável pelo fato, no que contou com a anuência do Plenário. ***Acórdão n.º 1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011.*** (Informativo TCU nº 72/2011)

135. Por conseguinte, **faz-se necessário que o órgão justifique a necessidade de comprovação da qualificação técnico-operacional e profissional, atendo-se ao entendimento do c. TCU de que tal exigência deve se limitar estritamente às parcelas do objeto de maior relevância técnica e de valor mais significativo**. **O mesmo deve ser feito (apresentação de justificativa) em relação à exigência de escritório/filial/sede na localidade de prestação dos serviços**. Evidentemente, **se inexistir justificativa o regramento respeitante deve ser extirpado do edital**.

136. No eventual caso de manutenção da adjudicação por grupo/lote (desde que observadas as diretrizes contidas nos itens 64 a 72, deste parecer), cabe recomendar, a fim de evitar a ocorrência, mesmo que involuntária, do malsinado "jogo de planilha", e **desde que exista viabilidade técnica (o que deve ser aferido pelo órgão consulente)**, seja estabelecido que os preços dos itens que compõem o(s) grupo(s) não podem ser superiores aos respectivos preços de referência. Para tanto, **deve ser alterada (se for tecnicamente possível, vale repetir) a regra do subitem "9.2.3" do edital, passando a constar com a seguinte redação:**

9.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado para o grupo e, inclusive, para os itens que o compõe, ou apresentar preço manifestamente inexequível.

137. Neste caso, **a "planilha de preço máximo" deve integrar o edital como anexo, o que demanda a correspondente adequação do subitem "25.10" do edital.**

138. **Não consta do processo a minuta da ARP.** Assim, deve ser seguido o modelo disponibilizado pela AGU, com a promoção, obviamente, das devidas adaptações/complementações:

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º .....

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF sob o nº .....portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., publicada no ..... de ...../...../20....., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5, de 26 de maio de 2017 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de Pregão nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Nota Explicativa: adaptar a tabela, bem como a referente ao cadastro de reserva, quando for o caso, de acordo com as condições e características atinentes à natureza do serviço.

Nota Explicativa 2: Nos termos do Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).

3. ORGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº Órgãos Participantes

Nota Explicativa: Não havendo órgãos participantes, suprimir o item.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

Nota Explicativa: A Ata de Registro de Preços pode ter sua validade fixada por prazo inferior a 12 (doze) meses, podendo ou não ser prorrogada, a critério da Administração, respeitado, contudo, o prazo total de 12 (doze) meses (art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Nota explicativa: Considerando o disposto no art. 9º, XI do Decreto n. 7.892, de 2013, bem como a regra prevista na IN SLTI/MPOG n. 05, de 2014, alterada pela IN SEGES/MP n. 3, de 2017.

5.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos

valores de mercado observará a classificação original.

Nota Explicativa: Suprimir o item quando inexistirem outros fornecedores classificados registrados na ata.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.8.1. por razão de interesse público; ou

5.8.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

139. Como é evidente, as “notas explicativas” contidas na minuta são apenas orientação do órgão consulente quanto ao correto preenchimento – e não precisam, é claro, ser mantidas no texto final.

140. **É necessária também a correção do subitem “25.10” do edital, que relaciona os anexos existentes, porém, não faz menção à ARP.**

141. **É necessário o estabelecimento do índice de reajustamento dos preços, incluindo-o na minuta do contrato (cláusula “Sexta”). O órgão de origem é responsável pela verificação e eleição do índice mais adequado ao objeto contratual..**

Compatibilização das peças editalícias

142. Lembramos que é fundamental a plena harmonização de todas elas – Termo de Referência e minutas de edital, de Ata de Registro de Preços e de contrato (quando incidentes) –, para evitar disciplinas dissonantes sobre o mesmo tema.

143. Cumpre ao órgão assegurar que as cláusulas que se repetem em mais de uma peça – pagamento, sanções, obrigações, fiscalização, etc. – sigam sempre a mesma redação, sem discrepâncias entre as diversas versões. Tal cautela deve ser redobrada quando da inserção de adaptações ou alterações, inclusive em razão das recomendações feitas no presente parecer.

144. Do contrário, caso a mesma cláusula contenha redações distintas em cada peça, abre-se espaço para o surgimento de potenciais transtornos e controvérsias no decorrer da licitação ou da execução contratual – situação que obviamente deve ser evitada a todo custo.

145. Por tratar-se de trabalho meramente burocrático, sem contornos jurídicos, não adentraremos tal esfera – mas fica registrada a extrema importância da tarefa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

146. Importa repetir, não compete à Consultoria Jurídica avaliar a pertinência dos documentos técnicos e das justificativas de igual natureza (não jurídicas), referentes à contratação (a exemplo daquelas pertinentes: à necessidade e aos quantitativos estabelecidos; ao estabelecimento do preço de referência; ao agrupamento de itens), e, também, quanto à formatação dos serviços. Portanto, pede-se especial atenção do órgão de origem quanto à regularidade destes pontos, evitando-se exigências eventualmente desnecessárias que limitem ou frustrem a competição.

150. As recomendações/alterações propostas neste parecer, embora sendo várias – a maioria delas referentes exclusivamente ao aspecto técnico da contratação – , são de fácil verificação e efetivação, sendo que não nos parece necessária a devolução dos autos a esta CJU/MT para nova análise. Contudo, caso o órgão não se sinta seguro, ou detenha alguma dúvida (no âmbito jurídico) quanto ao correto procedimento (das alterações/regularizações do processo), esta Consultoria Jurídica pode/deve ser novamente acionada. Ressalvamos, também, a necessidade de retorno no caso de ocorrência das situações supracitadas: alteração do regramento jurídico em decorrência de eventual enquadramento do objeto como serviços de engenharia; se a nova estimativa de valores superar o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a necessária alteração das minutas (destinação do certame à ampla participação).

CONCLUSÃO

151. Na confluência do exposto, considerando-se que a presente análise jurídica se refere à legalidade das minutas e à observância da regularidade de execução dos atos administrativos da instrução processual, excluídas as análises técnicas e meritórias que não competem a esta CJU, **desde que observados os apontamentos, realizados os procedimentos e efetuadas as correções especificadas acima,** APROVO as minutas do presente pregão, com ressalvas, alterações e condicionantes, e pela continuidade do processo **somente após adoção de todas as providências indicadas**, responsabilizando-se o consulente integralmente pelo cumprimento adequado de tais recomendações, caso em que, se não adotadas, entender-se-á que o procedimento ocorreu em desacordo com o proposto por esta Consultoria. A propósito:

> Enunciado BPC n° 05, da Consultoria-Geral da União:
> *Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas.*

152. Entretanto, prevenimos, uma vez mais, que **será imperativa a necessidade de retorno do processo caso haja incidência das seguintes situações: alteração do regramento jurídico em decorrência de eventual enquadramento do objeto como serviços de engenharia; se a nova estimativa de valores superar o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a necessária alteração das minutas (destinação do certame à ampla participação).**

153. Por conveniente, e sem prejuízo, obviamente, da necessidade de atenção, do órgão consulente, a todas as observações feitas nesta manifestação jurídica, indicamos, de forma resumida, os procedimentos recomendados neste parecer:

- verificação de incidência das restrições/procedimentos instituídos pelo Decreto nº 7.689/2012, ou outro normativos relativos a “limites”, "contingenciamento orçamentário" ou a "restrição ao empenho de verbas";

- proceder à avaliação da conformidade legal (apresentação de lista de verificação);

- avaliação da descrição adequada do objeto;

- apresentação de justificativa técnica para a exigência de peças genuínas e/ou originais; ou alteração do projeto técnico, com admissão de fornecimento de peças de mesma qualidade (que a original);

- realizar a estimativa de quantitativos e de gastos (através de regular pesquisa de preços) com o fornecimento/aquisição de peças;

- verificação do enquadramento do objeto da licitação como sendo serviços de engenharia, com aplicação do regramento contido no decreto nº 7.983/2013, se for o caso;

- fazer constar do processo a justificativa para o agrupamento de itens, com a informação/descrição dos estudos técnicos e/ou elementos objetivos que a embasaram;

- certificar-se da adequada adoção de critérios de sustentabilidade ambiental;

- verificar se a justificativa para a contratação contém as informações técnicas demandadas pela norma legal, complementando-a, se necessário;

- certificar-se da inexistência no projeto técnico (Termo de Referência), de exigências técnicas desnecessárias que possam restringir indevidamente a competição; e/ou adoção de critérios técnicos que possam redundar em uma contratação antieconômica;

- certificar-se de que a pesquisa de preços, sob o aspecto técnico, observou todos os comandos da Instrução Normativa nº 5/2014, da SLTI/MPOG; e realização de análise crítica dos preços;

- apresentação de justificativa quanto as exigências de qualificação técnica/operacional; ou proceder à exclusão das respectivas exigências do edital;

- incluir a "planilha de preço máximo", como anexo edital, e promover neste (edital) as pertinentes alterações (redação sugerida no parecer);

- incluir o anexo da minuta da ARP (redação sugerida no parecer);

- adequar a redação do subitem do edital (25.10) que relaciona os anexos integrantes, devido à inclusão da minuta da ARP e da planilha de preço máximo (redação absolutamente óbvia);

- certificação da compatibilização das peças editalícias;

- devolução do processo para nova análise no caso de ocorrência das seguintes hipóteses: alteração do regramento jurídico em decorrência de eventual enquadramento do objeto como serviços de engenharia; se a nova estimativa de valores superar o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a necessária alteração das minutas (destinação do certame à ampla participação).

154. Por derradeiro, compete-nos esclarecer que, consoante a previsão do art. 50, VII, da Lei n° 9.784/99, e jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 826/2011 e nº 521/2013 - Plenário; nº 1.449/2007 e nº 1.333/2011 - 1ª Câmara; nº 4.984/2011 - 2ª Câmara), as orientações do parecer jurídico podem ser motivadamente afastadas pela autoridade administrativa; todavia, ao assim proceder, age por sua exclusiva conta e risco, bem como sob sua exclusiva e integral responsabilidade.

À consideração superior.

Cuiabá, 17 de setembro de 2018.

MARCELO ROSA LOPES
ADVOGADO DA UNIÃO - SIAPE 1425565

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 21024003402201803 e da chave de acesso db7dea2b

---

Documento assinado eletronicamente por MARCELO ROSA LOPES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 170884766 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO ROSA LOPES. Data e Hora: 17-09-2018 17:29. Número de Série: 3842269672217098452. Emissor: AC CAIXA PF v2.

DESPACHO n. 00357/2018/CJU-MT/CGU/AGU

NUP: 21024.003402/2018-03
INTERESSADOS: UNIÃO - SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO - SFA/MT
ASSUNTOS: Aprovação PARECER nº 00401/2018/JUR/CJUMT/AGU

Aprovo o Parecer supra de autoria do Advogado da União Marcelo Rosa Lopes, com a ressalva de que ao parecerista coube a responsabilidade de conferir e analisar juridicamente todos os atos administrativos, documentos, prazos e o inteiro teor de minutas e anexos que instruem o processo encaminhado a esta Consultoria Jurídica da União.

Destaco e encareço que, por força do Art. 131 da Constituição Federal, do Art. 11 da Lei Complementar nº 73/93, do Art. 8-F da Lei nº 9.028/1995, Atos Regimentais da Advocacia-Geral da União nº 3/2002 e nº 5/2005 que atribuem a competência às Consultorias Jurídicas para o assessoramento jurídico das autoridades locais, TODAS as manifestações desta CJU/MT exaradas nos processos devem ter trânsito necessário pelos gabinetes para conhecimento dessas autoridades.

Junte-se. Comunique ao Interessado para conhecer e tomar as providências indicadas no Parecer e neste Despacho.

Cuiabá - MT, 18 de setembro de 2018.

[Assinado eletronicamente]
SILVIO MENDES DA COSTA
Advogado da União - SIAPE 1219847
Consultor Jurídico da União no Estado de Mato Grosso

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 21024003402201803 e da chave de acesso db7dea2b

Documento assinado eletronicamente por SILVIO MENDES DA COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 171649618 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): SILVIO MENDES DA COSTA. Data e Hora: 18-09-2018 18:51. Número de Série: 13516855. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECAO DE ATIVIDADES GERAIS-SFA-MT
Delegacia Federal da Agricultura, PONTE NOVA - Bairro Alameda, Cuiabá/MT, CEP 78115901
Telefone: (65) 3688-6749 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.agricultura.gov.br

Várzea Grande-MT, 30 de novembro de 2018

Prezado chefe,

Com a finalidade de sanar o questionamento do item 48, do parecer 00401/2018/CJU-MT/CGU/AGU referente ao enquadramento do objeto da licitação como serviço de engenharia que deve ser atestado por profissional devidamente habilitado, de acordo, com a Lei 5.194, de 1996 e as resoluções do Conselho Federal de engenharia - CONFEA; encaminhamos orçamentos dos profissionais habilitados para realização do laudo. O menor preço encontrado foi o de R$ 2.840,00 do engenheiro mecânico Vinicius Maia Barros. Se estiver de acordo, favor providenciar Pedido de Autorização de Despesas-PAD e AUTORIZÇÃO do ordenador de despesas e encaminhar ao setor competente para dispensa de licitação.

Documento assinado eletronicamente por **GEYSLLA QUEIROZ DE SOUZA**, **Chefe da Seção de Atividades Gerais**, em 30/11/2018, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6033062** e o código CRC **9BEBAA48**.

Referência: Processo nº 21024.003402/2018-03 SEI nº 6033062

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS-SFA-MT
Alameda Aníbal Molina s/n - Bairro Ponte Nova Várzea Grande - MT

CEP 78115-901 Tel: (65) 3688-6770

DESPACHO

Com fundamento no **INCISO II, ARTIGO 24, DA LEI N° 8.666/1993**, usando da delegação de competência que me foi outorgada conforme Portaria n° 1.428 de 01/09/2015, publicada no DOU de 02/09/2015, **AUTORIZO** a abertura de licitação por **DISPENSA** referente ao processo n° **21024.003402/2018-03** para atender despesas com **ateste de serviço de engenharia do elevador** a conta dos Créditos Orçamentários no Plano Interno **PI-OPERASFAS**, Natureza de Despesa 3390-39**,** na fonte de recursos **0100000000,** com valor de **R$2.840,00**, programados para o exercício de 2018, em proveito desta Superintendência Federal de Agricultura – SFA/MT.

Justifica-se através do parecer 00401/2018/CJU-MT 5500716.

Informamos que o preço apresentado pelo fornecedor é compatível com os valores praticados pelo mercado, conforme pesquisa de preços realizada através dos três orçamentos anexos ao Processo. Após análise das propostas apresentadas, utilizou-se o critério menor preço.

Restitua-se o processo ao SCC/DAD/SFA/MT, para as demais providências.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 30/11/2018, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6033193** e o código CRC **8ACA1E84**.

Referência: Processo nº 21024.003402/2018-03 SEI nº 6033193

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação

Ambiente: PRODUÇÃO

Visualizar Dispensa

06/12/2018 11:23:12

Esta consulta reflete a compra tal como foi encerrada.

Órgão: 22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

UASG Responsável: 130077 - SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.

Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso	Cotação Eletrônica
Dispensa de Licitação	00057/2018	Lei nº 8.666	Art. 24º	II	Não

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Nº do Processo	Valor Total da Compra (R$)	Quantidade Informada de Itens	Itens Incluídos	Itens Cancelados
21024003402201803	2.840,00	1	1	0

Objeto:
Importância Financeira que se empenha para atender despesas com Serviços de Engenharia para elaboração do Laudo referente a plataforma de elevação da Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso - SFA/MT.

Fundamento Legal:
Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Justificativa da Compra sem Licitação:
Faz-se necessário para emissão de Laudo

Reconhecimento da Compra

Data do Reconhecimento: 04/12/2018

CPF do Responsável	Nome	Função
831.924.681-49	MARIA DULCE DE MORAES CHAVES	Chefe Substª da Dad/mt

Informações Adicionais da Compra

Data/Hora do Encerramento: 06/12/2018 às 11:16

CPF do Responsável pelo Encerramento: 000.733.461-36

Itens | Nova Pesquisa de Compras

Solução SERPRO

Dispensa SIASG 57/2018 (6081256) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 32

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação

Ambiente: PRODUÇÃO

Item da Dispensa

06/12/2018 11:23:24

Esta consulta reflete a compra tal como foi encerrada.

Órgão: 22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO

UASG Responsável: 130077 - SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.

Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso	Cotação Eletrônica
Dispensa de Licitação	00057/2018	Lei nº 8.666	Art. 24º	II	Não

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Item

Nº do Item	Tipo de Item	Item
1	Serviço	876 - Perícia, Laudo e Avaliação

Descrição Detalhada

Elaboração do Laudo referente a plataforma de elevação da Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso - SFA/MT.

☐ Item Sustentável

Quantidade	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	UNIDADE	2.840,00	2.840,00

Fornecedor

Tipo Fornecedor	CPF/CNPJ	Razão Social / Nome
Pessoa Física	024.819.931-52	VINICIUS MAIA BARROS

Pesquisas de Preço de Mercado

Valor Total Pesquisado (R$)	Data da Pesquisa	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
2.840,00	06/12/2018	024.819.931-52	VINICIUS MAIA BARROS

Resultado (SISPP)

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Valor Total (R$)	Quantidade	Marca	Situação
024.819.931-52	VINICIUS MAIA BARROS	2.840,00	1		-

Empenhos (SISME)

UG	Gestão	Nº do Empenho	Fornecedor	Valor (R$)	Situação
130077	00001	2018NE800864	024.819.931-52	2.840,00	ENVIADO

Item Anterior | Ir para o Item: 1 Ir | Próximo Item

Dispensa | Itens | Nova Pesquisa de Compras

Solução SERPRO

Dispensa SIASG 57/2018 (6081256) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 33

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DELEGACIA FEDERAL DA AGRICULTURA, CUIABÁ, MT, CEP 78115901

- BAIRRO ALAMEDA, (65) 3688-6749 E-MAIL:

ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO PARECER 00401/2018/CJU-MT/CGU/AGU

O objeto da licitação foi reanalisado para garantir sua adequada descrição.

O item que previa a exigência de peças genuínas e/ou originais foi alterado com admissão de fornecimento de peças de mesma qualidade que a original.

Quanto a estimativa de peças, não é possível prever as peças que poderão necessitar de reparo, pois ao longo de 5 anos do contrato anterior, não tivemos intercorrências relacionadas as peças. Através de pesquisa com fornecedores locais, verificamos que as empresas fornecem dois tipos de contratos de manutenção de elevador sendo um para manutenção preventiva e corretiva que não inclui troca de peças e outro com manutenção preventiva e corretiva com troca de peças, sendo a diferença entre eles não muito grande o que nos levou a optar pelo contrato, incluso troca de peças, para que estejamos cobertos caso venha a ocorrer a necessidade de troca de alguma peça do equipamento. Porém, a empresa não fornece uma cotação separada para as peças.

O equipamento instalado nesta SFA-MT se trata de uma obra de engenharia, conforme laudo emitido por engenheiro mecânico, sendo que o equipamento necessita de manutenções mensais e emissão de ART por profissional habilitado a cada 12 meses.

As manutenções corretiva e preventiva ficaram agrupadas em 1 (um) item , na quantidade de 12, pois há necessidade de manutenção mensal do elevador, sendo a previsão para um ano do contrato.

Critérios de sustentabilidade ambiental adotados estão de acordo com a normativa vigente.

A justificativa da contratação está embasada,principalmente, no critério de acessibilidade, pois o equipamento é essencial para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida ao piso superior do prédio da SFA-MT. Além disso, objetivando manter o equipamento em perfeitas condições de funcionamento e conservação, com intuito de zelar pelo bem público, evitando-se ônus desnecessários em manutenção corretiva.

As exigências técnicas presentes no termo de referência estão embasadas no laudo emitido por engenheiro mecânico especificamente para este equipamento.

Devido a dificuldades em receber retorno por escrito das empresas de manutenção de elevadores (recebemos apenas de 1 empresa até então), optamos por realizar uma pesquisa similar no site do painel de preços para o serviço mensal de manutenção de elevadores e com 1 fornecedor local e calculamos a média com base nos dois resultados.Os preços para este serviço estão de acordo com o levantado por meio de contato telefônico com os fornecedores locais.

Encaminho ao SCC/DAD-SFA-MT para proceder com demais alterações solicitadas no parecer.

Documento assinado eletronicamente por **GEYSLLA QUEIROZ DE SOUZA**, **Chefe da Seção de Atividades Gerais**, em 02/04/2019, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6840225** e o código CRC **AFBB531A**.

Referência: Processo nº 21024.003402/2018-03 SEI nº 6840225

Delegacia Federal da Agricultura - Bairro Alameda, CEP 78115901, Cuiabá - MT, (65) 3688-6749

Resumo da IRP

Órgão da UASG	UASG Gerenciadora	N° da IRP
22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTE	130077 - SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARI/	130077 - 00002/2019

Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Data Provável da Licitação	Prazo Estimado de Validade da Ata	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Pregão Eletrônico	Menor Preço	07/06/2019	12	Sim	Não

Objeto

Registro de Preços para futura contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador instalado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso

Gestor de Compras

Gestor de Compras Responsável

Nome	CPF
NELSO FORTUNATO OJEDA	329.010.621-72

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail
65 36886752	36886759	nelso.ojeda@agricultura.gov.br

Gestor de Compras Substituto

Nome	CPF

DDD/Telefone	DDD/Fax	E-mail

UASG Gerenciadora

UASG Gerenciadora	Órgão da UASG
130077 - SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E AB	22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMEI

Logradouro	Número	Complemento
ALAMEDA DR.ANIBAL MOLINA, S/NR. - VARZEA GRANDE/MT		

Bairro	Município	CEP
	Várzea Grande/MT	78115901

Itens da IRP

N° do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
1	Serviço	16691-Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante	mensal	Menor Valor	1.576,5200	130077 - SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.	Várzea Grande/MT	12

Um registro encontrado.

Adicional

Observação

Anexo(s)

Nenhum registro a ser exibido.

Resumo IRP n° 02/2019 (7086108) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 36

Fechar

Resumo IRP nº 02/2019 (7086108) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 37

aprovado pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 e o que consta no Processo SEI 21024.005774/2018-66, resolve:

Designar a partir de 01/08/2018, o servidor **GENIVAL JOSE NUNES DE ARRUDA,** matricula **SIAPE 7442,** ocupante do cargo de **Agente Administrativo, para exercer o encargo de Chefe Substituta d**o **Setor de Compras e Contratos - SCC/SAG,** FG-2, desta Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

PORTARIA Nº 2634, DE 03 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 262, de Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, bem como, Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 e o que consta no Processo SEI 21024.008832/2017-22, resolve:

Dispensar a partir de 15/06/2018, o servidor JULHERVERSON RODRIGUES DO NASCIMENTO**,** matricula **SIAPE 1622183,** ocupante do cargo de **Agente Administrativo, do encargo de Chefe Substituto** da Seção de Apoio Operacional e Divulgação - SAOD/GAB/SFA-MT, FG-1, desta Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

PORTARIA Nº 2646, DE 03 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 262, de Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, bem como, Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 e o que consta no Processo SEI 21024004989/2016-06, resolve:

Art. I - Designar o servidor **NELSO FORTUNATO OJEDA**, Agente de Vigilância, matrícula **SIAPE 7445**, CPF 329010621-72, para atuar como **Pregoeiro Oficial** desta SFA-MT pelo período de **01(um) ano**. E como membros da Equipe de Apoio, **DOGIVAL BARBOSA DA SILVA**, empregado público, Assistente Administrativo, matrícula **SIAPE 1949257,** CPF 161954771-68, **e GENIVAL JOSÉ NUNES DE ARRUDA,** Agente Administrativo, **matrícula SIAPE 7442,** CPF 209600262-34**.**

Art. II - Revogar a Portaria nº 1817 de 03/08/2017.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

PORTARIA Nº 2647, DE 03 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 262, de Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, bem como, Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 e o que consta no Processo SEI 21024004989/2016-06, resolve:

Art. I - Designar a servidora **MARIA DULCE DE MORAES CHAVES**, Administradora, matrícula **SIAPE 2181221**, para atuar como Presidente da **Comissão Permanente de Licitação** desta SFA-MT pelo período de 01(um) ano. E como membros da Equipe de Apoio **GENIVAL JOSÉ NUNES DE ARRUDA,** Agente Administrativo, **matrícula SIAPE 7442, e DOGIVAL BARBOSA DA SILVA**, empregado público, Assistente Administrativo, matrícula **SIAPE 1949257 .**

Art. II - Revogar a Portaria nº 1816, de 03/08/2017.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 295 DE 06 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM PERNAMBUCO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016 e art. 262, da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e ainda o disposto no parágrafo único, do art. 157, da Lei nº 8.112/90, e o que consta no Processo SEI nº 21036.001954/2018-30, resolve:

Art. 1º **RECONDUZIR,** o prazo da Comissão de Sindicância, por mais 30 dias, constituída através da Portaria nº 250 de 01 de junho de 2016, publicada no Boletim Pessoal nº 62 de 09/06/2016, prorrogada pela Portaria nº 306, de 08/07/2016, reconduzida pela Portaria nº 382, de 16 de setembro de 2016, publicada no Boletim Pessoal Extraordinário nº 97, de 19/09/2016, prorrogada pela Portaria nº 432 de 21 de outubro de 2016, publicada no Boletim Pessoal nº 109 de 24/10/2016, reconduzida pela portaria nº 159, de 20/04/17, publicada no Boletim Pessoal Extraordinário nº 52, de 02/05/2017, prorrogada pela Portaria nº 210, de 16/06/2017, publicada no Boletim Pessoal Extraordinário nº 78, de 16/06/2017, reconduzida pela Portaria nº 315, de 10/10/2017, publicada no Boletim Pessoal Extraordinário nº 139, de 11/10/2017, prorrogada pela Portaria n° 010, de 15 de janeiro de 2018, publicada

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS-SFA-MT
Alameda Aníbal Molina s/n, - Bairro Ponte Nova, Várzea Grande/MT, CEP 78115-901
Telefone: (65) 3688-6770, - http://www.agricultura.gov.br

Várzea Grande/MT, 23 de abril de 2019.

ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO PARECER 00401/2018/CJU-MT/CGU/AGU

Foram realizados os seguintes procedimentos para regularização das recomendações contidas no parecer:

1 - verificação de incidência das restrições/procedimentos instituídos pelo Decreto nº 7.689/2012, ou outro normativos relativos a “limites”, "contingenciamento orçamentário" ou a "restrição ao empenho de verbas": Os processos para realização de licitações estão condicionadas a autorização da Coordenação Geral de Apoio às Superintendências no âmbito do MAPA, desta forma, solicitamos nova autorização conforme documento nº 7098568.

2 - proceder à avaliação da conformidade legal (apresentação de lista de verificação): Lista de Verificação inclusa no processo documento nº 7098433.

3 - avaliação da descrição adequada do objeto: Justificativa SAG-MT 6840225;

4 - apresentação de justificativa técnica para a exigência de peças genuínas e/ou originais; ou alteração do projeto técnico, com admissão de fornecimento de peças de mesma qualidade (que a original): Justificativa SAG-MT 6840225;

5 - realizar a estimativa de quantitativos e de gastos (através de regular pesquisa de preços) com o fornecimento/aquisição de peças: Justificativa SAG-MT 6840225;

6 - verificação do enquadramento do objeto da licitação como sendo serviços de engenharia, com aplicação do regramento contido no decreto nº 7.983/2013, se for o caso: Justificativa SAG-MT 6840225;

7 - fazer constar do processo a justificativa para o agrupamento de itens, com a informação/descrição dos estudos técnicos e/ou elementos objetivos que a embasaram: Justificativa SAG-MT 6840225;

8 - certificar-se da adequada adoção de critérios de sustentabilidade ambiental: Justificativa SAG-MT 6840225;

9 - verificar se a justificativa para a contratação contém as informações técnicas demandadas pela norma legal, complementando-a, se necessário: Justificativa SAG-MT 6840225;

10 - certificar-se da inexistência no projeto técnico (Termo de Referência), de exigências técnicas desnecessárias que possam restringir indevidamente a competição; e/ou adoção de critérios técnicos que possam redundar em uma contratação antieconômica: Justificativa SAG-MT

6840225;

11 - certificar-se de que a pesquisa de preços, sob o aspecto técnico, observou todos os comandos da Instrução Normativa nº 5/2014, da SLTI/MPOG; e realização de análise crítica dos preços: Justificativa SAG-MT 6840225;

12 - apresentação de justificativa quanto as exigências de qualificação técnica/operacional; ou proceder à exclusão das respectivas exigências do edital: Justificativa SAG-MT 6840225;

13 - incluir a "planilha de preço máximo", como anexo edital, e promover neste (edital) as pertinentes alterações (redação sugerida no parecer): Planilha inclusa como Anexo IV do Edital 7086077;

14 - incluir o anexo da minuta da ARP (redação sugerida no parecer): ARP inclusa como Anexo III do Edital 7086077;

15 - adequar a redação do subitem do edital (25.10) que relaciona os anexos integrantes, devido à inclusão da minuta da ARP e da planilha de preço máximo (redação absolutamente óbvia): Adequada a redação do subitem 23.15 (Anexos) do Edital 7086077;

16 - certificação da compatibilização das peças editalícias: Peças Editalícias compatibilizadas;

17 - devolução do processo para nova análise no caso de ocorrência das seguintes hipóteses: alteração do regramento jurídico em decorrência de eventual enquadramento do objeto como serviços de engenharia; se a nova estimativa de valores superar o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a necessária alteração das minutas (destinação do certame à ampla participação): após sanar as recomendações apresentadas no PARECER 00401/2018/CJU-MT/CGU/AGU, estamos retornando o presente processo para nova análise e parecer, pois houve alteração do regramento jurídico em decorrência do enquadramento do objeto como serviço de engenharia, refizemos a Minuta do Edital utilizando o modelo da AGU para serviços comuns de engenharia.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DULCE DE MORAES CHAVES**, **Administrador (a)**, em 23/04/2019, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7098862** e o código CRC **2EAE2712**.

Referência: Processo nº 21024.003402/2018-03 SEI nº 7098862

AVENIDA GENERAL RAMIRO DE NORONHA MONTEIRO, Nº 294, BAIRRO JARDIM CUIABÁ, CUIABÁ-MT CEP 78043-180 TELEFONE: 65 3319 5200 E-MAIL: CJU.MT@AGU.GOV.BR

PARECER n. 00186/2019/CJU-MT/CGU/AGU

NUP: 21024.003402/2018-03
INTERESSADOS: UNIÃO - SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO - SFA/MT
ASSUNTOS: Pregão eletrônico para Registro de Preços. Manutenção elevador com fornecimento de peças.

I. Pregão Eletrônico para registro de preços. Contratação dos serviços de manutenção de elevador com fornecimento de peças (com o custo destas a cargo da Administração). Leis nº 8.666/93, n° 10.520/2002. Decretos n° 5.450/2005 e nº 7.892/2013.

II. Cautelas quanto à instrução processual.

III. Objeto da contratação enquadrado como serviço de engenharia. Necessidade de observação das exigências contidas no decreto nº 7.983/2013. Sugestão de reavaliação do projeto técnico, quanto à adequabilidade à norma de regência (decreto nº 7.983/2013).

IV. Descabe à Consultoria Jurídica dispor sobre a matéria técnica (Enunciado BPC nº 7, da Consultoria-Geral da União, sendo de responsabilidade do órgão interessado a regularidade e economicidade do projeto técnico.

IV. Minutas aprovadas com recomendações e ressalvas.

Sr. Consultor,

DO RELATÓRIO

1. Submete-se a exame desta CJU/MT, consoante o estabelecido no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei de n° 8.666/93, o ato licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço (lote único), para registro de preços, com previsão de exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte (subitem “4.1.2” do edital), para contratação dos serviços de manutenção de elevador com fornecimentos de peças (com o custo destas embutido no preço da manutenção), consoante especificado no novo Termo de Referência.

2 . **O processo já tramitou pela CJU/MT, ocasião em que foi emitido o “Parecer nº 401/2018/JUR/CJUMT/AGU” , que aprovou as minutas com ressalvas, recomendações e condicionantes**. O processo agora retorna em razão do posterior enquadramento com serviços de engenharia o que acarretou, dentre outras alterações/modificações, na substituição das minutas anteriores. Nota-se que houve alteração do projeto técnico também no que se refere à forma de pagamento/cobrança quanto às peças substituídas em virtude da manutenção corretiva, que, pelo que se depreende, passa a estar (o valor) embutido no preço da manutenção. Assim, além dos documentos já mencionados no parecer jurídico precedente, contam do processo, em especial: laudo técnico enquadrando o objeto da contratação como sendo de serviço de engenharia; pesquisa de preços; informações quanto ao atendimento às indicações feitas parecer jurídico anterior; novo Termo de Referência, com aprovação da autoridade; planilha de preço de referência; minuta do edital e anexos; extrato da IRP; designação do pregoeiro e equipe; informação da existência de recursos orçamentários; lista de verificação.

3. O valor global (lote único: aglutinação dos serviços e fornecimento de peças) estimado da contratação passa a ser de R$ 18.918,89 (dezoito mil e novecentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos).

FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

4. De início entendemos ser útil reiterar algumas explanações, advertências e indicações efetuadas na manifestação jurídica precedente (Parecer nº 401/2018/JUR/CJUMT/AGU). Assim, é importante ressaltar que as Consultorias Jurídicas da União, dentro do âmbito da Advocacia-Geral da União, são órgãos consultivos, quem têm por objetivo, orientar os dirigentes do Poder Executivo Federal, quanto à constitucionalidade e legalidade de seus atos, não sendo, por conseguinte, da competência desta CJU questionar sobre a oportunidade e conveniência da pretensão administrativa, visto tratar-se de ato discricionário do administrador público, cuja análise de mérito é reservada à Administração.

5 . De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de

assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

6. Portanto, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assessorar o Gestor no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos e apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico, bem como recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco.

7. Saliente-se que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

8. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

9. Finalmente, é nosso dever informar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

DA FUNDAMENTAÇÃO E DAS RECOMENDAÇÕES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

10. Preambularmente, é conveniente registrar que os processos de licitação vêm a esta CJU/MT para análise de duas ordens distintas e complementares, a saber: análise e aprovação das minutas de edital e seus anexos inclusive contrato (art. 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93) e para análise e assessoramento da autoridade no controle da legalidade dos atos administrativos (art. 131, Constituição Federal, art. 11 da Lei Complementar n.º 73/93, art. 8-F da Lei n.º 8.028/95 e Ato Regimental AGU n.º 03/02 e 05/07).

11. No campo do assessoramento jurídico, aí se inclui a análise de toda a instrução processual, a natureza do trabalho da assessoria jurídica é opinativa, nem por isso menos importante, devendo ser levantados todos os aspectos e implicações jurídicas relevantes com vistas ao controle de legalidade da atuação administrativa.

12. Sob o comando emergente do parágrafo único do art. 38, da Lei n.º 8.666/93, a análise feita é conclusiva e decisória pela aprovação ou não das minutas pela assessoria jurídica.

13. No dizer do mestre Marçal Justen Filho, a licitação é um instrumento jurídico para a satisfação de valores fundamentais, buscando realizar dois fins relevantes, o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: 2005. P. 43). A vantajosidade determinada no artigo 3º da Lei nº 8666/93 espelha basicamente a busca por contratação que seja tanto economicamente mais vantajosa — menor gasto de dinheiro público — quanto que assim o seja qualitativamente - melhor gasto, privilegiando-se, como regra, o menor preço.

REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

14. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

15. Com efeito, no que tange especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, conforme art. 38 da Lei n. 8.666, de 1993, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são aplicáveis, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, compreendendo, na medida do possível, o máximo, 200 folhas:

> ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 2, DE 1º DE ABRIL DE 2009
> "Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em

sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento. ”

16. Aplicáveis ainda, a Portaria Interministerial nº 1.677, de 2015 (no caso de órgãos integrantes do SISG) e Portaria Normativa MD nº 1.243, de 2006 (para os órgãos militares), que também dispõem sobre procedimentos gerais referentes à gestão de processos, sendo recomendável também que o consulente verifique se há disciplina própria reguladora no âmbito de seu órgão.

17. É certo que tais normas devem ser adaptadas e aplicadas, naquilo que couber, ao processo eletrônico.

18. O presente processo, pelo que se verifica, está regularmente formalizado.

LIMITES DE CONTRATAÇÃO PREVISTOS NO DECRETO Nº 7.689, de 2012

19. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 7.689/2012 estabeleceu *limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços* e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, donde se destaca a previsão contida em seu artigo 2º.

20. A Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012, estabeleceu normas complementares para o cumprimento do mencionado Decreto, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

> *I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;*
>
> *II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentose instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;*
>
> *III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;*
>
> *IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e*
>
> *V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.*
>
> *Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.*

21. A autoridade assistida deve **certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio -, adotando as providências necessárias,** se for o caso.

22. Por outro lado, **recomendamos à área técnica do órgão verificar a eventual existência de Decretos ou outros normativos relativos a “limites”, "contingenciamento orçamentário" ou a "restrição ao empenho de verbas"**. Lembramos, ainda, que a Portaria nº 179, de 2019, do MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, também determinou a suspensão de contratações, para o ano de 2019, nos seguintes termos:

> Art. 1º Fica suspensa, a partir da publicação desta Portaria, a realização de novas contratações relacionadas:
>
> I - a aquisição de imóveis;
>
> II - a locação de imóveis;
>
> III - a aquisição de veículos de representação e de serviços comuns, conforme disposto nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018;
>
> IV - a locação de veículos;
>
> V - a locação de máquinas e equipamentos;
>
> VI - ao fornecimento de jornais e revistas em meio impresso; e
>
> VII - aos serviços de ascensorista.
>
> § 1º Não se aplica a suspensão prevista no caput quando se tratar de:
>
> I - imóveis destinados à reforma agrária e aqueles administrados pelo Ministério da Defesa ou pelos Comandos da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica;
>
> II - prorrogação contratual e/ou substituição contratual, em relação aos incisos II, IV e V do caput; e
>
> III - despesas relacionadas a censo demográfico ou agropecuário e a ações de defesa civil.
>
> § 2º Considerando os aspectos de relevância e urgência, excepcionalidades pontuais, quanto às suspensões previstas nos incisos IV e V do caput, poderão ser autorizadas por ato fundamentado da autoridade máxima do órgão, permitida a subdelegação.
>
> Art. 2º Os órgãos e entidades, excepcionalmente, poderão solicitar autorização específica

para realizarem a aquisição ou locação de imóveis e a aquisição de veículos, sem prejuízo do disposto no §1º do art. 1º.

§ 1º As solicitações deverão ser encaminhadas pela Secretaria-Executiva do respectivo Ministério interessado à Secretaria-Executiva do Ministério da Economia para análise, acompanhadas de justificativas fundamentadas quanto à projeção de gasto até o término do exercício e dos aspectos de economicidade, relevância e urgência, até o dia 30 de novembro de cada ano.

§ 2º Com vistas a subsidiar a análise, o Ministério da Economia poderá solicitar informações complementares aos órgãos requerentes.

§ 3º Os pleitos que envolverem dúvidas de natureza jurídica deverão ser acompanhados de manifestação da unidade de assessoramento jurídico do órgão ou entidade solicitante.

§ 4º Caberá ao Ministro de Estado da Economia autorizar as contratações de que trata o caput.

Art. 3º Fica vedada a realização de despesa para contratação, prorrogação contratual e/ou substituição contratual relativas a sistemas informatizados de controle e movimentação de processos administrativos eletrônicos diferente daquele disponibilizado pelo Ministério da Economia.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 17, de 7 de fevereiro de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE LEGAL

23. Nos termos do que dispõe o artigo 36, da IN 05, de 25 de maio de 2017 – MPDG, antes do envio do processo para análise jurídica, deve ser realizada uma avaliação de conformidade legal do procedimento de contratação, preferencialmente com base nas disposições previstas no Anexo I, da ON SEGES nº 02, de 2016, a qual prevê em seu artigo 1º que "Os pregoeiros e as equipes de apoio deverão adotar nos processos de aquisição de materiais e serviços as listas de verificação constantes dos Anexos I e II, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos realizados nos pregões eletrônicos".

24. A Advocacia-Geral da União também dispõe de *Check-Lists* previamente elaborados para os diversos tipos de contratações, encontrando-se dispostas no site http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244390, servindo de excelente instrumento de apoio para que seja aferida a correção da instrução.

25. Foi juntada ao processo a "Lista de Verificação".

DA DESCRIÇÃO ADEQUADA DO OBJETO LICITADO

26. A adequada especificação do objeto licitado é medida *essencial* para o sucesso da contratação, por assegurar que o bem ou serviço adquirido atenderá efetivamente às necessidades administrativas.

27. Nos termos da **Súmula TCU n° 177**, *"a definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão."*.

28. Conforme o **art. 15, § 7º, I, da Lei nº 8.666/93**, a licitação deverá trazer a especificação completa do bem a ser adquirido, sem indicação de marca. Para os serviços e obras, **o Projeto Básico** (ou Termo de Referência, no caso de pregão) deve trazer o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizá-los, e são elementos que o integram: a identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução; e o orçamento detalhado do custo global, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados (**art. 6º, inciso IX, "c" e "f", da Lei nº 8.666/93**). E completa o **§ 4º do art. 7°, da Lei nº 8.666/93:** *"é vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo"*.

29. Já a diretriz do **art. 47 da Lei nº 8.666/93** corrobora: *"nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação"*.

30. Todavia, ao empreender tal detalhamento da especificação do objeto, cabe

ao órgão também tomar cuidado com o efeito contrário: não pode resultar na previsão de características excessivas, que restrinjam injustificadamente a ampla competitividade e o tratamento isonômico dos participantes, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas, notadamente aqueles inscritos no **art. 3°,** *caput***, e § 1°, I, da Lei n° 8.666/93.**

31. Afinal, *"licitar implica, necessariamente, fazer restrições, pois no momento em que se definem as características do produto/serviço que se deseja, afasta-se a possibilidade das empresas que não detêm produtos ou serviços com aquelas características de fornecerem para a administração. O que não se admite, e assim prevê o art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93, é o estabelecimento de condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato. Há que se avaliar, portanto, em cada caso concreto, se as exigências e condições estabelecidas estão em consonância com as normas vigentes e se elas são pertinentes em relação ao objeto do contrato, inclusive no intuito de garantir que o produto/serviço a ser contratado tenha a qualidade desejada"* **(Acórdão nº 1.225/2014 – Plenário do TCU**).

32. A mesma preocupação fundamental vem traduzida no **art. 3°, II, da Lei n° 10.520/2002**: *"a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição".*

33. Por consequência, como se pode inferir dos próprios dispositivos legais citados, a exceção reside nas hipóteses em que a exigência, embora restritiva, seja pertinente ou relevante para o objeto da contratação. Nesta situação, caberá à Administração *justificá-la*, com supedâneo em critérios *técnicos*, de acordo com o *objeto* da licitação e, também, com a *necessidade* a ser atendida.

34. **Destarte, reiteramos a recomendação de que o órgão assegure-se que o nível de detalhamento e as exigências das especificações adotadas sejam adequados e suficientes para a descrição dos bens ou serviços pretendidos e para o conhecimento das obrigações contratuais a serem executadas, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, inclusive para fins de elaboração de proposta de preços fidedigna por parte dos licitantes, porém, sem imposição de requisitos desnecessários, impertinentes ou irrelevantes**.

DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO – SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS (PREÇO EMBUTIDO NOS SERVIÇOS)

35. Conforme salientamos no pregresso parecer, o objeto da contratação, além da prestação de serviços, engloba o fornecimento de peças. Originalmente (o primeiro Termo de Referência) previa que com o seu custo (das peças) seria a cargo da Administração (subitem "5.1.2.3" do Termo de Referência apresentado inicialmente), sendo que o "procedimento" para o fornecimento de peças seguiria uma sistemática usual, qual seja, a apresentação de orçamentos (3) para aprovação do órgão. No entanto, **pelo que se dessume, foi instituída, com a apresentação do novo Termo de Referência, uma outra sistemática**: o preço das peças substituídas em decorrência da manutenção corretiva estaria a cargo da contratada, sendo este (preço) já embutido no valor mensal dos serviços.

36. Inobstante tratar-se de questão técnica não jurídica – sobre a qual esta Consultoria não deve emitir **manifestação conclusiva**, conforme determina o Enunciado BPC nº 07 da Consultiva da Consultoria-Geral da União – , pelo nosso parco conhecimento empírico sobre a matéria, reputamos que o referido tipo de contratação pode ter resultado antieconômico, haja vista que, não raras vezes, determinado tipo de serviço é realizado sem a necessidade de substituição de peças ou, ainda, com a troca de apenas algumas peças, sendo lógico pressupor que à proposta ofertada na licitação é majorada considerando a existência e possibilidade de eventual substituição (cujo custo estaria a cargo da empresa) de peças de valor econômico expressivo.

37. Vale dizer que, por vezes, temos verificado a existência de processos, com pretensão de contratação deste jaez (manutenção de equipamentos com peças), onde é estabelecido/licitado o serviço com o fornecimento de peças, mas, com exclusão daquelas (peças) de maior vulto (sendo que, normalmente, para a aquisição destas peças, é procedida à licitação com uso do sistema de registro de preços). Por óbvio, vale repisar, a possibilidade da existência de necessidade de substituição de peças que contenham um significativo valor econômico, pode onerar de forma irrazoável o valor da proposta de preço, e, por consequência, resultando em prejuízo ao erário.

38. Destarte, **dentro dos limites que nos é estabelecido pelo reportado Enunciado, entendemos por bem recomendar que o órgão reavalie a formatação da contratação em relação à economicidade, e, evidentemente, somente dê prosseguimento ao feito se devidamente evidenciada a vantajosidade da opção adotada.**

DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO – ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇOS DE ENGENHARIA

39. **Com o enquadramento do objeto da licitação como sendo serviços de engenharia, deve o órgão (através de seu setor ou responsável técnico) certificar-se de que o projeto técnico atende, adequadamente, ao disposto no decreto nº 7.983/2013**, em

especial, quanto à análise técnica quanto à incidência das exigências contidas no arts. 3º, 8º, 9º e 10º do decreto em pauta (nº 7.983/2013) – **efetuando-se, por óbvio, as correções eventualmente necessárias.**

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

40. A IN Nº 05, de 2017, trouxe a necessidade de que o órgão administrativo, na contratação de cada serviço, obedeça a um rol de etapas com a finalidade de melhor definir, justificar e estabelecer as necessidades da Administração.

41. Logo de início, o artigo 1º, estabelece:

> Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:
> I -as fases de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato;
> II -os critérios e práticas de sustentabilidade; e
> III -o alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão ou entidade, quando houver.

42. Nesse sentido, o artigo 20 da citada IN Nº 05, de 2017, esclarece que o planejamento de cada contratação deve atender às seguintes etapas:

- Estudos Preliminares;
- Gerenciamento de Riscos; e
- Termo de Referência ou Projeto Básico.

43. É importante que o órgão cumpra as referidas etapas, de forma a que o planejamento da contratação seja elaborado nos estritos termos da necessidade da Administração.

44. Lembramos ainda que no caso de serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade, poderão ser elaborados estudos preliminares e gerenciamento de riscos comuns, ou seja, um mesmo estudo e mesmo gerenciamento poderão ser aproveitados para as contratações semelhantes (art. 20, § 5º).

45. Pode também ser adotado pelo órgão o modelo de contratação estabelecido nos cadernos de logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, situação em que poderá ser simplificada, no que couber, a etapa de estudos preliminares (art. 20, § 4º).

46. Os procedimentos iniciais para elaboração do planejamento da contratação encontram-se disciplinados nos artigos 21 a 23 e o Anexo II da IN Nº 05, de 2017, traz o modelo a ser seguido pelo setor requisitante – documento de formalização da demanda.

47. Os estudos preliminares estão estabelecidos no artigo 24 e seus parágrafos e o Anexo III traz as diretrizes para elaboração dos estudos preliminares.

48. Já o gerenciamento de riscos tratado nos artigos 25 a 27, será materializado pelo Mapa de Riscos, cujo modelo se encontra no Anexo IV, da IN Nº 05, de 2017.

49. Essas diretrizes são direcionadas ao órgão assistido e trazem um passo a passo na elaboração dos documentos que assegurem uma contratação perfeita.

50. Verificamos ainda, que nas contratações em que o órgão for gerenciador (SRP), deve ser produzido um estudo preliminar específico para o órgão ou entidade e outro para a formação da Ata (art. 24, § 5º da IN Nº 05, de 2017). Já quando o órgão for participante (SRP) a equipe de planejamento elaborará o estudo preliminar considerando os itens previstos no § 6º, do art. 24, da IN Nº 05, de 2017.

51. No processo em exame, é constatado que o órgão iniciou este processo licitatório elaborou o planejamento da contratação, anexando os Estudos Preliminares, o Mapa de Riscos e o Termo de Referência/Projeto Básico, nos termos do que dispõe a IN 05, de 2017. Portanto, consoante se dessume – excluída, obviamente, a análise das questões técnicas (não jurídicas) – , foi, em princípio, atendida a norma legal referenciada. Contudo, **aconselha-se ao órgão confirmar a adequação e a inexistência de conflitos entre o planejamento efetuado (documentos citados) e a formatação técnica adotada no novo Termo de Referência.**

DO PARCELAMENTO DO OBJETO

52. Via de regra, as contratações de compras, serviços e obras da Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, em conformidade com o art. 23, §1º da Lei nº 8.666/93.

53. Portanto, caso haja viabilidade técnica e econômica, qualquer contratação deve ser dividida em contratações menores, de forma a possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração.

54. Nesta mesma linha de raciocínio, o dever de parcelamento também implica que, caso o serviço abranja o fornecimento de materiais e equipamentos que representem percentual expressivo do custo total, sejam realizadas contratações distintas, salvo justificativa técnica ou econômica que afaste esta exigência.

5 5 . Se não for possível o parcelamento, deve ser expressamente consignada a justificativa de ordem técnica e/ou econômica a embasar a contratação conjunta do objeto, em conformidade com a Súmula nº 247, do Tribunal de Contas da União (já descrita).

56. Ademais disso, mesmo quando adotado como critério de julgamento o menor preço global ou por lote, e não por itens, deve-se acostar ao processo as justificativas aptas e tendentes a embasar a referida opção.

57. Oportuno observar, ainda, a expressa previsão inserta no art. 3º da IN SLTI/MPOG nº 02, de 2008, *in verbis:*

> *Art. 3º. Serviços distintos devem ser licitados e contratados separadamente, ainda que o prestador seja vencedor de mais de um item ou certame.*
> *(...)*
> *§ 3º As licitações por empreitada de preço global, em que serviços distintos, ou serviços e materiais independentes, são agrupados em um único lote, devem ser excepcionais, somente admissíveis quando, comprovada e justificadamente, houver necessidade de inter-relação entre os serviços contratados, gerenciamento centralizado ou implicar vantagem para a Administração, observando-se o seguinte: (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009).*

58. O Anexo III da IN SEGES/MP nº 05/2017, disciplina a questão nos seguintes termos:

> *3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:*
> *(...)*
> *3.8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução:*
> *a) O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas;*
> *b) Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:*
> *b.1) ser técnica e economicamente viável;*
> *b.2) que não haverá perda de escala; e*
> *b.3) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;*

59. Dessarte, havendo agrupamento de itens (conformado pela união de serviços e/ou de serviços com fornecimento de material – que poderiam, em princípio, ser adquiridos/contratados de forma isolada), deve constar dos autos a justificativa técnica pertinente. Tal justificativa, por óbvio, deve ser lastreada em dados/elementos objetivos e/ou estudos técnicos conclusivos, não podendo, portanto, ser baseada/limitada a simples argumentações e/ou meras suposições. Assim sendo, vale insistir, devem estar presentes no processo todos os documentos técnicos (justificativas e estudos/laudos técnicos que a embasaram), respeitantes ao assunto (realização de agrupamento de itens).

60. Trata-se (o agrupamento de itens, ou não), portanto, de **uma decisão eminentemente técnica, a demandar circunstanciada motivação pela área técnica do órgão assessorado**, e, por constituir matéria que se encontra além da área de competência desta Consultoria Jurídica., é imperiosa a incidência do já mencionado Enunciado BPC nº 7, da Consultoria-Geral da União:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir

opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA E DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

61. Conforme a Orientação Normativa n. 54, de 2014, do Advogado-Geral da União, *compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.*

62. Na concepção de Marçal Justen Filho, "bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio" (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

63. No caso em exame, pretende-se a contratação de serviços classificados, pelo órgão interessado, como comuns.

64. Atestada a natureza comum dos serviços pretendidos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2000, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.

65. Ademais, segundo o art. 4º "caput" do Decreto nº 5.450, de 2005, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida através da modalidade Pregão, de preferência, em sua forma eletrônica, de maneira que a escolha do Administrador se encontra em conformidade com o regime jurídico pertinente.

66. No presente caso, o órgão elegeu contratar os serviços em questão por meio de registro de preços. Esse registro é um contrato, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratação sucessiva de bens e serviços. Marçal Justen Filho explicita que as vantagens desse sistema, em especial, residem na supressão da multiplicidade de procedimentos de licitação contínuos versando sobre objetos semelhantes, na rapidez da contratação relativamente à gestão dos recursos financeiros e na duração maior do prazo de validade das propostas (op. cit. p. 145/146).

67. No que concerne à utilização do sistema de registro de preços – SRP para a contratação dos serviços em referência, acresce ponderar que, para o autor Ricardo Alexandre Sampaio, será correta a adoção do sistema de registro de preços em obras de engenharia quando estiverem presentes requisitos específicos, os quais serão explicitados abaixo, conforme denotado no artigo "*APLICAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – BREVES APONTAMENTOS"*, disponibilizado no portal "www.institutozenite.com.br".

68. De início, o autor explicita ser necessário que o objeto a ser licitado possa ser realizado sem qualquer alteração no seu projeto básico (termo de referência) ou na planilha de preços estimados, ou seja, a Administração dever aferir de forma indispensável a possibilidade de as diversas contratações serem executadas nas mesmas condições indicadas inicialmente no projeto, pois, do contrário, se a cada contratação for preciso elaborar um novo ou mesmo alterar o projeto básico (termo de referência) existente, ficará impossibilitada a adoção do registro.

69. Igualmente, é necessário que a execução individual de cada contrato, que será firmado a partir da ata, deve apresentar quantitativos de materiais e serviços previamente estabelecidos. A imprevisibilidade deve alcançar exclusivamente a quantidade (ou o momento) de contratos que serão demandados e não as quantidades de materiais ou serviços.

70. Ademais, o autor referido explicita que apenas será possível registrar preços para obras ou serviços de engenharia, se a cada contratação celebrada a partir da ata não se realizar alteração de modo a modificar os requisitos para a comprovação da aptidão técnica da licitante ou do seu responsável técnico. Desse modo, os requisitos de qualificação técnica a serem exigidos na licitação devem ser dimensionados em vista de cada futuro contrato.

71. Quanto ao tema, recentemente decidiu o TCU:

> Acórdão nº 1381/2018 – Plenário
> Enunciado
> É cabível o registro de preços para a contratação de serviços de engenharia em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira, a exemplo dos serviços de manutenção e conservação de instalações prediais, não podendo ser utilizado para a execução de obras.
> (...)
> Sumário:

1. A contratação de serviços comuns de engenharia pode ser realizada mediante pregão para registro de preços quando padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, e a contratação tenha por objetivo prover serviços de manutenção predial repetidos e rotineiros.

72. Assim, a mera viabilidade jurídica não é suficiente para determinar a viabilidade de aplicação do registro de preços para a contratação de serviços de engenharia. Faz-se necessário, caso a caso, investigar o preenchimento dos requisitos gerais de admissibilidade para adoção desse sistema, bem como observar as exigências específicas fixadas pela Lei nº 8.666/93 para os procedimentos licitatórios que contemplem esses objetos, em especial aqueles definidos nos seus arts. 7º e 30. **Compete, pois, ao órgão consulente verificar (análise técnica) se os serviços a serem contratados preenchem os requisitos de adoção do registro de preços, conforme diretrizes acima informadas.**

73. De qualquer forma, ante à inexistência de participação de outros órgãos/entidades na presente licitação e estando estabelecida a vedação à adesão, não vislumbramos a possibilidade, em princípio, de prejuízo na utilização do SRP.

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

74. As ponderações relativas à necessidade adoção de critérios de sustentabilidade ambiental estão presentes no parecer anterior, e àquelas (ponderações) ora nos remetemos. Há declaração no processo de que foram observadas tais diretrizes.

75. Lembrando que cabe ao órgão interessado, quanto ao tema em debate (sustentabilidade), a opção pelas especificações do objeto que melhor atendam às exigências ambientais.

ANÁLISE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Justificativa da contratação

76. Salientamos uma vez mais que, quanto à justificativa da contratação, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais.

77. Muito embora no sistema de registro de preço não exista obrigação de contratação da quantidade total de cada item, o art. 9º, inciso III e §1º do Decreto nº 5.450/2005 explicita que deverá haver, na fase preparatória do pregão, justificativa da necessidade da contratação, devendo a autoridade competente apresentar elementos técnicos fundamentais para comprovar tal necessidade. O art. 3º, III, da Lei nº 10.520/2002, por sua vez, explicita que "*dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como os orçamentos, elaborados pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados"* (grifamos).

78. Com efeito, conforme previsto no Manual de Procedimentos para a Contração de Bens e Serviços pela Administração Pública Federal, é preciso que "a Administração demonstre no procedimento as razões pelas quais precisa do objeto e o porquê das especificações técnicas apresentadas e da quantidade solicitada" (grifo nosso).

79. A justificativa da necessidade de contratação é decorrência necessária do regime republicano de Estado. O administrador, na condição de órgão ao qual se imputa a vontade estatal, nada mais é do que depositário dos bens e interesses postos pela coletividade a sua administração, razão pela qual todo e qualquer ato administrativo por ele praticado há que ser suficientemente fundamentado, de forma a possibilitar o controle de sua atuação. Não por outra razão, o caput do art. 2º da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito federal, determina a observância do princípio da motivação, e o inciso II, do parágrafo Único, do mesmo dispositivo, fixa a necessidade de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão da autoridade administrativa.

80. No que tange ao tema em discussão (justificativa da contratação), no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, a ausência de fundamentação adequada tem sido constantemente reprimida. Nesse sentido, os Acórdãos nº 2.331/05 – 2ª Câmara, nº 1.934/06 – 1ª Câmara e nº 2.222/06 – 1ª Câmara, e a Decisão nº 4.551/03.

81. Assim, o papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados, contemplando os requisitos mínimos estabelecidos na

Instrução Normativa 5, de 2017, especialmente em seu art. 24, o qual arrola os principais elementos que deverão ser previstos na elaboração dos Estudos Preliminares a serem realizados pelo órgão como etapa indispensável do Planejamento da Contratação de Serviços.

82. Na descrição do serviço, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais, sem as quais, não poderão ser atendidas as necessidades da Administração evitando, por outro lado, detalhes considerados irrelevantes ou impertinentes, que possam limitar a competição indevidamente (art. 3º, inc. II da Lei nº 10.520, de 2002).

83. Importante ressaltar, ademais, que **o art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, veda a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades**. Em atenção ao preceito legal retro mencionado, impõe-se que sejam apresentados os quantitativos estimados para a licitação, de forma justificada, mesmo que sucintamente, considerando-se ainda que de tal estimativa dependerá o valor contratual.

84. Insta recordar que o valor contratual é determinante para fins de aplicabilidade dos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538, de 2015 (restrição das licitações à participação exclusiva das ME e EPP, para contratações de até R$80.000,00), daí a sua importância para evitar a limitação ou ampliação indevida da participação no certame.

85. Outrossim, é cediço que muitas vezes, o preço do serviço pode variar em função da quantidade contratada, como ocorre na economia de escala. Desta forma, fica evidenciada a essencialidade de se fixar adequada quantidade para propiciar a apresentação de propostas/lances coerentes, visando ao êxito do certame com resultados verossímeis.

86. Portanto, os processos deste jaez sempre deverão conter a justificativa da necessidade da contratação**,** que deverá (a justificativa) informar, inclusive, os parâmetros utilizados para a fixação dos quantitativos demandados. Assim **deve o órgão interessado verificar se justificativa apresentada, mormente com relação aos quantitavos, encontra-se de acordo com as referidas determinações legais, complementando-a, se necessário**. Tratando-se de documento (a justificativa) com conteúdo eminentemente técnico (não jurídico) e de mérito administrativo, não é dada à Consultoria Jurídica a sua avaliação. No entanto, **insistimos na necessidade de realização da estimativa de gastos com o fornecimento de peças (quantitativos e valores)**.

87. No feito em tela, a despeito de nossa recomendação, é verificado que o órgão apresentou justificativa apontando a impossibilidade/inviabilidade, em tese, de estimação pertinente ao fornecimento de peças (quantitativos e valores).

88. Impende salientar que não compete à Consultoria Jurídica avaliar a indigitada justificativa técnica, sendo de exclusiva responsabilidade do órgão a sua pertinência.

Autorização para abertura da licitação

89. Com observância ao disposto no art. 21, inc. V, do Decreto nº 3.555, de 2000 e no art. 30, inc. V do Decreto nº 5.450, de 2005 (pregão eletrônico), consta do processo a anuência da autoridade,

Termo de referência com a aprovação da autoridade competente

90. O termo de referência, devidamente aprovado pela autoridade competente, constitui documento inaugural da contratação, na medida em que se presta à orientação do futuro contratado, com relação àquilo que deverá fornecer, assim como da própria Administração, que com ele define exatamente as necessidades a serem atendidas mediante a celebração do ajuste.

91. Em sua elaboração, o órgão deve atentar para os requisitos descritos no art. 9°, incisos I e II, do Decreto n° 5.450, de 2005 (pregão eletrônico), com a observância, ademais, do que dispõem os artigos 28 a 32 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

92. No presente feito, conforme relatamos, foi apresentado um novo Termo de Referência aprovado pela autoridade. Sendo que a prestação dos serviços que o órgão considerou necessária, está descrita em tal documento (Termo de Referência), cujo mérito administrativo e formatação técnica da contratação são de competência e responsabilidade do órgão interessado (Enunciado BPC nº 7, da Consultoria-Geral da União). Vale dizer que o documento em pauta (Termo de Referência apresentado), no que tange à sua estrutura jurídica, encontra-se regular.

93. Entretanto, **constata-se uma erronia, aparentemente de "macro", na numeração dos itens e subitens (com inserção, em alguns casos, de uma sequência de numeração "a mais") do Termo de Referência. Tal erronia, pelo que se denota, não prejudica**

o entendimento do regramento instituído, porém, faz-se necessária a sua correção.

94. De qualquer forma, é importante deixar claro que a pertinência/regularidade/vantajosidade econômica e técnica da formatação dos serviços, bem como, a legitimidade das exigências (materiais e de pessoal) estabelecidas para a sua prestação (dos serviços), são de responsabilidade do órgão de origem. Desta forma, quanto ao ponto em discussão (formatação dos serviços), deve a Administração se certificar da inexistência: de exigências técnicas desnecessárias que possam restringir indevidamente a competição; e/ou adoção de critérios técnicos que possam redundar em uma contratação antieconômica. **Recomendamos, alfim, que o consulente assegure-se de que a matéria técnica, relacionada ao serviços objeto da contratação, esteja suficientemente estabelecida (no Termo de Referência).**

Orçamento de referência detalhado em planilhas de custos unitários

95. Nos termos do art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666, de 1993, as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

96. A elaboração do orçamento detalhado constitui etapa fundamental para a consecução de uma obra ou serviço de engenharia. Nessa peça constará a composição de todos os custos do conjunto de serviços, materiais e equipamentos envolvidos no empreendimento, que deverá ser assinada por profissional habilitado.

97. Cláudio Sarian Altounian (Obras Públicas – Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização, Belo Horizonte, Ed. Forum, 5ª Edição, 2016, página 75), esclarece que:

> *"A elaboração do orçamento detalhado produz diversos benefícios: definição do valor a ser investido, com maior precisão do que a avaliação efetuada de forma expedita; visualização dos serviços a realizar e seus quantitativos; identificação dos insumos que serão aplicados; e futura elaboração do cronograma financeiro da obra.*
> *(...)*
> *Diante desse cenário, não devem ser poupados esforços na fase inicial, na busca de um orçamento que reflita com boa precisão o valor de mercado. "*

98. Para as obras e serviços de engenharia, aplica-se a Súmula TCU nº 258, de 2010:

> "As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão 'verba' ou de unidades genéricas. "

99. Na definição do art. 2º, VIII, do Decreto nº 7.983, de 2013, o orçamento de referência é o "*detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o edital de licitação*".

100. No caso, a decomposição dos custos unitários é passo essencial para a previsão dos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global a serem aplicados no julgamento das propostas – medida obrigatória para as obras e serviços de engenharia, conforme Orientação Normativa AGU nº 5/2009 e Súmula TCU nº 259.

101. Nos termos do art. 3º, do Decreto nº 7.983, de 2013, no âmbito da Administração Pública Federal, o SINAPI é o sistema de referência para a fixação dos custos unitários das obras e serviços de engenharia:

> *"Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.*
> *Parágrafo único. O Sinapi deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.*
> *Art. 4º O custo global de referência dos serviços e obras de infraestrutura de transportes será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de*

referência do Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.

Art. 5º O disposto nos arts. 3º e 4º não impede que os órgãos e entidades da administração pública federal desenvolvam novos sistemas de referência de custos, desde que demonstrem sua necessidade por meio de justificativa técnica e os submetam à aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. Os novos sistemas de referência de custos somente serão aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas referidos nos arts. 3º e 4º, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do Sinapi e Sicro.

Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

Art. 7º Os órgãos e entidades responsáveis por sistemas de referência deverão mantê-los atualizados e divulgá-los na internet.

Art. 8º Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.

Parágrafo único. Os custos unitários de referência da administração pública poderão, somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, exceder os seus correspondentes do sistema de referência adotado na forma deste Decreto, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência. ”

102. A utilização do SINAPI não se aplica com relação aos itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil (art. 3º).

103. Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

104. Ademais, no que toca à precificação dos serviços de engenharia consultiva, alertamos para que sejam observadas as orientações do E. TCU, inclusive, o trabalho publicado por aquela Corte de Controle de Contas, intitulado “Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas”. Sobressaem desse trabalho as orientações para elaboração de serviços de engenharia consultiva. Incluem-se nesse tipo de objeto os serviços de supervisão de obras, a realização de estudos socioambientais, a elaboração de projetos, os serviços de consultorias, a emissão de pareceres, a execução de perícias, a realização de avaliações ou outros serviços técnico-profissionais. Conforme se verifica, quando estamos diante desses serviços, poderão ser adotadas diferentes metodologias para a formação do preço, a saber:

a) formação do preço com base nos quantitativos e custos unitários dos insumos utilizados;
b) formação do preço com base nos produtos entregues;
c) formação do preço com base no custo previsto do empreendimento.

105. Conforme se afirma nessas “Orientações”, a utilização simultânea de mais de uma metodologia possibilita o cotejo e a aferição dos resultados obtidos, e a seleção criteriosa do orçamento mais apropriado.

106. Em termos jurídicos, alertamos o Órgão assessorado quanto ao disposto no art. 6º do Decreto federal nº 7.983/2013:

> Art. 6º. Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

107. A propósito, trazemos à colação o recente entendimento do E. TCU extraído do Acórdão nº 719/2018 – Plenário, conforme publicado no Boletim de Jurisprudência nº 213:

Acórdão 719/2018 Plenário (Consulta, Revisor Ministro Benjamin Zymler)

Licitação. Obras e serviços de engenharia. Orçamento estimativo. Salário. Convenção coletiva de trabalho. Acordo coletivo de trabalho. Dissídio coletivo. Sinapi. Sicro.

As regras e os critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (Sinapi e Sicro), estabelecidos no Decreto 7.983/2013 – no caso de certames fundamentados na Lei 8.666/1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União –, bem como no art. 8º, §§ 3º, 4º e 6º, da Lei 12.462/2011, e no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016. Tais referenciais consideram, de forma direta ou indireta, os parâmetros salariais e outras disposições de instrumentos de negociação coletiva de trabalho na formação de custos com a mão de obra.

Na hipótese de inviabilidade da definição dos custos, *nos moldes do disposto nos arts. 3º, 4º e 5º* do Decreto n° 7.983, de 2013, é possível a estimativa do custo da contratação com base na pesquisa de preço.

A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente e proba, e ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial dos itens que servirão como parâmetro na análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável.

108. Dispõe o artigo 43, IV, da Lei nº 8.666, de 1993:

> *"A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*
> *(...)*
> *IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis; " (grifo nosso)*

109. Considerando nosso papel de proporcionar à Autoridade o máximo de segurança possível para a prática do ato, não podemos deixar de alertar sobre a necessidade de fixar o valor de referência de uma contratação com embasamento técnico suficiente que permita constatar, pelo menos aproximadamente, o valor justo a ser pago.

110. Ademais, que a correta estimativa do valor contratual é essencial para a verificação da necessidade ou não de se proceder à licitação de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 6º, do Decreto nº 8.538, de 2015.

111. No que concerne ao valor de uma obra ou de um serviço de engenharia, a verificação do justo preço demanda, via de regra, uma complexa composição de custos, fato que representa sério desafio na obtenção de propostas comerciais confiáveis.

112. Quanto à pesquisa de preços **– no eventual caso de inaplicabilidade/inviabilidade de utilização da tabela Sinapi (ou outra ordinariamente utilizável) - , a Instrução Normativa nº 5, de 2014, estabeleceu "parâmetros" específicos a serem observados conforme disciplinado no seu art. 2º:**

> *"Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:*
> *I – Painel de Preços disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br;*
> *II – contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;*
> *III – pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou*
> *IV – pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.*
> *§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.*
> *§2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.*
> *§3º Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.*
> *§4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.*
> *§5º Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão*

ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores. ”

Art. 3º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação.

Parágrafo único. Deverá ser conferido aos fornecedores prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a cinco dias úteis.

Art. 4º Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas. ”

113. Nesta hipótese (apuração através pesquisa de preços), observemos que o órgão deve priorizar a consulta ao Painel de Preços e a contratações públicas recentes.

114. Também nesse sentido é o seguinte julgado do TCU, mediante o qual se estabeleceu que a consulta ao *site*, bem como a contratações da Administração, é preferencial em relação aos demais métodos de orçamento:

> *“para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da referida IN, quais sejam, ‘Portal de Compras Governamentais’ e ‘contratações similares de outros entes públicos’, em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, ‘pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo’ e ‘pesquisa com os fornecedores’ ”. O Tribunal, acompanhando o voto do relator, decidiu, dentre outras deliberações, dar ciência ao MJ de que: i) “(...) na elaboração de orçamento na fase de planejamento da contratação de bens e serviços, bem como quando da demonstração da vantajosidade de eventual prorrogação de contrato de serviço contínuo, devem ser utilizadas fontes diversificadas, a fim de dar maior segurança no que diz respeito aos valores a serem adjudicados”; ii) “para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, ‘Portal de Compras Governamentais’ e ‘contratações similares de outros entes públicos’, em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, ‘pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo’ e ‘pesquisa com os fornecedores’, cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar”. Acórdão 1445/2015-Plenário, TC 034.635/2014-9, relator Ministro Vital do Rêgo, 10.6.2015.*

115. Não se pode olvidar, que **somente será admitida a pesquisa com menos de 3 (três) preços/fornecedores, mediante justificativa**.

116. E o Tribunal de Contas da União reforça, ainda, que “é indispensável o juízo crítico acerca da consistência dos valores levantados, buscando-se excluir os inexequíveis e aqueles excessivamente elevados (Acórdão TCU 1.108/2007-TCU-Plenário, Relator Ministro Raimundo Carreiro).

117. Portanto, é de todo **recomendável**, portanto, que se faça constar dos autos: **manifestação da área técnica** demonstrando haver ocorrido análise das propostas quanto sua compatibilidade com as especificações e exigências constantes do Termo de Referência; acompanhada d e **avaliação crítica** dos valores obtidos na pesquisa de preços a fim de que sejam descartados aqueles que apresentem grande variação em relação aos demais e que, por isso, possam comprometer a estimativa do preço de referência.

118. A planilha de custos consta do processo, bem assim, a justificativa quanto à forma de realização da pesquisa de preços. Todavia, **recomendamos a revisão/certificação de que a mesma (planilha de custos) atende às normas supracitadas – especialmente quanto à pesquisa de preços – , procedendo às correções que se fizerem necessárias para a completa adequação (às disposições legais referidas).**

119. Lembrando que, para a devida regularidade, todos os documentos atinentes à pesquisa de preços devem estar presentes no processo.

120. **Salientamos que é de inteira responsabilidade da autoridade contratante a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados**. Como sempre repetimos, os membros da AGU não detêm competência legal, conhecimento especializado ou mesmo ferramentas para avaliar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica. A responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais atos recai integralmente sobre os agentes do órgão promotor da licitação, conforme bem ressaltado pela doutrina de Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti:

> “A aceitação de proposta com sobrepreço pelo pregoeiro ou comissão de licitação, seguida da homologação do procedimento licitatório pela autoridade competente, sujeita-os a responsabilidade, solidariamente com o agente que realizou a pesquisa de preços. O mesmo pode ocorrer com a autoridade superior competente pela ratificação dos atos do processo da contratação direta e o responsável pela pesquisa de preços.

> A aceitação de oferta inexequível, de que resulte a inexecução do objeto em razão da impossibilidade de o contratado cobrir os custos da contratação, também atrai a responsabilidade desses agentes (o que realizou a pesquisa de preços, o pregoeiro, os integrantes da comissão de licitação e a autoridade que homologou o procedimento ou ratificou os atos praticados no processo da contratação direta). Em ambas as hipóteses – inexequibilidade ou sobrepreço –, será necessário aquilatar a conduta de cada um desses agentes e as circunstâncias em que atuaram, para o efeito de imputar-lhes responsabilidade." ("Responsabilidade por pesquisa de preços em licitações e contratações diretas", Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Editora Fórum, Belo Horizonte, ano 10, n. 116, ago. 2011).

121. Outrossim, o inciso V, do artigo 10, da Lei nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), estatui:

> "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:
> (...)
> V – permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação do bem ou serviço por preço superior ao de mercado;"

Previsão de recursos orçamentários

122. Há declaração de disponibilidade orçamentária.

Designação do pregoeiro e equipe de apoio

123. O art. 21, inciso VI do Decreto nº 3.555, 2000 e art. 30, inciso VI do Decreto nº 5.450, de 2005 (pregão eletrônico) exigem a comprovação da legitimidade do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio.

124. Tal exigência foi cumprida.

Da Justificativa para as Exigências de Qualificação Técnica:

125. Não localizamos no processo a manifestação formal da área técnica do órgão, a respeito das exigências de qualificação técnica feitas no edital e/ou Termo de Referência, conforme Acórdão n. 1390/2005 - 2ª Câmara do TCU: *"Ao inserir exigências de qualificação técnica, consigne os motivos de tais exigências e atente para que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, de modo a atender o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como o art. 30 da Lei n.º 8.666/1993".* **Recomenda-se seja providenciada referida manifestação a ser elaborada pela área técnica. Evidentemente, caso não haja justificativa técnica para a manutenção das exigências, estas devem ser extraídas do edital.**

DOS DEMAIS ASPECTOS DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

126. Foi publicada a Intenção de Registro de Preços – IRP.

MINUTA DO EDITAL E ANEXOS

127. O art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555, de 2000 e art. 30, incisos VII e VIII, do Decreto nº 5.450, de 2005 (pregão eletrônico), exigem que o processo licitatório seja instruído com as minutas do edital, termo de contrato ou instrumento equivalente, e, se for o caso, minuta da ata de registro de preços.

128. Por sua vez, o parágrafo único, do art. 38, da Lei 8.666/93 submete a determina que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

129. Pelo que se verifica, quanto às minutas do edital e anexos (não sendo juntada a minuta da ARP, conforme discorreremos adiante), foram utilizados os modelos disponibilizados pela AGU, que atendem às determinações da legislação pertinente à matéria (Lei de n° 10.520/2002; Lei de nº 8.666/93; e decreto nº 5450/05 e nº 7.892/2013; e IN SEGES/MPDG nº 5/2017).

130. Quanto ao edital, cabe-nos alertar que o regramento pertinente à matéria técnica deve estar devidamente adequada ao projeto técnico. Dessarte, **sugere-se que o setor técnico do órgão verifique a pertinência das normas editalícias respeitantes (à matéria técnica) em vista do projeto técnico instituído.**

131 Com relação à minuta do contrato, **se o valor é fixo (englobando o serviço e peças) não há razão para a manutenção da regra (concernente ao "preço") estabelecida no subitem "3.3"**.

132. Destacamos que, conforme previsão contida na minuta da ARP, não será admitida a adesão.

Compatibilização das peças editalícias

133. Lembramos – **especialmente em razão de eventuais alterações resultantes do atendimento às recomendações deste parecer** – , que é fundamental a plena harmonização de todas elas – Termo de Referência e minutas de edital, de Ata de Registro de Preços e de contrato (quando incidentes) –, para evitar disciplinas dissonantes sobre o mesmo tema.

134. Cumpre ao órgão assegurar que as cláusulas que se repetem em mais de uma peça – pagamento, sanções, obrigações, fiscalização, etc. – sigam sempre a mesma redação, sem discrepâncias entre as diversas versões. Tal cautela deve ser redobrada quando da inserção de adaptações ou alterações, inclusive em razão das recomendações feitas no presente parecer.

135. Do contrário, caso a mesma cláusula contenha redações distintas em cada peça, abre-se espaço para o surgimento de potenciais transtornos e controvérsias no decorrer da licitação ou da execução contratual – situação que obviamente deve ser evitada a todo custo.

136. Por tratar-se de trabalho meramente burocrático, sem contornos jurídicos, não adentraremos tal esfera – mas fica registrada a extrema importância da tarefa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

137. Importa repetir, não compete à Consultoria Jurídica avaliar a pertinência dos documentos técnicos e das justificativas de igual natureza (não jurídicas), referentes à contratação (a exemplo daquelas pertinentes: à necessidade e aos quantitativos estabelecidos; ao estabelecimento do preço de referência; ao agrupamento de itens), e, também, quanto à formatação dos serviços. Portanto, pede-se especial atenção do órgão de origem quanto à regularidade destes pontos, evitando-se exigências eventualmente desnecessárias que limitem ou frustrem a competição.

138. As recomendações/alterações propostas neste parecer, embora sendo várias – a maioria delas referentes exclusivamente ao aspecto técnico da contratação – , são de fácil verificação e efetivação, sendo que não nos parece necessária a devolução dos autos a esta CJU/MT para nova análise. Contudo, caso o órgão não se sinta seguro, ou detenha alguma dúvida quanto ao correto procedimento (das alterações/regularizações do processo), esta Consultoria Jurídica pode/deve ser novamente acionada.

CONCLUSÃO

139. Na confluência do exposto, considerando-se que a presente análise jurídica se refere à legalidade das minutas e à observância da regularidade de execução dos atos administrativos da instrução processual, excluídas as análises técnicas e meritórias que não competem a esta CJU, **desde que observados os apontamentos, realizados os procedimentos e efetuadas as correções especificadas acima,** APROVO as minutas do presente pregão, com ressalvas, alterações e condicionantes, e pela continuidade do processo **somente após adoção de todas as providências indicadas**, responsabilizando-se o consulente integralmente pelo cumprimento adequado de tais recomendações, caso em que, se não adotadas, entender-se-á que o procedimento ocorreu em desacordo com o proposto por esta Consultoria. A propósito:

> Enunciado BPC n° 05, da Consultoria-Geral da União:
> *Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas.*

140. Por derradeiro, compete-nos esclarecer que, consoante a previsão do art. 50, VII, da Lei n° 9.784/99, e jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 826/2011 e nº 521/2013 - Plenário; nº 1.449/2007 e nº 1.333/2011 - 1ª Câmara; nº 4.984/2011 - 2ª Câmara), as orientações do parecer jurídico podem ser motivadamente afastadas pela autoridade administrativa; todavia, ao assim proceder, age

por sua exclusiva conta e risco, bem como sob sua exclusiva e integral responsabilidade.

À consideração superior.

Cuiabá, 14 de maio de 2019.

MARCELO ROSA LOPES
ADVOGADO DA UNIÃO - SIAPE 1425565

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 21024003402201803 e da chave de acesso db7dea2b

---

Documento assinado eletronicamente por MARCELO ROSA LOPES, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 261900731 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): MARCELO ROSA LOPES. Data e Hora: 14-05-2019 10:46. Número de Série: 3842269672217098452. Emissor: AC CAIXA PF v2.

DESPACHO n. 00186/2019/CJU-MT/CGU/AGU

NUP: 21024.003402/2018-03
INTERESSADOS: UNIÃO - SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO - SFA/MT
ASSUNTOS: Aprovação PARECER nº 00186/2019/JUR/CJUMT/AGU

Aprovo o Parecer supra de autoria do Advogado da União Marcelo Rosa Lopes, com a ressalva de que ao parecerista coube a responsabilidade de conferir e analisar juridicamente todos os atos administrativos, documentos, prazos e o inteiro teor de minutas e anexos que instruem o processo encaminhado a esta Consultoria Jurídica da União.

Destaco e encareço que, por força do Art. 131 da Constituição Federal, do Art. 11 da Lei Complementar nº 73/93, do Art. 8-F da Lei nº 9.028/1995, Atos Regimentais da Advocacia-Geral da União nº 3/2002 e nº 5/2005 que atribuem a competência às Consultorias Jurídicas para o assessoramento jurídico das autoridades locais, TODAS as manifestações desta CJU/MT exaradas nos processos devem ter trânsito necessário pelos gabinetes para conhecimento dessas autoridades.

Junte-se. Comunique ao Interessado para conhecer e tomar as providências indicadas no Parecer e neste Despacho.

Cuiabá - MT, 14 de maio de 2019.

[Assinado eletronicamente]
SILVIO MENDES DA COSTA
Advogado da União - SIAPE 1219847
Consultor Jurídico da União no Estado de Mato Grosso

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 21024003402201803 e da chave de acesso db7dea2b

Documento assinado eletronicamente por SILVIO MENDES DA COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 262008991 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): SILVIO MENDES DA COSTA. Data e Hora: 14-05-2019 13:08. Número de Série: 17318695. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO/SFA-MT

Em atendimento ao parecer n. 00186/2019/CJU-MT/CGU/AGU informamos que:

-As manutenções corretiva e preventiva ficaram agrupadas em 1 (um) item motivada pela decisão técnica presente no laudo técnico 6324983, na quantidade de 12, pois há necessidade de manutenção mensal do elevador, sendo a previsão para um ano do contrato. A quantidade estimada está embasada no laudo técnico, anexo a este processo que prevê manutenções mensais nas quais será verificado o desgaste natural dos componentes e se há necessidade de troca de Corrediças, portas, carrinho de portas, botoeiras, sinalizações, correias, iluminação, Óleo e todos componentes hidráulicos, Componentes elétricos do quadro de comando/cabine que em função do desgaste natural e/ou em virtude do uso, poderão ser trocados com maior frequência. Conforme laudo técnico do engenheiro mecânico Vinicius Maia Barros, CPF 024.819.931-52, CREA 024569D/MT "Deve ser emitida uma ART (anotação de responsabilidade técnica) de manutenção ao assinar o contrato com a empresa e a ART deve ser renovada a cada 12 meses, devido a responsabilidade técnica, não é possível contratar uma empresa para realizar a manutenção preventiva e outra empresa para os atendimentos corretivos/reparos."(vide item 3, laudo técnico 6324983)

-A quantidade estimada está embasada no laudo técnico, anexo a este processo que prevê manutenções mensais nas quais será verificado o desgaste natural dos componentes e se há necessidade de troca de Corrediças, portas, carrinho de portas, botoeiras, sinalizações, correias, iluminação, Óleo e todos componentes hidráulicos, Componentes elétricos do quadro de comando/cabine que em função do desgaste natural e/ou em virtude do uso, poderão ser trocados com maior frequência.(laudo técnico 6324983) (previstas no artigo 8º do decreto nº 7983/2013 "Art. 8º Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.")

- Os documentos de planejamento da contratação foram harmonizados.

- A numeração do termo foi corrigida.

- A adoção do SRP - Sistema de Registro de Preços – justifica-se pela conveniência da aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento às necessários à SFA/MT, de acordo com a previsão contida no inciso I, do art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pois tem por objetivo prover serviços de manutenção predial repetidos e rotineiros.

- A contratação foi autorizada pelo autoridade superior local (autorização para contratação - 8321855) , visto que conforme despacho da Coordenação de Apoio às Superintendências:**"Não se submetem aos ditames desta Portaria os processos licitatórios que se refiram a: processos licitatórios que indiquem montante anual igual ou inferior a R$ 80.000 (oitenta mil)."** (Despacho CGAS 7148480)

- A pesquisa de preços na tabela SINAPI não trouxe resultados, visto que se trata da exceção contida no artigo 3º do decreto nº 7983/2013 "Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de

engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil." A pesquisa foi realizada no site do painel de preços do Ministério da Economia.

- O projeto técnico atende, adequadamente, ao disposto no decreto nº 7.983/2013, inclusive o serviço em questão não é considerado como construção civil, o que exclui esse tipo de serviço de realizar o custo global de referência utilizando a tabela SINAPI.

Documento assinado eletronicamente por **GEYSLLA QUEIROZ DE SOUZA**, **Agente Administrativo**, em 02/09/2019, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8247761** e o código CRC **E9ED8FE6**.

Referência: Processo nº 21024.003402/2018-03 SEI nº 8247761

Delegacia Federal da Agricultura - Bairro Alameda, CEP 78115-901, Várzea Grande - MT, 065 36851160

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

Com fundamento no art. 9º, II, § 1º do Decreto nº 5.450/05 e art. 8, IV Decreto 3.555/00, e no uso das atribuições do cargo de Superintendente Federal de Agricultura, conforme Portaria nº 1.428 de 01/09/2015, publicado no DOU de 02/09/2015, **APROVO** o **TERMO DE REFERÊNCIA** 8372973 e demais documento do planejamento da contratação de empresa especializada em manutenção de elevadores, de que trata o presente processo e **AUTORIZO** a realização do **PREGÃO ELETRÔNICO**, atendidos todos os preceitos estabelecidos na legislação que amparam a matéria, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei n° 10.520/2002 e Decreto n° 5.450/2005.

Restitua-se à Divisão administrativa para prosseguimento do ato convocatório.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 10/09/2019, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°,§ 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8373064** e o código CRC **444DF326**.

Referência: Processo n° 21024.003402/2018-03 SEI n° 8373064

SERVIÇO DE ENGENHARIA – NATUREZA COMUM

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado de Mato Grosso
Setor de Compras e Contratos-SCC/DAD/SFA/MT
Tel. (65) 3688-6752/6770- E-mail: cpl-mt@agricultura.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019

(Processo Administrativo n.° 21024.003402/2018-03)

Torna-se público que a Superintendência Federal da Agricultura/MT, por meio da sua Comissão Permanente de Licitação, sediada na Alameda Aníbal Molina, s/n, Ponte Nova, Cep 78.115-901 – Várzea Grande/MT, realizará licitação, *para registro de preços,* na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço** *por item*, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por *preço global*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, *do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013*, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **30/09/2019**

Horário:**10:00 horas (Horário de Brasília)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de elevador instalado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por preço global.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços*

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2. Para o item 01 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.6.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.6.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1 *valor unitário e global anual do item;*

5.6.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

5.7.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

5.7.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

5.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.8.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.8.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

5.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

5.14.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante.**

6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e global anual do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 20 (vinte) segundos.

6.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

6.10.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.15 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.16 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

Edital n°03/2019 Pregão Eletrônico Serviço Comum Eng. (8480520) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 69

6.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23 Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.20.1 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.20.1.1 prestados por empresas brasileiras;

6.20.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.24 Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.25 Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Edital n°03/2019 Pregão Eletrônico Serviço Comum Eng. (8480520) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 70

6.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

7.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

7.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

7.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

7.2.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

7.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

7.2.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

7.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

7.2.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

7.2.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

7.2.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

Edital n°03/2019 Pregão Eletrônico Serviço Comum Eng. (8480520) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 71

7.2.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

7.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

7.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

7.2.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

7.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

7.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

7.2.5.7. *Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;*

7.3.5.8. *Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.*

7.4. *Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.*

7.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

7.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

7.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.5.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;

7.5.4. Apresentar, na composição de seus preços:

7.5.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

7.5.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

7.5.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

7.6. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

7.7. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

7.8. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

7.9. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que

o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes

7.10. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.10.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.12. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 04 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

7.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.16. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para sua continuidade.

7.17. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate

ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.18. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.5.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 **,** da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.6. Habilitação jurídica:

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.6.6. no caso de exercício de atividade de manutenção de elevador: a legislação brasileira prevê que as prestadoras de serviço de assistência técnica em elevador tenham em seu quadro de funcionários um engenheiro mecânico como responsável técnico, o mesmo deve ser registrado junto do CREA, nos termos da Lei 5.194:1966, resolução número 218 do CONFEA e decisão normativa número 36.

8.6.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.7. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.7.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.7.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.7.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.8.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.8.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.8.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.9. **Qualificação Técnica:**

8.9.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.9.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

8.9.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

8.9.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.9.6. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

8.9.7. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.9.8. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

8.9.9. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

8.9.10. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber:

8.9.11. *As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.*

8.9.11.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 04 (quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (65) 3688-6752 ou do e-mail cpl-mt@agricultura.gov.br e/ou nelso.ojeda@agricultura.gov.br.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a

existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. *A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:*

9.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*

9.1.2. *apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.*

9.1.3. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.*

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente,

sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

***14.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.*

***14.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio

eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. apresentar documentação falsa;

20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. não mantiver a proposta;

20.1.6. cometer fraude fiscal;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do licitante, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. *Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013.*

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl-mt@agricultura.gov.br e nelso.ojeda@agricultura.gov.br, pelo fax (65) 3688-6752, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Alameda Dr. Anibal Molina, s/n, Bairro Ponte Nova, CEP: 78.115-901, Várzea Grande/MT, Setor de Compras e Contratos.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br,e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Alameda Dr. Anibal Molina, s/n, Bairro Ponte Nova, CEP: 78.115-901, Várzea Grande/MT, nos dias úteis, no horário das 7:30 as 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.14. O valor máximo da licitação será de R$ 20.145,96 (vinte mil, cento e quarenta e cinto e noventa e seis centavos) anual.

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

23.15.3. ANEXO III – Minuta Ata de Registro de Preços;

23.15.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta;

23.15.5. ANEXO V – Modelo de Atestado de Vistoria;

Várzea Grande, 13 de Setembro de 2019.

Nelso Fortunato Ojeda

Pregoeiro da SFA/MT

SERVIÇO DE ENGENHARIA – NATUREZA COMUM

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado de Mato Grosso
Setor de Compras e Contratos-SCC/DAD/SFA/MT
Tel. (65) 3688-6752/6770- E-mail: cpl-mt@agricultura.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019

(Processo Administrativo n.° 21024.003402/2018-03)

Torna-se público que a Superintendência Federal da Agricultura/MT, por meio da sua Comissão Permanente de Licitação, sediada na Alameda Aníbal Molina, s/n, Ponte Nova, Cep 78.115-901 – Várzea Grande/MT, realizará licitação, *para registro de preços*, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço** *por item*, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por *preço global*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, *do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013*, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **30/09/2019**

Horário:**10:00 horas (Horário de Brasília)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de elevador instalado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 91

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por preço global.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços*

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2. Para o item 01 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 93

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.6.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.6.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 94

4.6.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1 *valor unitário e global anual do item;*

5.6.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

5.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

5.7.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

5.7.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

5.8. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.8.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

5.8.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

5.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

5.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 96

5.14.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante.**

6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e global anual do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 97

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 20 (vinte) segundos.

6.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

6.10.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.15 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.16 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 98

6.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23 Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.20.1 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.20.1.1 prestados por empresas brasileiras;

6.20.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.24 Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.25 Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 99

6.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

7.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

7.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

7.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

7.2.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

7.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

7.2.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

7.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

7.2.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

7.2.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

7.2.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 100

7.2.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

7.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

7.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

7.2.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

7.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

7.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

7.2.5.7. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

7.3.5.8. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.

7.4. *Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.*

7.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

7.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

7.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.5.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;

7.5.4. Apresentar, na composição de seus preços:

7.5.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

7.5.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

7.5.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

7.6. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

7.7. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

7.8. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

7.9. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 102

o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes

7.10. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.10.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.12. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 04 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

7.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.16. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para sua continuidade.

7.17. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 103

ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.18. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.5.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.5.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 104

8.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Não ocorrendo inabilitação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 , da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

8.6. Habilitação jurídica:

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 105

8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.6.6. no caso de exercício de atividade de manutenção de elevador: a legislação brasileira prevê que as prestadoras de serviço de assistência técnica em elevador tenham em seu quadro de funcionários um engenheiro mecânico como responsável técnico, o mesmo deve ser registrado junto do CREA, nos termos da Lei 5.194:1966, resolução número 218 do CONFEA e decisão normativa número 36.

8.6.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.7. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.7.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.7.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.7.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.7.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.7.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7.7. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 106

8.8. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.8.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.8.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.8.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.9. **Qualificação Técnica:**

8.9.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 107

8.9.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

8.9.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

8.9.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.9.6. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

8.9.7. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.9.8. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

8.9.9. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

8.9.10. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber:

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 108

8.9.11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.

8.9.11.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 04 (quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (65) 3688-6752 ou do e-mail cpl-mt@agricultura.gov.br e/ou nelso.ojeda@agricultura.gov.br.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 109

existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. *A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:*

9.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*

9.1.2. *apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.*

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 110

9.1.3. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.*

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente,

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 111

sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

***14.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.*

***14.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 113

eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 114

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. apresentar documentação falsa;

20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. não mantiver a proposta;

20.1.6. cometer fraude fiscal;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do licitante, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 116

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. *Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013.*

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl-mt@agricultura.gov.br e nelso.ojeda@agricultura.gov.br, pelo fax (65) 3688-6752, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Alameda Dr. Anibal Molina, s/n, Bairro Ponte Nova, CEP: 78.115-901, Várzea Grande/MT, Setor de Compras e Contratos.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 117

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br,e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Alameda Dr. Anibal Molina, s/n, Bairro Ponte Nova, CEP: 78.115-901, Várzea Grande/MT, nos dias úteis, no horário das 7:30 as 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.14. O valor máximo da licitação será de R$ 20.145,96 (vinte mil, cento e quarenta e cinto e noventa e seis centavos) anual.

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 118

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

23.15.3. ANEXO III – Minuta Ata de Registro de Preços;

23.15.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta;

23.15.5. ANEXO V – Modelo de Atestado de Vistoria;

Várzea Grande, 13 de Setembro de 2019.

Nelso Fortunato Ojeda

Pregoeiro da SFA/MT

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Delegacia Federal da Agricultura, PONTE NOVA, - Bairro Alameda - Cuiabá - MT - CEP 78115901
Telefone: (65) 3688-6749 - http://www.agricultura.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 21024.003402/2018-03

TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PREGÃO SRP Nº ...../2019

(Processo Administrativo n.° 21024.003402/2018-03)

1. **DO OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica por meio pregão eletrônico, sistema de registro de preço, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador instalado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador com troca de peças.	serviço mensal	12	R$ 1.678,83	R$ 20.145,96

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum continuado sem mão de obra exclusiva.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço global anual.*

1.5. *O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993*

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Esta contratação visa garantir a continuidade da prestação de serviços de manutenção corretiva/preventiva para o equipamento de transporte e acessibilidade de passageiros (elevador) instalado na sede da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso, objetivando manter o equipamento em perfeitas condições de funcionamento e conservação, bem como facilitar a locomoção ao pavimento superior, com intuito de zelar pelo bem público, evitando-se ônus desnecessários em manutenção corretiva, além dos transtornos administrativos em caso de pane, permitindo comodidade e facilidade de acesso e tráfego de pessoas e materiais, bem como preservando a segurança dos usuários. Além disso, o elevador é essencial para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida ao piso superior do prédio da SFA-MT.

2.2. As manutenções corretiva e preventiva ficaram agrupadas em 1 (um) item motivada pela decisão técnica presente no laudo técnico 6324983, na quantidade de 12, pois há necessidade de manutenção mensal do elevador, sendo a previsão para um ano do contrato. A quantidade estimada está embasada no laudo técnico, anexo a este processo que prevê manutenções mensais nas quais será verificado o desgaste natural dos componentes e se há necessidade de troca de Corrediças, portas, carrinho de portas, botoeiras, sinalizações, correias, iluminação, Óleo e todos componentes hidráulicos, Componentes elétricos do quadro de comando/cabine que em função do desgaste natural e/ou em virtude do uso, poderão ser trocados com maior frequência. Conforme laudo técnico do engenheiro mecânico Vinicius Maia Barros, CPF 024.819.931-52, CREA 024569D/MT "Deve ser emitida uma ART (anotação de responsabilidade técnica) de manutenção ao assinar o contrato com a empresa e a ART deve ser renovada a cada 12 meses, devido a responsabilidade técnica, não é possível contratar uma empresa para realizar a manutenção preventiva e outra empresa para os atendimentos corretivos/reparos."(vide item 3, laudo técnico 6324983)

2.3. A quantidade estimada está embasada no laudo técnico, anexo a este processo que prevê manutenções mensais nas quais será verificado o desgaste natural dos componentes e se há necessidade de troca de Corrediças, portas, carrinho de portas, botoeiras, sinalizações, correias, iluminação, Óleo e todos componentes hidráulicos, Componentes elétricos do quadro de comando/cabine que em função do desgaste natural e/ou em virtude do uso, poderão ser trocados com maior frequência. (laudo técnico 6324983) (previstas no artigo 8º do decreto nº 7983/2013 "Art. 8º Na elaboração dos orçamentos de referência,

os órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.")

2.4. A adoção do SRP - Sistema de Registro de Preços – justifica-se pela conveniência da aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento às necessários à SFA/MT, de acordo com a previsão contida no inciso I, do art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pois tem por objetivo prover serviços de manutenção predial repetidos e rotineiros.

3. DA SUSTENTABILIDADE

3.1. Afim de atender os critérios e práticas de sustentabilidade na contratação do objeto deste certame, a empresa a ser contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados, desta forma, a empresa vencedora deverá reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e/ou portadores de deficiência, sendo proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de empregados no quadro da empresa.

3.2. A contratada também deverá comprovar a formação técnica específica dos seus empregados, assegurando-lhes a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço de modo a atender aos requisitos de sustentabilidade disposto na IN SLTI/MPOG nº 01/2010.

3.3. A contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, orientando sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva para o elevador com troca de corrediças, portas, carrinho de portas, botoeiras, sinalizações, correias, iluminação, óleo, componentes hidráulicos, componentes elétricos do quadro de comando/cabine, caso haja necessidade, para 1 (um) ELEVADOR DE PASSAGEIROS com 1 parada para acesso ao primeiro andar; PANORAMICO BHD CARGA 210 KG (750 IB), CAPACIDADE 03 PESSOAS OU 01 NA CADEIRA DE RODAS, COR BRANCO E BEGE, ACABAMENTO EM CHAPA MDF REVESTIDO EM CAMADA DE MELAMILICO; MARCA: BASS.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. *Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.*

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratada deverá disponibilizar pessoal capacitado para atender satisfatoriamente as demandas da SFA-MT com presteza; cumprir com as obrigações previstas no edital e anexos.

6.2. Os serviços serão prestados mensalmente, durante o período de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato. A execução de serviço se dará de forma continuada pois o equipamento é uma obra de engenharia com anotação de responsabilidade técnica-ART que necessita de manutenção mensal para seu bom funcionamento, sendo que a empresa necessita ter profissional responsável em seu quadro de funcionários.

6.3. A contratada e contratante realizarão uma reunião inicial de alinhamento, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato, com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.4. A empresa licitante deverá declarar de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste termo de referência e edital.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas.

7.2. *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*

7.2.1. *Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

7.2.2. *Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de*

bem elaborar sua proposta.

7.2.3. *A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

7.2.4. *A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A Contratada deverá executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva no elevador, que se iniciará com a assinatura do contrato, das seguintes formas:

8.1.1. Manutenção preventiva: Na primeira semana de cada mês deverá a CONTRATADA realizar inspeção/manutenção mensal de caráter preventivo, independentemente de solicitação da CONTRATANTE, encaminhando posteriormente relatório de diagnóstico mensal dos serviços executados, peças ou componentes substituídos e quaisquer outras informações pertinentes sobre a manutenção e estado de conservação dos elevadores;

8.1.1.1. A eventual vistoria prévia e a realização da manutenção preventiva deverão ocorrer dentro do horário de expediente da SFA/MT (07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30);

8.1.1.2. Os serviços de manutenção preventiva devem contemplar: vistoria e verificação no equipamento, na casa de máquinas e no local onde o equipamento é instalado (caixa de corrida); Limpeza, regulagem, ajustes e lubrificação dos equipamentos e teste do instrumental elétrico, mecânico e eletrônico.

8.1.2. Manutenção corretiva:

8.1.2.1. Deverá ser executada sempre que o equipamento apresentar falhas e tem por objetivo o restabelecimento dos componentes do equipamento às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletroeletrônicos, bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, o que deverá ser atestado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo Engenheiro responsável da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito.

8.1.2.2. O ônus de toda e qualquer peça do equipamento fica a ônus da contratada.

8.1.2.3. As peças deverão ter qualidade similar as peças originais.

8.1.2.4. Se, quando da execução dos serviços, for necessária desmontagem de objetos, a recuperação deverá ser executada levando em consideração a avaliação do estado de conservação das peças e materiais envolvidos. As que não puderem ser reaproveitadas na execução dos serviços deverão ser entregues à Contratante, excetuando-se entulhos e detritos;

8.1.2.5. As peças e materiais a serem reaproveitados deverão ser totalmente reparados, sem ônus algum para a Contratante;

8.1.2.6. O material complementar, como parafusos e outros de pequena monta, deverá ser fornecido pela Contratada.

8.1.2.7. A solicitação deverá ser atendida no prazo máximo de 06 (seis) horas;

8.1.2.8. Deverá ser disponibilizada pela contratada equipe técnica própria e treinada;

8.1.2.9. No caso de necessidade de substituição de peça (s), esta deverá acontecer no prazo máximo de 24 horas, desde que previamente autorizada pelo fiscal do contrato.

8.1.2.10. A contratada deverá manter em seu estabelecimento, serviço de emergência até as 19:30, destinado apenas ao atendimento de chamados inadiáveis, tais como pessoas presas, acidentes, etc.

8.1.2.11. Para a realização dos serviços, deverá ser disponibilizada pela contratada equipe técnica própria e capacitada, devendo a empresa apresentar, sempre que solicitado, os documentos que comprovem tal condição.

8.1.2.12. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.1.2.13. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

8.1.2.14. A atividade de manutenção de elevador somente poderá ser executada sob a responsabilidade técnica de profissional autônomo ou empresa habilitados e registrados no CREA; A legislação brasileira prevê que as prestadoras de serviço de assistência técnica em elevador tenham em seu quadro de funcionários um engenheiro mecânico como responsável técnico, o mesmo deve ser registrado junto do CREA (Lei 5.194:1966, resolução número 218 do CONFEA e decisão normativa número 36);

8.1.2.15. O contrato a ser firmado em relação às atividades constantes deste certame, fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica – ART" sendo que deverá ser emitida uma ART (anotação de responsabilidade técnica) de manutenção ao assinar o contrato com a empresa que deve ser renovada a cada 12 meses.

8.1.2.16. Para fins de registro da ART, a atividade será classificada em "Manutenção de elevadores".

8.1.2.17. As solicitações dos serviços poderão ser feitas por telefone ou e-mail indicados pela Contratada. Deverá ainda ser expedida Ordem de Serviço, por escrito, com respectiva data de início dos serviços, em 02 (duas)

vias de igual teor, assinadas pela administração da SFA-MT e pelo representante da Contratada;

8.1.2.18. Os serviços de manutenção serão executados no local onde o(s) equipamento(s) encontra(m)-se instalado(s), exceto nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado, haja a necessidade de deslocá-lo (s) até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização da CONTRATANTE, sem a ocorrência de qualquer ônus para esta;

8.1.2.19. Eventual vistoria prévia e a realização ou entrega dos serviços deverá ocorrer dentro do horário de expediente da SFA/MT (07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30);

8.1.2.20. O prazo de execução dos serviços, salvo disposição em contrário, é de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados do(a) envio do empenho, em remessa e/ou visita única, no seguinte endereço: Aníbal Molina s/n, bairro Ponte Nova, Várzea Grande/MT.

8.1.2.21. O prazo acima poderá ser dilatado caso a Contratada apresente justificativas a serem analisadas e aceitas pela SFA/MT.

8.1.2.22. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos/substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

8.1.2.23. Os serviços executados de manutenção corretiva terão um prazo de garantia mínima de:

I - 06 (seis) meses para mão-de-obra executada;

II - 01 (um) ano para peças essenciais (compressor, placas de vídeo, motores, etc.) dadas em substituição a outras defeituosas; e

III - 90 (noventa) dias para as demais peças dadas em substituição a outras defeituosas.

8.1.2.24. DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

I - Ao fim de cada visita, a empresa apresentará o Relatório de Manutenção Preventiva e/ou Corretiva, incluindo descrição sumária dos serviços realizados no equipamento.

II - Deve, ainda, constar do Relatório de Manutenção a data, hora de início e término dos serviços, eventuais condições inadequadas encontradas ou iminências de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento do equipamento consertado e as assinaturas dos chefes dos setores responsáveis pela carga patrimonial de cada um dos equipamentos vistoriados.

III - O Relatório de Manutenção deverá ser aprovado e assinado pelo Executor do serviço e pelo fiscal do contrato. A Nota Fiscal de Serviços será emitida pela contratada discriminando as atividades contidas no relatório aprovado.

9. MODELOS DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997., o qual, tendo como parâmetro o objeto e os resultados previstos no contrato:

9.1.1. Instruirá quanto ao início da execução contratual.

9.1.2. Será responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização;

9.1.3. Registrará as ocorrências e adotará providências para o seu regular cumprimento.

9.1.4. Estabelecerá os meios de comunicação entre a contratante e a contratada.

9.1.5. Poderá solicitar informações ou documentos para averiguar o cumprimento das obrigações legais por parte da contratada.

9.2. A contratada deverá nomear preposto para instruir seus empregados para intermediar as comunicações com a SFA-MT, orientar os empregados quanto a execução do serviço e realizar outras atividades relacionadas ao ajuste contratual.

9.3. Afim de evitar falhas na comunicação, fica definido que o protocolo de comunicação entre as partes ocorrerá por meio de correio eletrônico e telefones, a serem acordados na assinatura do contrato e/ou diretamente no setor de protocolo desta superintendência Federal de Agricultura SFA-MT.

9.4. A medição do contrato, para efeito de pagamento, será efetuada mensalmente conforme manutenção mensal realizada.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:

10.1.1. Características do equipamento: ELEVADOR DE PASSAGEIROS; PANORAMICO BHD CARGA 210 KG (750 IB), CAPACIDADE 03 PESSOAS OU 01 NA CADEIRA DE RODAS, COR BRANCO E BEGE, ACABAMENTO EM CHAPA MDF REVESTIDO EM CAMADA DE MELAMILICO; MARCA: BASS.

10.1.2. O equipamento é utilizado para transporte de pessoas do térreo ao 1º piso, sendo a altura da elevação de aproximadamente 2,5 metros.

10.1.3. O licitante deverá apresentar proposta para manutenção preventiva e corretiva com troca de toda e qualquer peça do equipamento.

10.1.4. As propostas devem ser apresentadas com o valor unitário mensal e valor global anual para o serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva com troca de peças, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica.

10.1.5. A manutenções serão realizadas mensalmente. As propostas deverão ter como preço referencial a média do valor estimado total da contratação levantado por meio de pesquisa de mercado anexa a este processo.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

12. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos, quando for o caso: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a"e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23.1. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório nos municípios ou regiões metropolitanas abaixo discriminados, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

12.23.2. Região metropolitana de Cuiabá.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

1. 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará *o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo do edital, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

15.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1. 15.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
2. 15.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
3. 15.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
4. 15.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
5. 15.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
6. 15.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
7. 15.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
8. 15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
9. 15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma

16.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.5. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.7. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.9. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.10. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.12. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.13. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.14. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.15. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.16. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. **DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2.2. Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.2.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.2.5. o prazo de validade;

17.2.6. a data da emissão;

17.2.7. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.2.8. o período de prestação dos serviços;

17.2.9. o valor a pagar; e

17.2.10. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.2.11. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.2.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.2.13. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.2.14. não produziu os resultados acordados;

17.2.15. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.2.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.2.17. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.2.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.2.19. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.2.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.2.21. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.2.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.2.23. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.2.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.2.25. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.2.26. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

1.

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. **REAJUSTE**

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice geral de preços exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1. *adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.*

19.2. *No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.*

1. *A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).*
2. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.*

19.3. *A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.*

19.4. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

19.4.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*

19.4.2. *prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;*

19.4.3. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*

19.4.4. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.*

19.5. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

19.5.1. *A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.*

19.6. *A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*

19.7. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.*

19.8. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

19.9. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*

19.10. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20(vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.*

19.11. *A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

19.12. *Será considerada extinta a garantia:*

19.12.1. *com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

19.12.2. *no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.*

19.13. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

19.14. *A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.*

20. **AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA da região pertinente, em nome do Responsável Técnico devidamente registrado no CREA, com habilitação em Engenharia elétrica/eletrônica OU mecânica/mecatrônica, conforme art. 59 da Lei nº 5.194/66.

21.3.2. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.3.3. Valor Global: R$ 20.145,96.

21.3.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global anual.

21.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global anual máximo.

22.2. Tal valor foi obtido a partir de PESQUISA DE PREÇOS NO PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL E COM FORNECEDOR LOCAL.

23. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

23.1. PI OPERASFAS.

Aprovo. Encaminha-se ao setor de compras e contratos/SCC/DAD/SFA-MT para abertura de processo administrativo e iniciação de procedimento licitatório, segundo o art. 38 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

1. 23.1.1.

Documento assinado eletronicamente por **GEYSLLA QUEIROZ DE SOUZA**, **Agente Administrativo**, em 04/09/2019, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 10/09/2019, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8372973** e o código CRC **2318329B**.

1.

ANEXO II

MINUTA TERMO DE CONTRATO

(SERVIÇO DE ENGENHARIA)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA .....

A União/Autarquia xxx/Fundação xxxx, por intermédio do..... (*órgão ou entidade pública contratante*), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, *do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013,* bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão *por Sistema de Registro de Preços* nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevador instalado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:*

2.1.1. *Os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.2. *Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.1.3. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.4. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.1.5. *Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

2.1.6. *Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;*

2.1.7. *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. *A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro de Cuiabá/MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ... de..... de 20.....

_____

Responsável legal da CONTRATANTE

_____

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –

2 -

ANEXO III

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado de Mato Grosso

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º .....

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 200..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF sob o nº .....portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., publicada no ..... de ...../...../20....., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1				

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 139

2				
3				
...				

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. *O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....*

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 141

respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

Edital N°03/2019 Pregão Eletrônico - completo (8481619) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 142

ANEXO IV

Modelo de proposta

Considerando o Termo de Referência apresentada (Anexo I), sem considerar as eventuais sugestões encaminhadas, a Empresa ..... com sede em..... (Endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., neste ato representada por ....., abaixo assinado, interessada na prestação do objeto do pregão nº 03/2019 no valor total de R$ ..... (.....) para os serviços relacionados, conforme:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Serviços de manutenção preventiva do elevador.	12 unidades		
TOTAL FINAL					R$

Validade da proposta:

Local e data

_____

Representante da empresa

ANEXO V

MINUTA DO ATESTADO DE VISTORIA

Declaro, na qualidade de _____ da empresa _____ com sede a telefone:_____ fax:_____ que visitei, acompanhado de servidor da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso – SFA/MT, em Várzea Grande/MT em ____/___/___, o local do serviço objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2019, tendo tomado conhecimento de todas as dificuldades porventura existentes.

_____(localidade)____, em ___de___de_____.

_____

(Assinatura do servidor da SFA/MT que acompanhou a vistoria)

(Nome por extenso).

(Matrícula do servidor)

_____

(Assinatura do licitante)

(Nome por extenso)

(Cargo que ocupa na empresa licitante)

(Nº Crea)

pessoalmente, no dia 16 de setembro 2019, às 8 horas (horário oficial de Brasília/DF), por ocasião do Credenciamento, no local de realização do CFI, acompanhado da documentação listada no subitem 4.1 do Edital nº 32 - ABIN, de 29 de agosto de 2019.

VALDIR MIGUEL LANGBECK SOARES

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 34/2019

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 06/09/2019 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de transporte internacional de mobiliário e bagagem, sempre com seguro específico, porta a porta, de origem e destino, para atendimento das necessidades da Agência Brasileira de Inteligência ABIN. Total de Itens Licitados: 00002 Novo Edital: 16/09/2019 das 09h30 às 11h30 e de14h30 às 17h30. Endereço: Spo Area 05, Quadra 01 - Bloco g Sala 221 BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 16/09/2019 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/09/2019, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

HAMILTON SOARES DA FONSECA NETO
Pregoeiro

(SIDEC - 13/09/2019) 110120-00001-2019NE800003

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO AMAPÁ

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 2/2019 publicado no D.O. de 06/09/2019 , Seção 3, Pág. 173. Onde se lê: O presente Termo Aditivo ao Contra-to nº 05/2016 Leia-se : O presente Termo Aditivo ao Contra-to nº 03/2017.

(SICON - 13/09/2019) 130100-00001-2019NE800013

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019 - UASG 130077

Nº Processo: 21024003402201803. Objeto: Registro de Preços para futura contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador instalado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 16/09/2019 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Endereço: Alameda Dr.anibal Molina, S/nr. - Varzea Grande/mt, Ponte Nova - Várzea Grande/MT ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130077-5-00003-2019. Entrega das Propostas: a partir de 16/09/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 30/09/2019 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

NELSO FORTUNATO OJEDA
Pregoeiro

(SIASGnet - 13/09/2019) 130077-00001-2019NE800021

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2019 - UASG 130070

Nº Processo: 21034009064201977.
PREGÃO SISPP Nº 4/2019. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, -PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 00317343000184. Contratado : FAMA SERVICE ADMINISTRACAO DE -SERVICOS GERAIS EIRELI. Objeto: Prestação de serviços de limpeza e conservação nas dependências da UTRA/TOLEDO/SFA-PR,disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nas condições estabelecidas no Termo de REferência, anexo do Edital, com valor mensal de R$ 2.160,83 totalizando em 12(doze)meses R$ 25.929,96. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 01/09/2019 a 31/08/2020. Valor Total: R$25.929,96. Fonte: 174013032 - 2019NE800680. Data de Assinatura: 29/08/2019.

(SICON - 13/09/2019) 130070-00001-2019NE000008

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 292, da Portaria Ministerial nº. 561, de 11/04/2018, publicado no D.O.U. de 13/04/2018, página 7 a 39, Memorando Circular nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 - Processo SEI nº. 21000.015362/2018-11, e com base no disposto no §4º do art. 26 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, INTIMA o interessado abaixo identificado, que se encontra em lugar incerto e não sabido, a comparecer na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo, a fim de tomar ciência do Termo de Julgamento nº 482/2019, Termo de Intimação nº 381/2019 e da Guia de Recolhimento da União de nº 2941452-20038-00418, referente ao Auto de Infração nº 001/024/SP/2019 de 10/01/2019 julgado procedente (Processo nº 21052.003862/2019-77).

Interessado: LABORATÓRIO DE ANALISE DE SEMENTES CONTI FERTIL S/C LTDA
CNPJ: 01.706.964/0001-12
Município: São José do Rio Preto/SP

Fica o autuado cientificado de que poderá recorrer em 2ª Instância, apresentando recurso à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo, localizada na Rua Treze de Maio, 1558, 3º andar - Bairro Bela Vista - CEP: 01327-002 - São Paulo/SP, acompanhado das provas que entender necessárias no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data desta publicação, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis com vistas ao cumprimento do julgamento em primeira instância. O não comparecimento à SFA-SP, no prazo estipulado, implicará no encaminhamento do processo à Procuradoria da Fazenda Nacional, para inscrição do débito em dívida ativa da União e cobrança judicial.

Em 5 de setembro de 2019.
ESEQUIEL LIUSON

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA

DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2019 - UASG 130057

Número do Contrato: 2/2018.
Nº Processo: 21170000026201722.
PREGÃO SISPP Nº 1/2018. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, -PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 16919666000188. Contratado : BROMO SEGURANCA E VIGILANCIA -ARMADA EIRELI. Objeto: Serviço de vigilância e segurança sendo01 (um) posto de vigilância armada 24h por dia dividido em dois turnos sendo um diurno e outronoturno 12x36, incluindo sábado, domingo, feriados e dias santificados. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 30/09/2019 a 30/09/2020. Valor Total: R$263.210,04. Fonte: 100000000 - 2019NE800005. Data de Assinatura: 09/09/2019.

(SICON - 13/09/2019) 130057-00001-2019NE800007

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO LABORATORIAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PEDRO LEOPOLDO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2019 - UASG 130058

Nº Processo: 21181000592201977. Objeto: Aquisição de Indicadores Biológicos e Indicadores Químicos, por registro de preços, para atender às necessidades do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária - LFDA/MG. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 16/09/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Av.romulo Joviano, S/n, Centro - Cx.postal 50, Centro - Pedro Leopoldo/MG ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130058-5-00012-2019. Entrega das Propostas: a partir de 16/09/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/09/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

VANESSA KALLINE DE ARRUDA SANTOS FONSECA
Chefe do Serviço de Compras

(SIASGnet - 13/09/2019) 130058-00001-2019NE800003

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM RECIFE

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 8/2019

O LFDA-PE, por meio da pregoeira, declara vencedora do presente certame as seguintes empresas:VISOMES METROL.-Itens 36,37-42,43,44,45;LUDWINGBIOTEC-Item 39;REY GLASS Itens 2,4,11,14,15,19,22,26,27,29,49,74;ALCACER EQUIP.-Itens 10,16;BIBIOSAVE DIAG.- Itens 7; BIO SCIE IND.- Itens 5,9,28;ALURETEC COM.Itens 50,72;A.C.SOUZA Itens 321,24,31,32,35;QUIMIGOL-Itens 57,58,59,60,61,6263,64,65,66,67,68,69,70,71;CM EQUIP LABORAT.ITEM 20;INNOVARE COM.PROD -Item 41;TJC SALATA-ITENS 1,38;FOX SCIENCE-Item 8;ORBITAL PROD.LAB.Iten6,17,18,25,34,47,54. Valor global final: R$116.800,13.

VERA LÚCIA RODRIGUES CHAVES
Pregoeira

(SIDEC - 13/09/2019) 130016-00001-2019NE000018

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO

EDITAL
APROVAÇÃO DE PROJETO PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL

O Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das suas atribuições, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.004871/2018-00, e, em conformidade com o Decreto nº 8.533, de 30/09/2015, aprova o Projeto de investimento da Nova Mix Industrial e Comercial de Alimentos Ltda, CNPJ nº 08.142.803/0001-92, para aquisição de créditos presumidos da Contribuição PIS/Pasep e da Cofins da aplicação no Programa Mais Leite Saudável, com período de execução de 01/05/2018 a 01/04/2021.

FERNANDO SILVEIRA CAMARGO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Publicação no DOU Aviso de Licitação - Pregão Eletronico n°03/2019 (8485997) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 145

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PORTARIA Nº 3532, DE 06 DE AGOSTO DE 2019

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 262, de Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e Portaria Ministerial nº 1.393, de 21 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2018, e o que consta no Processo SEI 21024.004989/2016-06, resolve:

Art.I - Designar o servidor **NELSO FORTUNATO OJEDA**, Agente de Vigilância, matrícula **SIAPE 7445**, para atuar como **Pregoeiro Oficial** desta SFA-MT pelo período de 01(um) ano. E como membros da Equipe de Apoio, **DOGIVAL BARBOSA DA SILVA**, empregado público, Assistente Administrativo, matrícula **SIAPE 1949257, e GENIVAL JOSÉ NUNES DE ARRUDA,** Agente Administrativo, **matrícula SIAPE 7442.**

Art.II - Revogar a Portaria nº 2647, de 03/08/2018.

Publique-se e cumpra-se:

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

Superintendente Federal – SFA/MT

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ASSIS GUARESQUI**, **Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso**, em 06/08/2019, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,§ 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8083802** e o código CRC **20D5DEFC**.

Referência: Processo nº 21024.004989/2016-06 SEI nº 8083802

Portaria Nº 3532/2019 - Pregoeiro (8563843) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 146

Pregão Eletrônico

130077.32019 .6293 .4617 .15635256

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Delegacia Federal de Agricultura em Mato Grosso

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00003/2019 (SRP)

Às 10:05 horas do dia 30 de setembro de 2019, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria nº 3532 de 06/08/2019, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 21024003402201803, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00003/2019. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para futura contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador instalado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante
Descrição Complementar: Serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador com fornecimento e troca de peças.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 12 **Unidade de fornecimento:** mensal
Valor estimado: R$ 1.678,8300 **Situação:** Aceito e Habilitado

Aceito para: ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES**, pelo melhor lance de** R$ 1.615,0000 **e com valor negociado a** R$ 1.600,0000 **e a quantidade de** 12 **mensal** .

Histórico

Item: 1 - Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas pelo pregoeiro)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
09.477.789/0001-40	MULTITEC ELEVADORES LTDA	Sim	Sim	12	R$ 1.678,0000	R$ 20.136,0000	27/09/2019 15:10:29
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ELEVADOR INSTALADO NA SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO CONFORME CONDIÇÕES QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS						
09.283.075/0001-00	ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES	Sim	Sim	12	R$ 1.678,8300	R$ 20.145,9600	30/09/2019 00:09:15
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador com fornecimento e troca de peças.						

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 1.678,8300	09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:05:14:443
R$ 1.678,0000	09.477.789/0001-40	30/09/2019 10:05:14:443
R$ 1.677,0000	09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:18:27:013
R$ 1.670,0000	09.477.789/0001-40	30/09/2019 10:19:24:343
R$ 1.669,0000	09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:22:51:780

R$ 1.660,0000	09.477.789/0001-40	30/09/2019 10:24:03:300
R$ 1.659,0000	09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:25:07:243
R$ 1.650,0000	09.477.789/0001-40	30/09/2019 10:26:18:890
R$ 1.645,0000	09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:26:43:030
R$ 1.630,0000	09.477.789/0001-40	30/09/2019 10:27:40:673
R$ 1.625,0000	09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:27:53:597
R$ 1.620,0000	09.477.789/0001-40	30/09/2019 10:28:52:507
R$ 1.615,0000	09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:29:05:243

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	30/09/2019 10:11:17	Item aberto.
Iminência de Encerramento	30/09/2019 10:14:35	Batida iminente. Data/hora iminência: 30/09/2019 10:16:35.
Encerrado	30/09/2019 10:29:16	Item encerrado
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	30/09/2019 10:42:34	Convocado para envio de anexo o fornecedor ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	30/09/2019 11:02:39	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	30/09/2019 16:53:32	Convocado para envio de anexo o fornecedor ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	30/09/2019 16:56:33	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00.
Aceite	30/09/2019 17:05:22	Aceite individual da proposta. Fornecedor: ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00, pelo melhor lance de R$ 1.615,0000 e com valor negociado a R$ 1.600,0000. Motivo: Conforme valor negociado com o fornecedor via chat.
Habilitado	01/10/2019 16:06:07	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Pregoeiro	30/09/2019 10:06:08	Senhor Licitante, bom dia!
Pregoeiro	30/09/2019 10:06:53	Declaro aberta a sessão do PE 03/2019
Pregoeiro	30/09/2019 10:07:28	Para que possamos realizar bons negócios, queremos à título de colaboração fazer alguns avisos:
Pregoeiro	30/09/2019 10:07:46	Recomendamos que acompanhem este Pregão até o seu desfecho, porque costumamos nos comunicar com o licitante pelo chat, e somente por ele, para esclarecer alguma dúvida ou solicitar que seja cumprida alguma diligência.
Pregoeiro	30/09/2019 10:08:27	Senhores fornecedores, durante a sessão pública é vedada a identificação dos licitantes. Portanto, o pregoeiro e equipe de apoio não atendem telefonemas durante a fase de lances.
Pregoeiro	30/09/2019 10:09:10	Senhores licitantes estamos analisando as propostas registrados no sistema e dentro de instantes abriremos o item para lance.
Pregoeiro	30/09/2019 10:10:58	Senhores licitantes estamos abrindo as propostas no sistema para o envio de lances para o item nº 01.
Pregoeiro	30/09/2019 10:11:54	Favor enviar seus lances.
Pregoeiro	30/09/2019 10:14:07	Senhores licitantes estamos encerrando o sistema para o envio de lance para o item nº 01.
Sistema	30/09/2019 10:14:35	O(s) Item(ns) 1 está(ão) em iminência até 10:16 de 30/09/2019, após isso entrará(ão) no encerramento aleatório.

Sistema	30/09/2019 10:29:37	Srs. Fornecedores, todos os itens estão encerrados. Será iniciada a fase de aceitação das propostas. Favor acompanhar através da consulta "Acompanha aceitação/habilitação/admissibilidade"
Pregoeiro	30/09/2019 10:30:21	Senhores licitantes, estamos dando prosseguimento ao nosso pregão eletrônico nº 03/2019, neste momento estaremos negociando com a empresa que teve a melhor proposta classificada provisoriamente para fase de lances.
Pregoeiro	30/09/2019 10:32:55	Para ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - Senhor Licitante, bom dia!
Pregoeiro	30/09/2019 10:34:20	Para ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - Podemos reduzir o valor de sua proposta para o item nº 01 do nosso pregão nº 03/2019?
09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:34:41	Bom Dia!
09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:35:43	Iremos arredondar a proposta para R$1.600,00 mensal
Pregoeiro	30/09/2019 10:37:19	Para ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - Podemos reduzir para R$ 1.550,00 ao mês?
09.283.075/0001-00	30/09/2019 10:38:19	Infelizmente não consigo pelos custos
Pregoeiro	30/09/2019 10:40:41	Para ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - Tudo bem vou registrar no sistema esse valor de R$ 1.600,00.
Pregoeiro	30/09/2019 10:42:14	Para ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - Vou abrir o anexo no sistema para o envio da proposta e já pode também enviar os outros documentos de sua propostas.
Sistema	30/09/2019 10:42:34	Senhor fornecedor ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	30/09/2019 10:47:47	Senhores licitantes, estamos suspendendo o nosso pregão para aguardar o envio em anexo no sistema da proposta da empresa com a melhor proposta classificada provisoriamente, retornaremos ao nosso PE nº 03/2019 hoje as 16:30 horário de Brasília/DF.
Sistema	30/09/2019 11:02:39	Senhor Pregoeiro, o fornecedor ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	30/09/2019 16:33:06	Senhores Licitantes, boa tarde!
Pregoeiro	30/09/2019 16:33:29	Estamos dando prosseguimento ao nosso pregão eletrônico nº 03/2019
Pregoeiro	30/09/2019 16:35:18	Senhores Licitantes, informamos que recebemos através do e-mail cpl-mt@agricultura, a documentação da proposta e documentos de habilitação da empresa ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES.
Pregoeiro	30/09/2019 16:36:06	Para ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - Senhor Licitante, boa tarde!
Pregoeiro	30/09/2019 16:38:09	Para ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - Senhor fornecedor, solicito que seja feito correção em sua proposta conforme consta em edital "Serviços de Manutenção Preventiva e corretiva com fornecimento de peças do Elevador".
Pregoeiro	30/09/2019 16:47:39	Para ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - Vou abrir novamente o anexo no sistema para o envio dos documentos, já que vai enviar os documentos tente enviar os documentos todos em anexo.
Pregoeiro	30/09/2019 16:51:58	Para ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES - Senhor fornecedor?
Sistema	30/09/2019 16:53:32	Senhor fornecedor ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
09.283.075/0001-00	30/09/2019 16:54:43	Boa Tarde Sr. Pregoeiro! Estaremos enviados todos os documentos solicitados.
Sistema	30/09/2019 16:56:33	Senhor Pregoeiro, o fornecedor ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	30/09/2019 17:03:43	Estamos aceitando a proposta da empresa: ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, para o item nº 01, pois, a proposta da licitante está de acordo com o edital e o termo de referência.
Pregoeiro	30/09/2019 17:10:42	Senhores licitantes, estamos suspendendo o nosso pregão, para análise da documentação de habilitação da empresa ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, retornamos ao nosso PE nº 03/2019, amanhã dia 01/10/2019 as 16:00 Horas, horário de Brasília/DF.

Pregoeiro	01/10/2019 16:00:43	Senhores Licitantes, boa tarde!
Pregoeiro	01/10/2019 16:01:17	Estamos dando prosseguimento ao nosso pregão eletrônico nº 03/2019
Pregoeiro	01/10/2019 16:05:35	Estamos habilitando a proposta da empresa: ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, para o item nº 01, pois, a proposta da licitante está de acordo com o edital e o termo de referência.
Pregoeiro	01/10/2019 16:05:53	Em seguida abriremos prazo para a intenção de recurso.
Sistema	01/10/2019 16:06:07	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado na aceitação´.
Pregoeiro	01/10/2019 16:06:43	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 01/10/2019 às 16:45:00.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo	01/10/2019 16:06:07	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	01/10/2019 16:06:43	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 01/10/2019 às 16:45:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 26, do Decreto 5450/2005. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 17:08 horas do dia 01 de outubro de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

NELSO FORTUNATO OJEDA
Pregoeiro Oficial

DOGIVAL BARBOSA DA SILVA
Equipe de Apoio

GENIVAL JOSE NUNES DE ARRUDA
Equipe de Apoio

Imprimir o **Relatório**

Voltar

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Delegacia Federal de Agricultura em Mato Grosso

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico
Nº 00003/2019 (SRP)

Às 17:54 horas do dia 02 de outubro de 2019, após analisado o resultado do Pregão nº 00003/2019, referente ao Processo nº 21024003402201803, o pregoeiro, Sr(a) NELSO FORTUNATO OJEDA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1
Descrição: Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante
Descrição Complementar: Serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador com fornecimento e troca de peças.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 12 **Unidade de fornecimento:** mensal
Valor estimado: R$ 1.678,8300 **Situação:** Adjudicado

Adjudicado para: ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES **, pelo melhor lance de** R$ 1.615,0000 **, com valor negociado a** R$ 1.600,0000 **e a quantidade de** 12 **mensal** .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	02/10/2019 17:54:02	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00, Melhor lance: R$ 1.615,0000, Valor Negociado: R$ 1.600,0000

Fim do documento

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Delegacia Federal de Agricultura em Mato Grosso

Pregão Eletrônico Nº 00003/2019(SRP)

RESULTADO POR FORNECEDOR

09.283.075/0001-00 - ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
1	Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante	mensal	12	R$ 1.600,0000	R$ 19.200,0000

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador com fornecimento e troca de peças.

Total do Fornecedor: **R$ 19.200,0000**

Valor Global da Ata: **R$ 19.200,0000**

Imprimir o **Relatório**

Voltar

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Delegacia Federal de Agricultura em Mato Grosso

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico
Nº 00003/2019 (SRP)

Às 12:22 horas do dia 11 de outubro de 2019, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JOSE DE ASSIS GUARESQUI, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 21024003402201803, Pregão nº 00003/2019.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante
Descrição Complementar: Serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador com fornecimento e troca de peças.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 12 **Unidade de fornecimento:** mensal
Valor estimado: R$ 1.678,8300 **Situação:** Homologado

Adjudicado para: ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES **, pelo melhor lance de** R$ 1.615,0000 **, com valor negociado a** R$ 1.600,0000 **e a quantidade de** 12 **mensal** .

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	02/10/2019 17:54:02	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: ELEVAENGE COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EM ELEVADORES, CNPJ/CPF: 09.283.075/0001-00, Melhor lance: R$ 1.615,0000, Valor Negociado: R$ 1.600,0000
Homologado	11/10/2019 12:22:47	JOSE DE ASSIS GUARESQUI	

Fim do documento

ISSN 1677-7069

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVII Nº 200 Brasília - DF, terça-feira, 15 de outubro de 2019 SEÇÃO 3

Sumário

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Cidadania 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 9
Ministério da Defesa 14
Ministério do Desenvolvimento Regional 28
Ministério da Economia 29
Ministério da Educação 47
Ministério da Infraestrutura 89
Ministério da Justiça e Segurança Pública 94
Ministério do Meio Ambiente 97
Ministério de Minas e Energia 103
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 108
Ministério das Relações Exteriores 109
Ministério da Saúde 109
Ministério do Turismo 115
Controladoria-Geral da União 115
Conselho Nacional do Ministério Público 115
Ministério Público da União 115
Tribunal de Contas da União 118
Defensoria Pública da União 118
Poder Legislativo 118
Poder Judiciário 119
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 129
Ineditoriais 136

..... Esta edição completa do DOU é composta de 208 páginas .....

Presidência da República

SECRETARIA-GERAL
IMPRENSA NACIONAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 11/2019

A Imprensa Nacional, órgão específico, singular, integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, torna público que a empresa SOLAR MINAS LTDA, CNPJ nº 19232404/0001-39, sagrou-se vencedora para fornecimento e instalação do Sistema de Aquecimento Solar de Água de Banho, objeto do referido certame, no valor global de R$ 94.310,00. Os autos se encontram com vistas franqueadas aos interessados, via sistema, na Coordenação - Geral de Administração da Imprensa Nacional.

CLAUDECI MONTEIRO SOARES
Pregoeiro

(SIDEC - 14/10/2019)

SECRETARIA DE GOVERNO
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: EBC/DIGER/Termo de Licenciamento de Conteúdo nº 018/2019 - Processo nº 1328/2019.
Licenciante: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC. Licenciada: Lascene Produções Artísticas LTDA, CNPJ: 15.048.775/0001-04. Objeto: Licenciamento de conteúdos da EBC para uso em documentário. Fundamento Legal: Leis nº 9.610/1998 e 10.406/2002; o inciso IV do Art. 8º e os incisos IV e XII do art. 11 da Lei nº 11.652/2008, os incisos V, X e XXVIII do art. 5º e o inciso II do § 1º do art. 173 da Constituição Federal. Assinatura: 23/09/2019.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2019 - UASG 110161

Nº Processo: 00693000185201839 . Objeto: Contratação do uso do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial SIADS, abrangendo consultoria sob demanda,conforme condições estabelecidas no Projeto Básico Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XVI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Atender as necessidades da Advocacia Geral da União - AGU Declaração de Dispensa em 11/10/2019. SIDNEI BORGES FIDALGO. Coordenador de Administração. Ratificação em 14/10/2019. EVERSON PINTO DA SILVA. Superintendente Regional de Administração No Distrito Federal. Valor Global: R$ 490.180,56. CNPJ CONTRATADA : 33.683.111/0001-07 SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO).

(SIDEC - 14/10/2019) 110161-00001-2019NE000096

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 41/2019

A Pregoeira oficial torna público o Resultado de Julgamento do Pregão 41/2019, declarando vencedora a proposta da empresa PRONTO CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 04.641.909/0001-80. Os autos encontram-se com vistas franqueadas.

CRISTINA SOUZA BRAZ

(SIDEC - 14/10/2019) 110161-00001-2019NE000096

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº Processo: 00091.000830/2019-83.
Espécie: Ata de Registro de Preços nº 423 PE 24/2019. Contratada: RF RIBEIRO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE USO DOMÉSTICO, CNPJ: 31.709.344/0001-06. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Guardanapo de papel, conforme especificado no item 14 do termo de referência, anexo I, do Pregão 24/2019. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº 7.892/2013. Vigência: 11/10/2019 a 11/10/2020. Data de assinatura: 11/10/2019.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº Processo: 00091.000830/2019-83.
Espécie: Ata de Registro de Preços nº 423 PE 24/2019. Contratada: RF RIBEIRO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE USO DOMÉSTICO, CNPJ: 31.709.344/0001-06. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Guardanapo de papel, conforme especificado no item 14 do termo de referência, anexo I, do Pregão 24/2019. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº 7.892/2013. Vigência: 11/10/2019 a 11/10/2020. Data de assinatura: 11/10/2019.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2018 - UASG 130022

Nº Processo: 21014002418201818.
INEXIGIBILIDADE Nº 1/2019. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, -PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 34028316001266. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E -TELEGRAFOS. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços postais, Cartas, malote, telegrama, em favor desta SFA-CE, conforme PCMES 04/2018. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações correlatas. Vigência: 18/12/2018 a 17/12/2019. Valor Total: R$27.600,00. Fonte: 100000000 - 2019NE800214. Data de Assinatura: 17/12/2018.

(SICON - 14/10/2019) 130022-00001-2019NE800014

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo - Contrato nº 05/2018 - Processo: 21018.002609/2018-31
O presente Termo Aditivo, tem como objetivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 05/2018, celebrado em 30/08/2018, entre a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espirito Santo e a empresa Consult Viagens e Turismo, por mais 12 (doze) meses, tendo como base legal o Inciso II do Artigo 5, da Lei 8.666/93, e dar nova redação as Clausulas Segunda e Sétima. A vigorar de 30/08/2019 a 30/08/2020.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 3/2019

A SFA/MT, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 03/2019, onde teve a melhor proposta homologado para a empresa Elevaenge Comercio e Assistência Técnica em Elevadores LTDA, CNPJ 09.283.075/0001-00, Valor global R$ 19.200,00.

NELSO FORTUNATO OJEDA
Pregoeiro

(SIDEC - 14/10/2019) 130077-00001-2019NE800021

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio de Estágio nº 1/2019
Espécie: Termo de Convênio de Estágio que entre si celebram a União Federal, representada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado de Minas Gerais - SFA-MG, CNPJ nº 00.396.895/0026-83, e a Fundação Educacional D. André Arcoverde , inscrito no CNPJ nº 32.354.011/0001-66.
Objetivo: O presente Termo tem como objetivo o desenvolvimento de atividades conjuntas entre a Instituição de Ensino e a Instituição Concedente, acima qualificadas, para a realização de estágio obrigatório curricular dos estudantes matriculados e frequentando regularmente os cursos de Agronomia, Farmácia, Medicina Veterinária, Química e Zootecnia oferecidos pela Instituição de Ensino, cujas atividades a serem desenvolvidas estarão vinculadas àquelas estabelecidas no Art. 3º da Lei 10.883 de 16 de junho de 2004.
Assinaturas: Marcilio de Sousa Magalhães - Superintendente Federal da SFA-MG, CPF nº 490.613.566-87, e o Presidente Antônio Carlos Dahbar Arbex CPF: 020.429.367-74

Publicação no DOU Resultado do Julgamento Pregão N°03/2019 (8795928) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 155

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado de Mato Grosso
Setor de Compras e Contratos – SCC/DAD/SFA/MT
Tel.: (65) 3688-6752/6770 – cpl-mt@agricultura.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado de Mato Grosso

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 03/2019 PREGÃO N°03/2019

A União, por intermédio da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, com sede na Alameda Aníbal Molina, s/n, Bairro: Ponte Nova, na cidade de Várzea Grande/MT, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.396.895/0033-02, neste ato representada pelo Superintendente Jose de Assis Guaresqui, nomeado pela Portaria nº 1428, de 01 de setembro de 2015, publicada no *DOU* de 02 de setembro de 2015, inscrito no CPF nº 197.390.526-49, portador da Carteira de Identidade nº 260199,considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº03/2019, publicada no DOU de 15/102019, processo administrativo nº 21024.003402/2018-03, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de elevador instalado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, especificado(s) no item I do Objeto do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 03/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço: *Elevange Comércio e Assistência Técnica em Elevadores Ltda, CNPJ/MF n°09.283.075/0001-00, Rua Arica, n°85, Bairro: CPA1, CEP:78.055-017, Telefone: (65) 3028-3395 / 99981-9523, Representante:* Walber dos Santos Costa.

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant	Valor Unitário	Valor Total Anual
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de elevador instalado na Superintendência Federal de Agricultura	12	R$ 1.600,00	R$19.200,00
VALOR FINAL: R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais)				

Ata de Registro de Preços N°03/2019 - ELEVAENGE assinado (8824277) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 156

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. *O órgão gerenciador será a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de 16/10/2020, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

Ata de Registro de Preços N°03/2019 - ELEVAENGE assinado (8824277) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 157

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. *contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame;*

Ata de Registro de Preços N°03/2019 - ELEVAENGE assinado (8824277) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 158

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Várzea Grande,16 de Outubro de 2019.

Representante legal da CONTRATANTE - Jose de Assis Guaresqui

José de Assis Guaresqui
Superintendente Federal de Agricultura
SFA-MT

Representante legal da CONTRATADA – Walber dos Santos Costa

Ata de Registro de Preços N°03/2019 - ELEVAENGE assinado (8824277) SEI 21024.003402/2018-03 / pg. 159